



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Sara Moreno Cyrino Carvalho

**DEMOCRATIZAÇÃO DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS NA
CIDADE DE SANTA MARIA: A PARADIPLOMACIA COMO
INSTRUMENTO E A REDE MERCOCIDADES COMO AMBIENTE
DESTE PROCESSO**

Santa Maria, RS
2017

Sara Moreno Cyrino Carvalho

**A DEMOCRATIZAÇÃO DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS NA CIDADE DE
SANTA MARIA: A PARADIPLOMACIA COMO INSTRUMENTO E A REDE
MERCOCIDADES COMO AMBIENTE DESTE PROCESSO**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Santa
Maria, como requisito parcial para obtenção
do Título de **Mestre em Ciências Sociais**

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Cabral Maia

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Carvalho, Sara Moreno Cyrino

Democratização dos assuntos internacionais na cidade de Santa Maria: A paradiplomacia como instrumento e a rede mercocidades como ambiente deste processo / Sara Moreno Cyrino Carvalho.- 2017.

91 f.; 30 cm

Orientador: Eduardo Cabral Maia

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2017

1. Paradiplomacia 2. Globalização 3. Brasil 4. Federalismo I. Maia, Eduardo Cabral II. Título.

Sara Moreno Cyrino Carvalho

**A DEMOCRATIZAÇÃO DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS NA CIDADE DE
SANTA MARIA: A PARADIPLOMACIA COMO INSTRUMENTO E A REDE
MERCOCIDADES COMO AMBIENTE DESTE PROCESSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Santa Maria, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Mestre em Ciências Sociais

Dissertação defendida e aprovada em: 31 de julho de 2017.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Lopes Cabral Maia -UFSM
Orientador

Dr. José Renato Ferraz da Silveira

Dr. Marcelo Simões Serran de Pinho

Dr. Cleber Ori Cuti Martins

Dedico este trabalho à minha amada mãe, Maria Inês e ao meu irmão, Milel, que são fontes inesgotáveis de apoio, amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que me acolheu prontamente e que colocou a minha disposição todas as oportunidades possíveis para que essa pesquisa fosse realizada com sucesso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, representado na figura das Coordenadoras Débora Krischke Leitão e Rosana Soares Campos e da Assessora Administrativa Jane Santos da Silva, o qual ofereceu toda a estrutura institucional e material para que este trabalho fosse conduzido da melhor forma possível.

Ao corpo docente que muito me incentivou e que contribuiu para o incremento teóricos e metodológicos do presente trabalho.

Sou profundamente grata ao professor orientador desta pesquisa, Eduardo Lopes Cabral Maia, pela dedicação e por compartilhar todo o seu conhecimento acadêmico acerca dos conceitos da ciência política e dos instrumentos metodológicos possíveis para este estudo, bem como pela sua amizade e compreensão por todo o esforço aqui empenhado.

Aos professores membros da banca examinadora e de defesa da dissertação, Dr. Cleber Ori Cuti Martins e Dr. José Renato Ferraz da Silveira pela pronta disposição no aceite do convite e pela leitura.

Ao professor e amigo Renatho Costa, por ter instigado a minha curiosidade acerca da paradiplomacia e por me encorajar a seguir com essa pesquisa no Mestrado de Ciências Sociais, os primeiros passos dessa longa trajetória só foram possíveis pelo seu incentivo.

Ao professor Arthur Coelho Dornelles Junior pelas contribuições iniciais, que foram primorosas e importantes, para esta pesquisa.

Ao Tiago Azambuja Rodrigues, por ter lido o meu trabalho com muito cuidado, atenção e ter feito boas considerações, nas quais ajudaram a organizar e enriquecer melhor as ideias aqui apresentadas. Ele é uma pessoa no qual carrego uma estima incalculável.

À minha mãe, Maria Inês Moreno Sotana, por ter me criado, por ter me apoiado em todas as minhas decisões e por ser compreensiva em situações em que me fiz ausente, em virtude do presente trabalho.

Ao meu irmão, Milel Sotana Cyrino Carvalho, por ser, simplesmente, meu irmão, pois tenho nele a representação máxima de amizade e companheirismo.

Aos meus queridos amigos que se empenham em longas conversas sobre filosofia, política, economia, cultura entre tantas outras e que contribuem na minha formação pessoal e profissional.

Obrigada a todos que me acompanharam esta jornada. Sem dúvidas, serei eternamente grata.

“La globalización ha enriquecido el mundo en sentido científico y cultural, y también ha beneficiado económicamente a muchas personas”.

(Amartya Sen)

RESUMO

DEMOCRATIZAÇÃO DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS NA CIDADE DE SANTA MARIA: A PARADIPLOMACIA COMO INSTRUMENTO E A REDE MERCOCIDADES COMO AMBIENTE DESTE PROCESSO

AUTORA: Sara Moreno Cyrino Carvalho
ORIENTADOR: Prof. Dr. Eduardo Cabral Maia

O aprofundamento da globalização estimulou a intensificação da interdependência comercial, a ampliação dos fluxos financeiros, o desenvolvimento tecnológico dos transportes e dos meios de comunicação, facilitando a mobilidade de pessoas e o intercâmbio de informações. É neste contexto que as cidades buscam ser protagonistas do desenvolvimento local e utilizam, para isto, a paradiplomacia como instrumento. É com essa lente que observamos a cidade de Santa Maria, que começou a empreender esforços desde 1990 para incrementar o seu desenvolvimento através da articulação política e de cooperação em âmbito regional, nacional e internacional. Um fator que entendemos como importante para a trajetória paradiplomática da cidade de Santa Maria é o seu ingresso, em 1995, na Rede Mercocidades, em virtude da proposta que acompanha a instituição de relações horizontais e de democratização dos assuntos internacionais. Dessa forma, o objetivo central do presente trabalho consiste em analisar os procedimentos elaborados e adotados pelos gestores públicos da cidade de Santa Maria nas ações paradiplomáticas com a Rede Mercocidades. Para isto, se delimitou outros três objetivos subjacentes: (1) aprofundar conceitos teóricos sobre democratização e paradiplomacia; (2) investigar, através de fontes documentais, como ocorre a participação da cidade de Santa Maria na Rede Mercocidades; (3) analisar se as ações paradiplomáticas, em relação a Rede Mercocidades, empenhadas pelas autoridades políticas de Santa Maria representam um processo de democratização dos assuntos internacionais. A presente pesquisa se estruturou por meio da revisão bibliográfica, é de cunho qualitativo e utiliza como instrumento metodológico a análise de documentos e uma entrevista semiestruturada. Durante a pesquisa, se inferiu que não houve um processo de democratização das relações internacionais na cidade de Santa Maria. Dado que um processo só se torna democrático quando se tem a presença dos cidadãos nos tramites de deliberação ou quando, as ações empenhadas por meio da representatividade, se tornam transparente por meio da divulgação das decisões.

Palavras-chave: Paradiplomacia. Globalização. Brasil. Federalismo.

ABSTRACT

DEMOCRATIZATION OF INTERNATIONAL AFFAIRS IN THE CITY OF SANTA MARIA: PARADIPLMACY AS AN INSTRUMENT AND THE MERCOCIDADES NETWORK AS THE ENVIRONMENT OF THIS PROCESS

AUTHOR: SARA MORENO CYRINO CARVALHO
ADVISOR: PROF. DR. EDUARDO CABRAL MAIA

The deepening of globalization has stimulated the intensification of trade interdependence, the expansion of financial flows, the technological development of transport and the media, facilitating the mobility of people and the exchange of information. It is in this context that cities seek to be protagonists of local development and, for this, uses paradiplomacy as an instrument. It is with this lens that we observe the city of Santa Maria, which began to make efforts since 1990's to increase its development through political articulation and cooperation at regional, national and international level. One factor that we understand as important for the paradiplomatic trajectory of the city of Santa Maria is its entry in 1995 into the Mercocities Network, due to the proposal that accompanies the institution of horizontal relations and democratization of international affairs. Thus, the main goal of this work is to analyze the procedures developed and adopted by the public managers of the city of Santa Maria in the paradiplomatic actions with the Mercocities Network. For this, three other underlying objectives were delineated: (1) to deepen theoretical concepts on democratization and paradiplomacy; (2) to investigate, through documentary sources, the participation of the city of Santa Maria in the Mercocities Network; (3) to analyze whether the paradiplomatic actions, in relation to the Mercocities Network, committed by the political authorities of Santa Maria represents a process of democratization of international affairs. The present research was structured through the bibliographical revision, it is qualitative and uses as instrument. The analysis of documents and a semi-structured interview. During the research it was inferred that there was no process of democratization of international relations in the city of Santa Maria. Given that a process becomes democratic only when citizens are present in the process of deliberation, or when actions committed through representativeness become transparent through the dissemination of decisions.

Keywords: Paradiplomacy. Globalization. Brazil. Federalism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	14
3. REFERENCIAL TEÓRICO	18
3.1 SOBRE O ESTADO.....	18
3.2 GLOBALIZAÇÃO COMO PROMOTORA DAS AÇÕES UBNACIONAIS	24
3.3 DA PARADIPLOMACIA À ATUAÇÃO GLOBAL MUNICIPAL.....	31
4. HISTÓRICO DESCRITIVO E ANÁLISE DOS DADOS	47
5. CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXO A – ROTEIRO TEMÁTICO DE ENTREVISTA	78
ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS DO ENTREVISTADO	80

1. INTRODUÇÃO

Dois fatores foram decisivos para o aprofundamento da globalização, a saber, a queda do Muro de Berlim, que pontuou o fim da Guerra Fria e o desenvolvimento de novas tecnologias, principalmente nas áreas de comunicação e de transporte. Esta globalização tem duas faces em uma mesma moeda: por um lado, “o mundo ficou menor”, as pessoas se comunicam, de maneira eficiente, umas com as outras “de uma ponta à outra do mundo”. Nunca antes houve um fluxo tão grande de informações, transações comerciais e financeiras, deslocamento de pessoas e troca de experiências entre as mais diversas comunidades. Por outro lado, a globalização evidenciou e incrementou a desigualdade ao redor do mundo, pois o acesso às novas tecnologias de comunicação e transporte está diretamente ligado ao poder econômico e político para adquiri-las.

Além disso, o mundo interconectado, como se observa na globalização, oportuniza que novos atores operem no cenário internacional, tais como, as empresas transnacionais, as organizações internacionais governamentais, as organizações não-governamentais, os grupos terroristas, os governos subnacionais, entre outros. É neste contexto que se tornam possíveis as ações paradiplomáticas. Os governos subnacionais buscam barganhar suas demandas locais junto aos governos federais, quando as suas reivindicações não são atendidas, estes atores se lançam no cenário internacional a fim de buscar recursos para reduzir a sua situação desigual em relação a outras localidades, esta busca de recursos pode ou não ser em cooperação com o governo central.

Destarte, os governos subnacionais utilizam alguns instrumentos para atrair recursos, um deles é buscar investimentos através de iniciativas privadas, mas nem sempre essa é a melhor opção, porque as empresas, normalmente, instalam suas plantas em lugares que já possuem uma certa infraestrutura, como por exemplo, rodovias ou bons meios de telecomunicação. Por outro modo, há também a busca por recursos através de rede internacionais que proporcionam um ambiente de cooperação e integração entre as cidades. Esta última alternativa tornou-se viável para muitos municípios, visto que é possível encontrar soluções rápidas e com custos baixos a partir da troca de ideias e experiências que ocorrem nas redes internacionais de cidades.

A partir do momento em que os governos subnacionais ingressam no cenário internacional para buscar recursos para as suas localidades, pressupõe-se que os temas internacionais ficam mais próximos dos indivíduos. Ou seja, as ações paradiplomáticas geram

um processo de democratização dos assuntos internacionais. Neste sentido, se anseia, na presente pesquisa, observar se este processo ocorreu na cidade de Santa Maria ao ingressar como membro na Rede Mercocidades, em 1998.

Assim, a partir da premissa de que a Rede Mercocidades oportuniza a inclusão dos governos subnacionais no ambiente internacional e nos processos decisórios com outras entidades internacionais e que, dessa forma, representa também a democratização da participação dos indivíduos nas relações exteriores, surge a seguinte hipótese:

- H1. Ocorre, através das relações estabelecidas com a Rede Mercocidades, um processo de democratização dos assuntos internacionais na cidade de Santa Maria.

Em se confirmando a hipótese inicial, analisar-se-á como esta democratização se realiza.

É importante pontuar aqui que a Rede Mercocidades foi constituída com Declaração de Assunção em 1995 e tem como propósito fortalecer a cooperação horizontal entre os governos municipais dos países membros do MERCOSUL e dos países associados (Peru, Bolívia e Chile). De forma geral, a Rede Mercocidades é atualmente *“uma importante ferramenta de articulação política e social que aproxima os governos locais dos órgãos decisórios do Mercosul, tornando o processo de integração regional no Cone Sul mais democrático”* (GAMBINI, 2008, p. 1).

Assim, os atores subnacionais estão construindo espaços de articulação nos blocos de integração, cujos assuntos internacionais de integração e paz deixaram de ser preocupação única da agenda de política externa dos Estados, pois os atores subnacionais estão direta e indiretamente envolvidos nas decisões e consequências das políticas adotadas pelos governos centrais no âmbito dos blocos de integração. Concomitantemente, os blocos de integração podem oferecer instrumentos para o fortalecimento da paradiplomacia através da oferta de recursos, de benefícios e de uma estrutura institucional.

Por este motivo, o objetivo geral deste trabalho é analisar os procedimentos elaborados e adotados pelos gestores públicos da cidade de Santa Maria nas ações paradiplomáticas com a Rede Mercocidades. Igualmente, a presente pesquisa possui três objetivos específicos: primeiro, aprofundar conceitos teóricos sobre democratização e paradiplomacia. Segundo, investigar, através de fontes documentais, como ocorre a participação da cidade de Santa Maria na Rede Mercocidades. Terceiro, analisar se as ações paradiplomáticas, em relação à

Rede Mercocidades, empenhadas pelas autoridades políticas de Santa Maria representam um processo de democratização dos assuntos internacionais.

Após apresentar aqui, brevemente, como ocorrerá a execução desta pesquisa, se faz necessário demonstrar quão importante é este tema. Assim, este trabalho se justifica por três motivos. Primeiro, a paradiplomacia e a cooperação entre as cidades, através de redes internacionais, são temas emergentes e atuais. Há ainda muitos questionamentos para responder e um grande número de acontecimentos empíricos para analisar e sistematizar. O incremento bibliográfico nestes temas pode contribuir para futuras pesquisas, bem como servir como aporte teórico para auxiliar os gestores públicos locais nas suas ações voltadas para as relações exteriores.

Segundo, a partir da presente pesquisa será possível avaliar em que medida a paradiplomacia pode fomentar a participação popular nos assuntos de relações internacionais, temas que historicamente ficaram reservados à elite política nos governos centrais. Assim, conforme Mariano:

Democracia é um conceito que gera amplo debate nas Ciências Sociais porque engloba diferentes visões e concepções sobre sua definição. Essa questão se intensifica quando se transporta esse conceito para as discussões de relações internacionais, nas quais os mecanismos de controle e de participação popular são muito mais restritos e limitados do que no âmbito nacional, ao menos nos casos de sistemas democráticos. (MARIANO, 2013, p. 90).

Por fim, este trabalho se justifica por aspirações pessoais da pesquisadora, que tem como objetivo dar continuidade em um trabalho que se iniciou em 2013. Assim, pretende-se aqui compreender com mais clareza e rigor metodológico o fenômeno da paradiplomacia, que se manifestou com maior intensidade na década de 1990, com fim da Guerra Fria e o aprofundamento da globalização.

2. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A presente pesquisa tem caráter qualitativo, já que “*com frequência esse enfoque está baseado em métodos de coleta de dados sem medição numérica, como as descrições e as observações*” (SAMPIERI et al, 2006, p. 05). A análise documental foi utilizada como método para responder o problema de pesquisa. No entanto, no decorrer da pesquisa se percebeu que a leitura atenta dos documentos não era suficiente para preencher algumas lacunas de compreensão do contexto empírico das ações de relações internacionais na cidade de Santa Maria. Dessa forma, foi necessário recorrer à entrevista de Investigação Semi-Estruturada.

Conforme Godoy, “*na pesquisa documental, três aspectos devem merecer atenção especial por parte do investigador: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise*” (GODOY, 1995, p. 23). No princípio da investigação definimos como material importante para a análise de pesquisa todo documento que evidenciasse as relações entre a cidade de Santa Maria e a Rede Mercocidades e as atividades em torno desta relação. No começo da pesquisa, entendia-se que os documentos que evidenciam as relações entre a cidade de Santa Maria e a Rede Mercocidades mostrariam como ocorreu o processo de democratização das relações internacionais na cidade.

Assim, pretendia-se analisar, em princípio, os documentos que ratificaram o ingresso da cidade de Santa Maria na Rede Mercocidades; os documentos que demonstram o processo de eleição a respeito dos temas que são levados para Rede Mercocidades; e, por fim, os projetos de Santa Maria que foram apresentados para a Rede Mercocidades. Principalmente estes últimos serão importantes para evidenciar a aproximação dos indivíduos no processo de articulação política na Rede Mercocidades e dessa forma evidenciar a democratização dos assuntos internacionais.

No que diz respeito ao acesso aos documentos, eles foram encontrados na Câmara dos Vereadores (órgão que encabeçou o ingresso da cidade de Santa Maria na Rede Mercocidades) e na Prefeitura Municipal, através de um ex-vereador da cidade. A análise dos documentos foi feita por meio das categorias definidas acerca do processo de democratização, a saber, participação popular, mesmo que via representante e espaços que oportunizem o debate de ideias concorrentes. Conforme Pimentel (2001), a organização do material obtido pelo pesquisador é indispensável para que o conjunto de documentos se torne inteligível. Dessa forma,

Organizar o material significa processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e manuseio. (PIMENTEL, 2001, p. 184).

A autora sugere que a organização do material deve se dar em duas importantes etapas: a primeira, o pesquisador deve sintetizar e classificar o material por meio de uma ordem cronológica; na segunda, se deter nos documentos que trazem as temáticas que permeiam mais intensamente no universo da pesquisa.

Na atual pesquisa, essa etapa de organização do material não foi necessária porque todos os documentos provindos da longa trajetória internacional da cidade de Santa Maria estavam compilados, em ordem cronológica e fiel aos documentos originais, em um livro intitulado “1991-2001: Dez Anos do Comitê Latino-Americano de parlamentos Municipais: Origens e Realizações”, de Mosar G. da Costa. Destarte, para a presente pesquisa uma leitura atenta dos documentos, seguida de uma análise guiada pelo problema de pesquisa já foi o suficiente.

Além disso, o trabalho teve uma segunda etapa, que se deu por meio de entrevistas, recorre-se a esse instrumento de pesquisa “*sempre que têm necessidade de obter **dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais, podendo estes ser fornecidos por determinadas pessoas***” (ROSA, ARNOLDI, 2008, p.16, grifo do autor). Desta forma, como modo de se obter informações adicionais se escolheu entrevistar um ex-vereador do município que participou intensamente das ações internacionais da cidade para confirmar e responder dúvidas que surgiram da análise documental. Pois “*podemos certificar que a opção pela técnica de coleta de dados através da Entrevista deve ser feita quando o pesquisador/entrevistador precisar valer-se de **respostas mais profundas** para que os resultados da sua pesquisa sejam realmente atingidos e de forma fidedigna*” (ROSA, ARNOLDI, 2008, p. 16, grifo do autor).

Conforme Rosa e Arnoldi (2008), a técnica de entrevista pode receber diferentes classificações. No livro “A Entrevista na Pesquisa Qualitativa: Mecanismos para Validação dos Resultados”, os autores apresentam muitas formas de categorizar as entrevistas. Para este trabalho entendemos ser pertinente duas caracterizações, uma, referente ao **nível de estruturação** e ao **roteiro de questões**, outra, referente ao objetivo da **entrevista**.

Dessa forma, no que diz respeito ao nível de estruturação e do roteiro de questões utilizadas, pode-se classificar três tipos, a saber: estruturada, semi-estruturada e livre. Na

Entrevista Estruturada se “impõe o estabelecimento de questões formalmente elaboradas, que seguem uma sequência padronizada, com uma linguagem sistematizada e de preferência fechada, voltando-se para a obtenção de informações, através de respostas curtas e concisas [...]” (ROSA, ARNOLDI, 2008, p. 29). No entanto, neste tipo de entrevista, os resultados adquiridos podem não ser os esperados, dada a limitação das possibilidades.

Já nas Entrevistas Semi-estruturadas, as questões são elaboradas de “*forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados*” (ROSA, ARNOLDI, 2008, p. 30-31). Neste caso, o questionamento segue para ser mais profundo e mais subjetivo, requerendo entre entrevistado e entrevistador uma relação recíproca de confiabilidade. Dessa forma, as questões são flexíveis de tal forma que a sequência e os detalhes seguem por conta dos discursos dos sujeitos e da dinâmica da entrevista, que deve ocorrer de forma natural.

Por último, as entrevistas livres seguem por meio de relato oral, com mínimo de interferência possível do entrevistador. Trata-se de uma narrativa em que o sujeito entrevistado é quem dá sequência à entrevista, conforme as suas lembranças, e ele próprio que faz a seleção dos acontecimentos e das pessoas que pretende relatar. Neste tipo de entrevista, “*alguns autores afirmam que a análise possível a ser efetivada nesse tipo de Entrevista deve ser muito especial e particular, pois frequentemente fica confinada a uma ‘classificação mental’, que deve ser feita pelo entrevistador, das informações emitidas pelo informante*” (ROSA, ARNOLDI, 2008, p. 31).

Outra maneira de classificar o tipo de Entrevista é determinar o **objetivo**. Segundo Rosa e Arnoldi (2008), dentro dessa perspectiva pode-se classificar três tipos. Primeiro, a Entrevista Diagnóstico, em que “*opta-se por recorrer à biografia do sujeito, determinando, através dos questionamentos e das respostas dadas, suas opiniões, atitudes e características pessoais*” (ROSA, ARNOLDI, 2008, p. 32). A escolha deste procedimento pode ocorrer, por exemplo, para diagnosticar distúrbios e patologias em crianças.

Segundo, a Entrevista de Investigação, que se dá por meio da “*seleção de pessoas competentes, procura-se reunir tanto dados úteis para as hipóteses levantadas como respostas às mesmas. Essa entrevista é muito usada como coleta de dados científicos*” (ROSA, ARNOLDI, 2008, p. 32). Finalmente, a Entrevista Terapêutica, que busca reorganizar de maneira coerente as atividades do sujeito em questão com o intuito de readaptá-lo no seu contexto social.

De forma geral, entendemos que, pela natureza do problema de pesquisa do presente trabalho, a Entrevista Semi-estruturada é a que oferece a melhor estruturação e roteiro de questões para se conseguir as informações necessárias. Pois o número de entrevistados (nesse caso, um sujeito) e as suas contribuições nos permitiu trabalhar com uma flexibilidade maior daquela oferecida pela Entrevista Estruturada. Ao mesmo tempo, não seria produtivo para a pesquisa deixar que o sujeito relatasse de forma livre as suas experiências em torno da paradiplomacia realizada na cidade de Santa Maria, devido à pontualidade de nossa questão, ou seja, saber se ocorreu um processo de democratização das relações internacionais na cidade de Santa Maria por meio da paradiplomacia e da Rede Mercocidades. Além disso, o objetivo definido na Entrevista de Investigação é o que melhor se enquadra ou se molda aos objetivos da presente pesquisa, em especial ao de investigar como ocorre a participação da cidade de Santa Maria na Rede Mercocidades.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 SOBRE O ESTADO

Antes de apresentar os conceitos de paradiplomacia, se faz necessário trazer para esse trabalho um breve debate acerca do Estado. Esta discussão é importante porque a ação dos governos subnacionais perpassa pela atuação do Estado soberano e na sua condição de sujeito do Direito Internacional Público. É o Estado que pode oferecer instrumentos de legitimação para as ações dos governos subnacionais, ou seja, mesmo que os governos subnacionais busquem uma inserção no cenário internacional como uma forma de reivindicar uma maior atenção nas lacunas deixadas pelo Governo Central, estes não possuem legitimidade jurídica se o Estado, por meio do Governo Central, não legislar pela autonomia dos governos subnacionais.

Sobre o Estado, poderíamos aqui apresentar somente os conceitos básicos e nos contentarmos em dizer que o Estado é tudo aquilo que “*é percebido visualmente no mapa político – o país como um todo e tudo o que está dentro dele: o governo, o povo e a sociedade*” (HALLIDAY, 1999 p.93). Mas buscamos nos debruçar com mais atenção, sem obviamente a intenção de esgotar o tema, para ter um entendimento mais crítico sobre o Estado e compreender quais são as brechas que existem na concepção de Estado que oportunizam a inserção dos atores subnacionais na arena internacional. Neste sentido, tomaremos a liberdade de transitar nas diversas áreas do conhecimento que tratam sobre a questão do Estado, a saber, na Ciência Política, nas Relações Internacionais e nos estudos da Ciência Jurídica.

O nosso ponto de partida para começarmos a definir o Estado nacional é entendê-lo como “*o ente principal e norteador em termos de estática e dinâmica das Relações Internacionais, [sendo o] produto de um largo momento de transição do medievalismo para o renascimento humanista dos séculos XVI e XVII*” (CASTRO, 2012, p.100). O termo Estado foi usado pela primeira vez na literatura ocidental moderna por Nicolau Maquiavel, na obra O Príncipe, quando elucida que “*todos os Estados que existem e já existiram são e foram sempre repúblicas ou principados*” (MAQUIAVEL, 2009, p.15).

Para explicar a criação do Estado é preciso trazer para o debate o conceito de Contrato Social. Ao longo da história se observa que os filósofos gregos, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, entre outros autores clássicos, se debruçaram com afincos na elaboração de um

modelo de organização política. Mas, de toda forma, são os contratualistas que buscam entender através de dados empíricos, observando a realidade, os motivos que levam os homens a se organizarem em uma sociedade politicamente constituída.

A preocupação de todos os contratualistas (em diferentes perspectivas) é compreender como que ocorreu a construção do Estado a partir da distinção entre estado de natureza e o estado civil. De tal forma que o estado civil é a forma social de garantia da existência. Apontamos aqui três atinente à relação do estado de natureza e o estado civil.

Para Hobbes (2005), o estado de natureza é demasiado instável, cheios de perigos e sempre em estado de guerra que não se trata da luta em si, mas da eminência constante de um conflito de todos contra todos. Já para Locke (2003), diferentemente de Hobbes, o estado de natureza não representa o caos absoluto. Esse autor sustenta que todo homem, tendo a consciência de que todos são iguais e independentes, não teria motivos para lesar a si próprio e nem outrem, salvo em situações específicas. Dessa maneira, Deus deu meios de subsistência (terra, frutos e animais para caça) em abundância para todos os homens na Terra. Outrossim, conforme a célebre frase lockeana, foi concedido ao homem a possibilidade de exercer “*o trabalho de seus braços e a obra de suas mãos*”, sendo essa característica propriedade de cada homem em particular. Assim, se um fruto está à disposição de todos e um homem realiza o ato de retirar esse fruto do seu estado comum em que a natureza o deixou, então o valor do trabalho desempenhado neste fruto torna-se propriedade daquele que o apanhou da natureza.

Enquanto que para Rousseau (1978), o homem no seu estado natureza não realiza o cultivo da terra, assim como afirmava Locke. Rousseau analisa que homem demorou milhares de ano para desenvolver a técnica do cultivo e que essa habilidade só é praticada em sociedade, não se trata de um estado de natureza. A questão do cultivo da terra diverge também dos argumentos de Hobbes, pois o homem no seu estado de natureza não cultiva por falta de uma condição de paz entre os homens, mas sim pela falta de refinamento do seu espírito. Para Rousseau, o homem no seu estado de natureza é um selvagem com o mesmo espírito de um animal, sem possibilidade de desenvolver técnicas extremamente elaboradas.

O conceito de Contrato ou o Pacto Social é “*a passagem do estado de natureza para o estado civil*” (ROUSSEAU, 1983, p. 36), quando o homem abre mão das suas liberdades do estado de natureza para adquirir liberdades ainda maiores no estado civil. Conforme Rousseau, “*o que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto aventura e pode alcançar. O que ele ganha é a liberdade civil e a*

propriedade de tudo que possui” (ROUSSEAU, 1983, p. 36), ou seja, “*a transferência mútua de direitos é aquilo a que se chama de CONTRATO*” (HOBBS, 2003, p. 115). Dessa forma, de acordo com a ótica contratualista, se dá a gênese do Estado.

O Estado é o corpo regido a partir da vontade geral. Rousseau explica que o estabelecimento da sociedade se deu por causa da oposição dos interesses particulares e o acordo destes interesses é o que possibilitou que esta mesma sociedade exista. Ou seja, a essência social é o ponto comum entre a diversidade de interesses dos membros que constituem uma sociedade.

O ser coletivo que se configura na forma de Estado não tem outro sentido para existir a não ser pela conservação dos seus membros e este é o interesse comum. Assim como a natureza concede a cada homem um poder absoluto sobre os demais, “*o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, ganha [...] o nome de soberania*” (ROUSSEAU, 1983, p.48). Embora a palavra soberania remeta a palavra Estado e vice-versa, Rousseau explica que Estado e Soberania tem conceitos diferentes. Assim, conforme o autor:

essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de cidade e, hoje, o de república ou de corpo político, o qual é chamado por seus membros de Estado quando passivo, soberano quando ativo, e potência quando comparado a seus semelhantes. (ROUSSEAU, 1983, p.33).

Na abordagem jurídica, Rezek (2013, p. 199) elucida que o Estado é “*personalidade originária de direito internacional público*”, que se constitui por quatro elementos combinados, “*população permanente, território reconhecido, governo aceito e exercício de soberania interna e externa*” (CASTRO, T., 2012, p.109). Este último, a soberania, “*é talvez o mais importante elemento, pois condiz com a própria identidade de qualquer Estado*” (SANTOS, R., 2007, p. 30).

Sendo assim, a soberania é o atributo essencial do Estado, uma vez que “*o faz titular de competências que, precisamente, porque existe uma ordem jurídica internacional, não são ilimitadas; mas nenhuma outra entidade as possui superiores*” (REZEK, 2013, p. 265, grifos do autor) e por isto “*é prerrogativa exclusiva do exercício da capacidade de mando, em última instância, do Estado nacional reconhecido*” (CASTRO, 2012, p. 109). Assim, a soberania é inerente ao reconhecimento do Estado. Acerca desta questão, Rezek afirma:

Não se conhece a tal propósito, forma imperativa: de várias maneiras pode manifestar-se o reconhecimento *expresso*, bem assim o reconhecimento *tácito*. Essa variedade possível na forma do reconhecimento de Estado conduz eventualmente, a

que se conjuguem atos que por sua natureza são unilaterais, qual na hipótese de reconhecimento *mútuo* – mediante tratado ou comunicado comum –, ou naquela, mas rara, em que certo tratado bilateral exprime, por parte dos dois Estados pactuantes, o reconhecimento de um terceiro. (REZEK, 2013, p. 270, grifo do autor).

Sobre as teorias que tratam do reconhecimento do Estado pode-se identificar duas: a teoria constitutiva e a teoria declaratória, sendo esta última a mais acolhida no *mainstream* atualmente. No que se refere à teoria constitutiva, Castro (2012) explica que essa abordagem está intensamente vinculada com o oneroso processo de colonialismo, uma vez que os novos Estados dependem da aceitação e do reconhecimento dos Estados já existentes. Assim, os Estados que buscam ter sua personalidade jurídica reconhecida deveriam se submeter aos interesses das metrópoles e dos países centrais, evidenciando a superioridade das potências e a desigualdade entre os Estados.

Já para a teoria declaratória “*é o ato unilateral*” (REZEK, 2013, p. 269), uma vez que “*limita-se a constatar que existe, efetivamente, um Estado, quando se encontram reunidos território, população, governo e soberania*” (CASTRO, 2012, p. 113). E, ainda, Rezek aprofunda apontando:

Já se terá visto insinuar, em doutrina, que os elementos constitutivos do Estado não seriam apenas o território, a população e o governo: a soberania seria um quarto elemento, e teríamos ainda um quinto e último, o reconhecimento por parte dos demais Estados, ainda que não necessariamente de todos os outros essa teoria extensiva encerra duplo erro. A soberania não é elemento distinto: ela é atributo da ordem jurídica, do sistema de autoridade, ou mais simplesmente do terceiro elemento, o governo, visto este como síntese do segundo – a dimensão pessoal do Estado –, e projetando-se sobre o suporte físico, o território. O reconhecimento dos demais Estados, por seu turno, não é *constitutivo*, mas meramente *declaratório* da qualidade estatal. (REZEK, 2013, p. 269).

Além disso, o conjunto de Estados investidos de soberania é que forma a sociedade internacional¹. Conforme Bull (2002, p. 13), “*o ponto de partida das relações internacionais é a existência de estados, comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma a sua soberania [...]*”. É por esse motivo que, por mais que os teóricos realistas e liberais da área de estudo das Relações Internacionais diverjam em diversas questões, eles concordam no ponto que o ator principal da sociedade internacional são os

¹Conforme Bull (2002), o conceito de sociedade internacional se traduz quando um conjunto de Estados compartilha valores e interesses em comum. Além disso, se relacionam e se vinculam perante certas regras e instituições acordada entre as partes, como por exemplo, o respeito à independência e à soberania de cada um, a cooperação para o bom funcionamento das instituições, a limitação do uso recíproco da força, os mecanismos diplomáticos, entre outros.

Estados e é por esse mesmo motivo que são eles, os Estados, os principais atores e a personalidade jurídica por excelência do Direito Público Internacional.

Assim, por mais que a globalização torne as fronteiras permeáveis e que os governos subnacionais reivindiquem maior autonomia de atuação internacional, são os Estados que têm o poder de conceder legitimidade e legalidade para as ações dos seus atores subnacionais no exterior. Nas pesquisas sobre paradiplomacia, destaca-se que a forma como o Estado se constitui e se organiza institucionalmente pode elevar ou diminuir as possibilidades de atuação dos governos subnacionais. Pois, quanto mais centralizador for o aparelho administrativo do Estado no governo central, maiores serão as barreiras que os governos subnacionais se depararão para obter legitimidade e legalidade nas suas ações internacionais.

No que se refere à forma de organização institucional e jurídica do Estado, pode-se considerar três tipos de classificação: Estado unitário, federal e confederação. No estado unitário, o aparelho burocrático administrativo é centralizado em um ou em dois níveis, sendo que um deles concentra totalmente ou a maior parcela de competências. Ou seja, o Estado quase não compartilha competências com as unidades subnacionais, e quando ocorre essa distribuição de autoridades, trata-se de uma parcela reduzida. Pode-se citar como exemplo o Uruguai, a França e Portugal.

Já nos Estados federais, as competências podem ser partilhadas em dois ou em três níveis: entre União, estados (na qualidade de unidade de federação) e municípios, conforme regramento constitucional. Neste caso, os entes subnacionais contam com um significativo grau de autonomia, desde que não contradigam “*as competências exclusivas da união que são, geralmente, de exercício das relações exteriores, de cunhar moeda e de responsabilização pela garantia da integridade territorial*” (CASTRO, 2012, p. 125). Nesse caso, “*as efetivas autonomias consignadas aos entes federados subnacionais evidenciam maior democratização do exercício do poder estatal*” (SANTOS, 2007, p. 37).

Na confederação, as unidades subnacionais possuem um elevado grau de autonomia, podendo, até mesmo, ocorrer distribuição de “*competência material (legislativa, tributária, socioeconômica e de representatividade externa) entre a esfera nacional e as unidades confederadas*” (CASTRO, 2012, p. 125). O exemplo clássico para esse tipo de desenho institucional são as Treze Colônias regidas pelo texto constitucional de 1776 a 1787. Posteriormente, esse texto constitucional passou por reformas, conforme explica Castro:

As Treze Colônias que iriam, futuramente, compor os Estados Unidos da América por meio do seu texto constitucional de 1787 viveram sob a égide do *Articles of Confederation* uma forma de confederação que não teve êxito, sob o ponto de vista da gestão administrativo-burocrática operacional das unidades (colônias) e da esfera confederativa nacional. (CASTRO, 2012, p. 25).

A reforma do texto constitucional que formou os Estados Unidos em 1787 “*é o marco do federalismo, como forma de Estado estruturado nos tempos modernos*” (SANTOS, 2007, p. 44). É importante abordar essa questão, pois esse ocorrido teve também repercussões no meio acadêmico, uma vez que gerou inúmeros estudos acerca do tema e que *a posteriori*, na década de 1980, resultou em novas investigações nas quais se cunhou a palavra *paradiplomacia*, como forma de renovação nas concepções desse objeto de estudo.

Assim, observa-se que a forma como os Estados se formam e se organizam, mediante ao texto constitucional, contribui para determinar o nível de autonomia que é concedida para os entes federados. No entanto, “*autonomia não se confunde com soberania*” (REZEK, 2013, p. 277), cabendo aos Estados características únicas que os permitiram serem os protagonistas no cenário internacional.

Em síntese, Halliday (1999) explica que o Estado é um ator que se divide em duas dimensões: a doméstica e a internacional. Desta forma, o Estado concorre com os demais Estados a fim de mobilizar recursos internamente e utiliza da sua atividade internacional para consolidar sua posição doméstica. Bull (2002) tem o mesmo entendimento que Halliday acerca da atuação dos Estados, é o que o autor chamou de “soberania interna” e “soberania externa”. Na primeira, trata-se da “*supremacia sobre todas as demais autoridades dentro [de um determinado] território e com respeito à [sua] população*”. Enquanto que a segunda é tudo aquilo “*que consiste não na supremacia mas na independência com respeito às autoridades externas*” (BULL, 2002, p. 13).

De toda maneira, é preciso ter o cuidado para não se fazer uma leitura equivocada da teoria, porque as relações sociais tanto internas como externas não se dão de forma extremamente organizada e fixa; deve-se considerar o mundo globalizado em que as fronteiras se tornam permeáveis e as lacunas deixadas na organização institucional do Estado, que possibilita que os atores subnacionais busquem ter mais voz, inclusive no âmbito internacional. É neste sentido que Bull afirma:

[...] outros desafios ao papel internacional privilegiado do estado, ou o seu direito de exercê-lo, podem ser levantados por atores “sub-estatais”, que participam da política mundial de dentro de um estado determinado, ou ainda de atores “trans-estatais” que ultrapassam as fronteiras dos estados. (BULL, 2002, p. 23).

Por fim, deve-se ter em vista que conceituar o Estado e apresentar as suas formas de organização se torna relevante nas questões que envolvem a *paradiplomacia*. As características de organização de cada Estado Nacional determinam e possibilitam a

capacidade de autonomia e articulação das unidades subnacionais na arena internacional, que podem ser protagonistas nas ações de desenvolvimento local.

Mas, como explanado cima, as relações entre os atores não se dão de forma extremamente organizada e fixa. É preciso considerar fatores como a globalização. Dessa forma, no próximo subcapítulo apresentaremos os conceitos básicos do fenômeno que interconecta o mundo de ponta a ponta.

3.2 GLOBALIZAÇÃO COMO PROMOTORA DOS ASSUNTOS SUBNACIONAIS

O aprofundamento da globalização estimulou a intensificação da interdependência comercial, a ampliação dos fluxos financeiros, o desenvolvimento tecnológico dos transportes e dos meios de comunicação, facilitando a mobilidade de pessoas e o intercâmbio de informações. É inegável que *“a globalização é, de certa forma, ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”* (SANTOS, 2001, p. 23). Castro, de forma sintética, conceitua a globalização e explica quando se acelerou esse processo:

é possível considerar a globalização como o processo que torna toda a extensão do planeta um espaço. Este processo, na realidade, não é recente, e a maioria dos pesquisadores está de acordo, mas acelerou-se após a década de 1970 com os avanços tecnológicos aplicados à informática e às telecomunicações e a maior disponibilidade do seu uso nas muitas esferas da vida social. (CASTRO, 2009, p. 215).

As reflexões acerca da globalização buscam elaborar caracterizações e explicações de uma sociedade que se interconecta ao redor do mundo, que torna as fronteiras permeáveis e que agiliza a dinâmica mundial por meio do suporte tecnológico. Assim, conforme Ramos, encontra-se na literatura acadêmica cinco maneiras de definir e explicar a globalização. *“Em primeiro lugar estaria uma noção que concebe a globalização em termos de internacionalização”* (RAMOS, 2005, p. 100, grifo do autor). Para o autor, essa concepção acerca do global tem a mesma conotação que relações transfronteiriças; e a globalização é a intensificação da interdependência e das trocas comerciais dessas relações. Ramos explica que não é necessário a utilização da palavra globalização para explicar os processos de internacionalização, porque as terminologias utilizadas nas Relações Internacionais são capazes e suficientes para explicar as transações e interconexões transfronteiriças.

A segunda forma de definir a globalização, é entender esse processo como um meio de liberalização, *“um mundo global seria aquele sem barreiras regulatórias para a transferência*

de recursos entre as fronteiras” (RAMOS, 2005, p. 101). Esta definição é utilizada em grande medida pelos teóricos neoliberais e pelos seus críticos mais rígidos. Ramos entende que usar a palavra globalização para definir o processo de liberalização não é adequado, “*uma vez que o termo livre comércio é perfeitamente capaz de lidar com esse fenômeno*” (RAMOS, 2005, p. 101).

Há também um terceiro modo de entender a globalização, que é vê-la como um sinônimo da universalização. Nesta visão, o processo de globalização é entendido como um movimento que gera uma síntese global das diversas culturas existentes. No entanto, esta interpretação gera inúmeras contestações, em que globalização geraria na verdade um processo de localização, como por exemplo, a divisão histórica das sociedades em torno das religiões. Ramos crítica e explica que não é apropriado utilizar a ideia de universalização para explicar a globalização.

O processo de ocidentalização e modernização é a quarta maneira de explicar a globalização, “*estando assim associada a um processo de homogeneização na medida em que todo o mundo se torna ocidental, moderno e, particularmente, norte-americano*” (RAMOS, 2005, p. 102). Destarte, o modo de viver através do capitalismo, do racionalismo e do industrialismo se expandiu mundo afora, destruindo a livre escolha de culturas já existentes. A respeito disso, Ramos entende que:

Neste caso também nota-se fenômenos não recentes, sendo que, assim, conceitos como modernização e imperialismo são mais do que suficientes para lidar com as ideias de ocidentalização, americanização e europeização – também não necessitando, assim, do conceito de globalização. (RAMOS, 2005, p. 102).

Por último, Ramos entende que a globalização estaria vinculada à ideia de desterritorialização ou de supraterritorialização, ou ainda, transplanetarização. Ou seja, um único espaço social compartilhado em âmbito global, que é instrumentalizado e condicionado pela tecnologia e pela economia. Dessa forma, não se trata meramente da intensificação dos fluxos financeiros, de pessoas ou de informações; trata-se, sim, da dinâmica de todos esses elementos que funcionam concomitantemente e sem interrupção em uma rede com um emaranhado de relações que envolve, em nível global, todos os indivíduos.

Assim, a globalização é um novo espaço que demandou e ainda demanda uma reorganização por partes dos diferentes subsistemas que integram os atuais sistemas sociais econômicos e políticos. Conforme explica Castro (2009), existem elementos e instituições

com rearranjos espaciais básicos que foram submetidos ao processo de globalização; são eles o capital, a empresa, o mercado, o trabalho, o Estado e o território.

Para o autor, o capital foi o primeiro a se beneficiar dos avanços tecnológicos nas telecomunicações, devido ao aumento na quantidade e na velocidade das transações financeiras ao redor do mundo. Dessa forma, o capital achatou a relação entre tempo e espaço, *“que se desterritorializa e pressiona para o fim de toda e qualquer barreira representada por fronteiras nacionais e regulamentos de governos que reduzam a sua fluidez”* (CASTRO, 2009, p. 229).

Além do capital financeiro existe ainda o capital produtivo, com características distintas, uma vez que é notória sua vinculação com o território. Nos dias atuais, as possibilidades disponíveis na logística e nas estratégias de planejamento na produção tornou oportuno desfrutar da oferta de vantagens de uma multiplicidade de lugares. E ainda, *“este espaço produtivo internacionalizado propicia a libertação das pesadas normas e tributos impostos pelos governos nacionais sobre as matrizes das grandes empresas, o que torna este capital cada vez mais desnacionalizado”* (CASTRO, 2009, p. 230).

O segundo elemento que Castro apresenta é a empresa, que assim como o capital produtivo apresenta vínculos territoriais, mas que não suprime a possibilidade de atuação das empresas hegemônicas simultaneamente em diversos lugares do planeta fomentando uma concorrência sem freios ou fronteiras (XAVIER, 2009, p. 59). Além disso, empresas de pequeno porte podem ser tão competitivas quanto os grandes conglomerados empresariais. Dessa forma, atuar de modo dinâmico, buscando tecnologia e eficiência, é essencial para se garantir a sobrevivência e a competitividade no mercado. E ainda, conforme Castro:

A garantia dos padrões de competitividade das empresas globalizadas depende ainda de sua capacidade inovadora, o que lhes impõe a necessidade de pesados investimentos em pesquisas e desenvolvimento. Associadas ou individualmente, elas hoje investem cada vez mais em pesquisas científicas, e em alguns casos ultrapassam os governos, o que reforça seus trunfos nas transações. A corrida pela inovação afeta pois tanto as empresas tradicionais como as empresas novas. As novas regras do jogo são draconianas e não perdoam indecisões e lentidão. Se a periferia do mundo capitalista entra, como sempre, menos armada no jogo internacional, empresas tradicionais e aparentemente sólidas pelo faturamento e apoio político mostram-se também vulneráveis. (CASTRO, 2009, p. 232).

Nessa dinâmica competitiva *“a guerra entre as empresas cria também a guerra entre lugares”* (XAVIER, 2009, p.59), uma vez que as empresas estão na busca da qualidade diferenciada de fatores como mão de obra qualificada, em infraestruturas adequadas e de

políticas fiscais flexíveis. Dessa forma, as localidades buscam maneiras de se tornar mais atraentes para as empresas, pois *“lugares dotados de qualidades especiais é um trunfo na competição, e a imagem criada pelo marketing da cidade, uma prática de combate”* (XAVIER, 2009, p.59).

O terceiro elemento é o mercado, o qual, segundo Castro, *“é a instituição central do processo de globalização”* (CASTRO, 2009 p. 233). Assim sendo, o autor aponta que antes não havia um fluxo tão grande de trocas comerciais entre os países como as que ocorrem nos dias atuais, isso evidencia que de fato o mercado tornou-se global e tem propiciado expectativas de consumo, principalmente, da classe média espalhada por todo mundo. Contudo a expansão dos mercados reafirma a heterogeneidade dos espaços terrestres, ao mesmo tempo em que incrementa um leque de possibilidades que as sociedades modelam dessas diferenças físicas.

Assim, se no passado as condições de transporte e comunicação limitavam as relações entre compradores e vendedores, hoje os novos meios de comunicação transmitem de maneira imediata as tendências de mercado de todo o mundo, aprofundando a interdependência econômica entre os atores internacionais (NYE, 90, p.165).

O trabalho é o quarto elemento que influi no processo de globalização, sendo que é o mais afetado pelas transformações dos setores produtivos e que apresenta maior repercussão social. Os novos preceitos da competitividade impõem às empresas que a quantidade de mão de obra seja reduzida e mais qualificada, por esse motivo as empresas se deslocam para locais que ofereçam mão de obra qualificada, barata e com melhores condições de infraestrutura para a produção.

Simultaneamente ao processo de deslocamento das empresas em busca de condições mais baratas e adequadas para a produção, existe também o fluxo de trabalhadores para países centrais no anseio de melhores oportunidades de empregos, no qual há momentos de conflitos sociais e há momentos em que se desenham novos espaços políticos, que se organizam para o acolhimento dos trabalhadores estrangeiros.

Além disso, na atual conjuntura, por vezes, as negociações políticas em relação às condições do ambiente de trabalho ficam afetadas, em algumas localidades os trabalhadores perdem significativamente seu poder de barganha, dadas as possibilidades de mobilidade da base produtiva e do incremento tecnológico que reduz consideravelmente as necessidades de

mão de obra. Nesse sentido, a luta sindical passa ser mais pela preservação do emprego do que pelo aumento salarial.

O quinto elemento que Castro apresenta é o Estado, trata-se da instituição do sistema, possui o aparelho jurídico para gerir a sociedade e o território, e ainda que muitos autores digam que seu papel esteja sendo remodelado, não há evidências de um esgotamento expressivo da sua legitimidade e legalidade como gestor. Conforme Castro:

O Estado ainda estabelece as regras da disciplina do trabalho e da apropriação dos excedentes nos limites do seu território, embora seu papel dirigente na economia nacional esteja, na maior parte dos países, enfraquecido, o que faz a felicidade do liberalismo radical. (CASTRO, 2009, p. 237).

É importante observar que ambiente político, em que ocorre o jogo de interesses seja do capital seja da sociedade, está se ampliando. Por esse motivo, quando a intenção é de se projetar no cenário internacional, os chefes de Estados devem ter em mente que é essencial a articulação das alianças nos espaços internos e externos do território.

O último elemento é o território, que “*é a arena privilegiada dos conflitos e opções colocados pela globalização*” (CASTRO, 2009, p. 241). Nesse sentido, o território é o cenário. A globalização impõe que a competição não ocorra tão somente entre as economias nacionais, mas também em níveis locais, pois atualmente as escalas subnacionais também possuem maneiras de articulação global. Além disso, para Castro:

O aumento da mobilidade dos fatores impõe aos governos nacionais a necessidade de estratégias para ampliar a competitividade sistêmica do conjunto ou de parte do seu território através do investimento nos fatores de menor mobilidade, como a qualidade da infra-estrutura tecnológica e da mão-de-obra. (CASTRO, 2009, p. 241).

A reorganização dos arranjos globais impacta os governos e as sociedades locais, que percebem os efeitos da globalização e pressionam os seus respectivos governos centrais para que apresentem ações rápidas como respostas. Por vezes, os governos não atendem as expectativas das sociedades, demonstrando certas debilidades na competência de promover o desenvolvimento regional e nacional; assim se oportuniza para que grupos da sociedade se organizem e se projetem no cenário internacional a fim de preencher certas lacunas que são deixadas pelos governos centrais; sucede-se então um processo de transferências de responsabilidades do governo central para os atores subnacionais.

Para Milton Santos, a globalização não passa de uma ilusão que tem como objetivo promover a ideia equivocada de que possa existir uma cidadania universal. Por isto, a globalização é duramente criticada por Santos:

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distancias – para aqueles que realmente podem viajar também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. (SANTOS, 2001, p. 18-19).

O processo de globalização, para Santos, é carregado de uma perversidade sistêmica que direta ou indiretamente é o cerne da evolução negativa da humanidade e o estímulo para o comportamento competitivo. Dessa forma, para o autor, a globalização é responsável pelo crescente desemprego crônico, pela pobreza, pela decrescente qualidade de vida da classe média, pela generalização da fome e do desabrigo, pela precarização da educação, pela disseminação de doenças, pelo egoísmo e pela corrupção.

Para Santos, a “unicidade técnica” é um dos elementos-chave para explicar o processo de globalização. O autor explica que a técnica é como a história, um progresso sem fim. Além disso, *“a cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível”* (SANTOS, 2001, p. 24). As técnicas não surgem de forma isolada, elas são implantadas em conjunto. *“Um exemplo banal pode ser dado com a foice, a enxada, o ancinho, que constituem, num dado momento, uma família de técnica”* (SANTOS, 2001, p. 25). Como cada período histórico tem o seu conjunto de técnicas, a atualidade está representada pelas técnicas voltadas a informação, como a informática, a eletrônica e a cibernética. De todo modo, o surgimento de uma nova técnica não faz desaparecer técnicas anteriores e todas elas passam a ser propriedade de atores hegemônicos. Para aqueles não hegemônicos resta somente as tecnologias menos poderosas e de menor avanço. Santos explica que *“antes havia técnica hegemônica e não hegemônicas; hoje as técnicas não hegemônicas são hegemônicas”* (SANTOS, 2001, p. 26).

É nesse contexto que a globalização viabiliza uma íntima interação entre o cenário internacional e os mais básicos “assentamentos humanos” (GIDDENS, 2012, p. 157). Em torno deste conceito de assentamentos humanos podemos considerar as cidades que estão profundamente vinculadas ao cotidiano das pessoas. Além disso, conforme Giddens:

O envolvimento maior das cidades tem o potencial de democratizar as relações internacionais; e também torná-las mais eficientes. À medida que a população urbana do mundo continua a crescer, serão necessárias cada vez mais políticas públicas e reformas voltadas para as populações que vivem em áreas urbanas. Os governos municipais serão parceiros necessários e vitais nesses processos. (GIDDENS, 2012, p. 183).

Conforme Santos, “*num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também regra da convivência entre as pessoas*” (SANTOS, 2001, p. 57). Uma cidade que dispõe de recursos prévios terá maiores condições de atrair mais recursos. Por exemplo, uma determinada localidade que possui em sua estrutura meios avançados de comunicação, de rodovias e melhores serviços, atrairá com mais facilidade empresas que impactarão na melhoria das estruturas já existentes e no incremento econômico-financeiro. É dessa forma que as cidades e as pessoas são incluídas no processo de globalização.

Dubet (2004) fez uma reflexão acerca do sistema de desigualdade. Embora o autor tenha a sua obra centrada na área de educação, em volta do tema da meritocracia, é possível aproveitar a ideia que ele cunhou como “As Esferas de Justiça” para aplicar no debate em torno da paradiplomacia. O autor explica que em todas as esferas que ocorrem as relações sociais há um sistema de desigualdade. Dessa forma, Dubet afirma que:

A escola cria suas próprias desigualdades, a economia cria suas próprias desigualdades, a cultura cria suas desigualdades, a política cria suas desigualdades[...]. As desigualdades de cada um desses domínios podem e precisam ser combatidas. Mas há desigualdade e injustiça novas quando as desigualdades produzidas por uma esfera de justiça provocam automaticamente desigualdades em outra esfera. Assim, desigualdades de renda causam desigualdades na esfera da escola, da cultura, da política, da saúde e também da beleza... Desse ponto de vista, um sistema justo é aquele que assegura uma certa independência entre as diversas esferas. (DUBET, 2004, p. 550).

É possível aproveitar essa reflexão no contexto da globalização quando se observa que a desigualdade econômica entre as localidades e regiões, que se dá, em certa medida, por questões geopolíticas, desencadeia a desigualdade de certas localidades em relação a outras em questões sociais, culturais, educacionais e políticas. Ou seja, uma região que não é assistida e não recebe recursos do governo federal, em virtude de certas peculiaridades geográficas (periféricas), torna-se mais frágil economicamente em relação a outras regiões e pode desencadear uma certa dificuldade de entrar na competição nacional e internacional de atração de investimentos privados, na divulgação das características culturais da sociedade local e na voz política ativa frente ao governo federal.

Neste caso, a desigualdade que ocorre na esfera de justiça econômica desencadeia a desigualdade na esfera de justiça de visibilidade da região, da cultura e da política. É assim que surge a paradiplomacia como política e instrumento para a internacionalização local e regional, complementar daquela desempenhada pelos governos centrais. Atualmente, os governos das unidades federadas são porta-vozes das demandas locais e devem ser protagonistas na ação que leva ao incremento do desenvolvimento através da captação de recursos no ambiente internacional. Dessa forma, o fenômeno da globalização é o motivo e a oportunidade para que os atores subnacionais busquem recursos no cenário internacional.

Uma vez visto como a globalização impacta as localidades e que a paradiplomacia surge como um instrumento para o desenvolvimento de áreas, por vezes, pouco assistidas pelos governos locais, vale uma investigação mais atenta acerca do conceito de paradiplomacia, que se segue no próximo subcapítulo.

3.3 DA PARADIPLOMÁCIA À ATUAÇÃO GLOBAL MUNICIPAL

O conceito de paradiplomacia foi cunhado por Panayotis Soldatos, professor titular da Universidade de Montreal, em 1990. O autor percebeu que a globalização oportunizou que unidades subnacionais dos Estados buscassem no plano doméstico e internacional, de forma independente, recursos para o desenvolvimento local, tanto na promoção do fluxo econômico e financeiro, como na articulação política e social. O tema ensejou um grande debate entre os cientistas políticos, em especial entre aqueles que tratam do federalismo. Para alguns destes autores, em especial para Soldatos, *“o termo, ao ser a abreviatura de diplomacia paralela, sugere que necessariamente haja conflito entre os níveis político, nacional e subnacionais e presume implicitamente a ocorrência de interesses incompatíveis”* (SILVA, 2010, p. 24).

Se a literatura aponta que a paradiplomacia é a ação de uma diplomacia paralela daquela desempenhada pelo governo federal, então torna-se mais do que necessário observar as características do conceito de diplomacia. Conforme Bull (2002, p.189), *“o núcleo da diplomacia tradicional tem sido o relacionamento oficial entre os estados soberanos”*, que é realizado por representantes legitimados. O Tratado de Viena define quem são estes representantes legitimados responsáveis pela condução da diplomacia dos Estados, a saber, os Chefes de Estado, os Chefes de Governo, os Ministros das Relações Exteriores, os Chefes de missão diplomática dos Estados e os representantes creditados pelos Estados.

Além disso, Bull (2002) aponta outras quatro características na diplomacia. Primeiro, a diplomacia inclui em suas atividades, por meio da avaliação do ambiente internacional, a formulação e a execução da política externa de um Estado. Segundo, a prática da diplomacia pressupõe relações entre dois ou mais Estados, que podem ser operadas por meio de conferências.

No entanto, Bull (2002, p. 190) adverte que *“os vínculos diplomáticos entre um estado e uma organização internacional a que ele pertence implica um elemento que não é nem bilateral nem multilateral, nem lateral”*. Ou seja, conforme o autor, se uma organização internacional (como, por exemplo, as Nações Unidas) ocupasse um lugar de proeminência na política internacional, em que os Estados deixassem de realizar laços entre eles e passassem a ter relações somente com esses órgãos, isso representaria o fim do sistema de estados e seria substituído por outra ordem internacional.

Terceiro, a diplomacia atua de maneira institucionalizada, quando se trata de relações entre Estados ou, de maneira ad hoc, quando se trata de relações de Estados com atores não estatais. Por fim, o autor define a diferença entre a ação diplomática e a ação consular. Assim, a primeira trata-se das relações entre governos de Estados e a segunda trata-se da comunicação entre cidadãos e países estrangeiros.

Dessa forma, no amplo debate em relação à definição dos atores que se envolvem nas ações paradiplomáticas, James Der Derian, professor catedrático na Universidade de Sydney, entende que o Estado Nacional é realmente o único ator apto e responsável pelo exercício da diplomacia e que a paradiplomacia ficaria reservada para os atores não governamentais. Neste sentido, Castelo Branco explica:

a paradiplomacia de Der Derian seria qualquer tipo de atividade voltada para as ações externas não governamentais de atores não estatais. O seja, aí estariam também incluídas corporações transnacionais, organizações sindicais internacionais, comunidades religiosas, organizações não governamentais, associações científicas, dentre outras possíveis categorias de atores. (CASTELO BRANCO, 2011, p. 57).

Assim, conforme Bechara (2009), o prefixo é um afixo que se agrega ao início de um elemento morfológico e que gera uma nova significação para a palavra. Assim, o elemento “para”, prefixo proveniente do grego, tem o significado de “proximidade”, “ao lado de”. Neste sentido, pode-se entender que a ação da paradiplomacia está em proximidade ou caminha ao lado da diplomacia.

Por isso, se a diplomacia é articulada no cenário internacional por representantes de natureza pública e legitimados Estados nacionais, a paradiplomacia não pode ser realizada por atores que não tenham características semelhantes. Ou seja, as corporações transnacionais, por exemplo, não podem reivindicar uma atuação que se aproxima da diplomacia, porque seus objetivos estão ligados à obtenção de lucros, enquanto que a diplomacia deve ter como foco a elaboração de política externa conforme o interesse nacional.

Dessa forma, para esse trabalho, entendemos que a paradiplomacia está reservada para a atuação dos governos subnacionais de estados federativos. Outro elemento que fortalece essa ideia são as inúmeras pesquisas que utilizam o conceito de paradiplomacia, em que os governos subnacionais são os atores paradiplomáticos.

Além disso, Ironildes Bueno da Silva (2010) foi coerente quando apresentou a ideia de que a paradiplomacia se trata de uma diplomacia “paralela” daquela exercida pelo governo federal. Pois o conceito de paralela nos remete à “*duas retas do espaço, [que] estão contidas em um mesmo PLANO e não se interceptam*” (SALEM, 1995, p. 404). Não nos detemos em aprofundar nas questões acerca dos conceitos de paralela e de plano, emprestados das Ciências Naturais. Conforme Passeron (1995), a apropriação de uma palavra específica para um trabalho científico não é uma escolha fácil. Cada palavra traz consigo os métodos, os processos históricos, o campo de observação e as interpretações teóricas inerentes à discussão daquele trabalho que a cunhou. Não se trata de uma mera definição sintética de palavras, como em dicionários de línguas. É preciso utilizar meios para se assegurar uma vigilância semântica de conceitos polimórficos, pois são palavras que reservam consigo heterogeneidades na sua concepção. Neste sentido, a palavra paradiplomacia parece se enquadrar nos conceitos polimórficos, assim, definir a sua significação é um trabalho extremamente árduo.

Observar a paradiplomacia como uma ação paralela (que busca um caminho autônomo, sem interceptar com as ações dos protagonistas principais do Sistema Internacional – os Estados) e contida em um mesmo plano (com naturezas próximas –representatividades públicas e legítimas) parece condizer com os inúmeros estudos empíricos sobre as ações internacionais dos governos subnacionais.

Em virtude do conceito de paradiplomacia ser tão recente, as divergências etimológicas, conceituais e tipológicas se tornam cada vez mais complexas entre os autores que se debruçam sob a questão. Dessa forma, o fenômeno foi observado em outras perspectivas e recebeu outros termos. Como por exemplo, a análise feita por Hocking, que

definiu o fenômeno como “Diplomacia de Múltiplas Camadas” ou de “Diplomacia Catalítica”.

Para o autor, o termo paradiplomacia reforça a errada ideia de conflito entre os níveis de governo, é preciso que haja cooperação entre esses níveis para que ocorram ações internacionais efetivas e bem-sucedidas. Desse modo, a diplomacia não pode ser vista como um processo segmentado do Estado, porque a atuação internacional estatal é o resultado do esforço de toda a sua estrutura, incluindo os entes federados.

Apesar da abordagem de Hocking ser muito original e justa, defende Paquin (2004) ela tende, no entanto, a subestimar a autonomia dos entes subnacionais no prosseguimento das suas relações internacionais. Além disso, Paquin (2004) explica que a maneira como Hocking interpreta o fenômeno não é capaz de descrever, especificamente, as ações dos atores subnacionais, pois fica limitada em entender o sistema diplomático do Estado e em incluir os entes subnacionais neste sistema.

Paquin (2004), professor titular da Escola Nacional de Administração Pública, na cidade de Montreal, utiliza o termo paradiplomacia nos seus trabalhos e explica que a paradiplomacia é um fenômeno urbano e muitas cidades conseguiram desenvolver diversas estratégias internacionais, como por exemplo, econômicas. Além disso, Paquin (2004), elucida que os atores paradiplomáticos tem um alto grau de autonomia e que possuem, em alguns casos, mais recursos do que os próprios Estados.

Para o presente trabalho não será discutido se os atores subnacionais promovem ou não ações conflituosas em relação ao Governo Federal. Para tanto, seria necessário a elaboração de um robusto método, que fosse capaz de apontar as ações consideradas harmônicas ou conflituosas. Além disso, seria também imprescindível uma investigação aprofundada acerca da protodiplomacia. Conforme Val,

A protodiplomacia, por sua vez, é a abertura dos governos subnacionais para o exterior na busca pela garantia de seus interesses econômicos e políticos particulares – e divergentes do Estado central - de forma intencionalmente conflitiva face à política externa do governo central. A ação protodiplomatica assemelha-se à ação estatal na medida em que os governos subnacionais procuram, a partir da legitimação de sua atuação internacional, se afirmar como uma nação diversa do Estado a que pertencem. (VAL, 2014, p. 09.).

Se a protodiplomacia, assim como a paradiplomacia, é uma ação na qual os governos subnacionais buscam autonomia e legitimidade no cenário internacional, como é possível identificar se as ações promovidas pelos governos subnacionais são com fins separatistas ou não?

Assim, a diferença entre a paradiplomacia e a protodiplomacia é tênue. Não está estabelecida, de forma clara, a fronteira que delimita onde termina a primeira e onde começa a segunda. Essa questão por si só renderia um trabalho acadêmico inteiro. Por esse motivo, não trilharemos o caminho para definir essas questões, estabeleceremos apenas que a paradiplomacia é um esforço dos governos subnacionais de buscar autonomia em relações ao Governo Federal nas suas ações internacionais, que ora pode ser conflituosa, ora pode ser harmônica.

Outro elemento importante na discussão do tema refere-se ao ambiente jurídico das ações paradiplomáticas. A literatura aponta, aparentemente de forma consensual, que a paradiplomacia ocorre de duas formas no ambiente jurídico: como paradiplomacia institucionalizada e como paradiplomacia não institucionalizada.

Assim, a paradiplomacia institucionalizada é aquela em que a atuação internacional dos entes federados é expressamente prevista na constituição do país, *“já se encontra num estágio de legalização no âmbito doméstico do ordenamento jurídico de um Estado”* (MORAIS, 2011, p. 39). Ou seja, alguns Estados não tão somente reconhecem atuação desses atores no cenário internacional, como também regulam suas ações de forma explícita na constituição. Como exemplo, cita-se a Alemanha. Já na paradiplomacia não institucionalizada, as ações dos entes federados ocorrem sem adaptações legislativas com regulamentos explícitos nas questões que as tocam diretamente. Como, por exemplo, ocorre no Brasil.

De qualquer forma, o ambiente jurídico que cerca as ações paradiplomáticas não pode ser considerado, de forma alguma, simples. A questão jurídica das relações internacionais é polêmica, por dois motivos: primeiro, o poder de jurisdição do Direito Internacional, segundo, a definição do sujeito jurídico internacional.

Assim, a discussão sobre o Direito Internacional Público é polarizada entre realistas e liberais. Por um lado, os teóricos da escola Realista das Relações Internacionais defendem que o Direito Internacional não tem status de lei porque não tem caráter obrigatório de adesão e não tem uma instituição superior que detenha o poder punitivo e de observância da lei. Dessa forma, os Estados, defendem os realistas, coexistem em estado de natureza nas relações internacionais, assim como os homens antes do estabelecimento das sociedades civis. Conforme explica Carr,

a visão realista ou positivista do direito foi exposta clara e explicitamente, pela primeira vez, por Hobbes, que definiu o direito como um comando imperativo: "Jus est quod iussum est", O direito está, portanto, totalmente divorciado da ética. Pode ser opressivo ou, mesmo, imoral. É tido por obrigatório porque existe uma

autoridade que força sua obediência. É uma expressão da vontade do estado, e é utilizado pelos que controlam o estado como um instrumento de coerção contra os que se opõem a seu poder. O direito seria, portanto, a arma do mais forte. (CARR, 2001, p. 229).

Por outro lado, os liberais (inspirados pelas obras de Abade de Saint-Pierre, Thomas Mores, Immanuel Kant, quatorze pontos de Woodrow Wilson, entre outros) defendem que “o sistema jurídico internacional é perfeito em suas atribuições, é coeso e representa a forma de regulação dos Estados na esfera internacional” (CASTRO, 2012, p. 349). Dessa forma, “não há dúvida de que há regras que os estados e os outros agentes da política internacional consideram reciprocamente obrigatórias. É por isso que podemos dizer que existe uma ‘sociedade internacional’” (BULL, 2012, p. 149).

Para este grupo de teóricos, os Estados se comprometem voluntariamente com as regras internacionais através de acordos recíprocos, com o objetivo de garantir a paz internacional. Assim, as relações internacionais não se sustentam no estado de natureza, conforme apresentado por Hobbes, porque os Estados estão submetidos a situações de constrangimento, caso não cumpra com os acordos firmados.

Quanto ao sujeito jurídico das relações internacionais, existe uma sutil divergência entre os realistas e os liberais. Para os primeiros, o Direito Internacional não tem força de lei, por isso seria incoerente a ideia de sujeito jurídico. Neste caso, os Estados são atores internacionais, soberanos e únicos. Já para os últimos, os Estados e as organizações internacionais (compostas de Estados) são os principais sujeitos de direito da sociedade internacional. Além disso, a teoria liberal admite a ação e a influência de outros atores, que estão submetidos às regras do Direito Internacional.

De forma geral, as ações internacionais dos governos subnacionais só são possíveis se considerarmos a teoria liberal. No entanto, para que os atores paradiplomáticos sejam sujeitos legítimos do Direito Internacional Público é preciso o aval dos Estados. Por isso, a questão acerca da institucionalização da paradiplomacia é tão importante.

No Brasil, Miklos (2011) explica que a criação das primeiras estruturas institucionais para coordenar as ações internacionais dos governos estaduais se deu a partir da década de 80. Entre os pioneiros se destaca o estado do Rio de Janeiro, em 1983; o estado do Rio Grande do Sul, em 1987 e o Estado do Amapá, em meados da década de 1990. Diante deste contexto, a chancelaria brasileira, preocupada com o contexto, passou a ter um olhar mais atento a essas questões. Assim, pela primeira vez, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil buscou incluir as demandas dos atores subnacionais no sistema de decisão da política externa brasileira. Miklos explica que:

O debate culminou, em 1995, com a criação da Diplomacia Federativa, política de Estado concebida para aproximar a chancelaria brasileira de governos estaduais e municipais e permitir a coordenação – e, no limite, o controle – da atuação internacional de unidades subnacionais brasileiras. (MIKLOS, 2011, p. 87).

No entanto, o conceito de “Diplomacia Federativa” ou ainda de “Política Externa Federativa” não passou sem críticas. Cezário (2011) explica que essa abordagem não é adequada para tratar a realidade das ações internacionais dos atores subnacionais brasileiros, pois

[...] ora se especificam apenas as ações nas quais os governos locais atuam alinhados com o Estado Nacional, ora se retrata uma posição hierárquica em desvantagem que não traduz a autonomia dos entes federativos e suas competências. (CEZÁRIO, 2011, p. 67).

Cezário (2011) crítica também o conceito de paradiplomacia, “*a análise desse fenômeno deve ser conduzida dentro de cada país ou região, originando conceitos próprios a cada um desses*” (CEZÁRIO, 2011, p. 29). Neste sentido, o termo que melhor se adequaria para a realidade brasileira é a “Atuação Global Municipal”. Nesta perspectiva se entende que quanto mais desenvolvida for atuação dos municípios no ambiente global, mais competitiva se tornará a República Federativa do Brasil, na sua totalidade, no cenário internacional.

Além disso, o autor destaca a necessidade de se ampliar dos canais de diálogo entre a política externa (conduzida pelo governo central) e a “Atuação Global Municipal” (conduzida pelos governos subnacionais). No entanto, o autor explica que não se exclui a possibilidade de divergências entre Governo Central e governos subnacionais, que é próprio de um ambiente democrático.

Neste sentido, Cezário (2011) aponta dois motivos para explicar a dificuldade que o termo paradiplomacia tem para abarcar todas as particularidades da atuação dos governos subnacionais brasileiros no exterior. Primeiro, o termo paradiplomacia foi criado da observação de contextos distintos da realidade brasileira e por isso engloba em si padrões e interesses de outros países. Assim, é ilegal, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, a prática de assemelhar a atuação internacional dos entes subnacionais com a política externa, mas em outros países essa prática não é tão limitada por lei.

Segundo, a paradiplomacia é utilizada para expressar qualquer atuação internacional paralela daquela desempenhada pelo governo central. Essa questão causa imprecisão nas análises realizada no Brasil, visto que o país possui três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), se diferenciando da realidade de alguns outros países que possuem apenas dois níveis de governo (Federal e Estadual). Dessa forma, as relações internacionais empenhadas

pelos governos estaduais se diferenciam das relações internacionais praticadas pelos governos municipais; por isso é necessário, afirma Cezário, construir tipologias que ilustrem as singularidades desses três níveis de governo, em especial dos municipais.

É nesse sentido que Cezário (2011) se empenha em categorizar a atuação internacional dos governos municipais como “Atuação Global Municipal” e pontua quatro argumentos que reforçam a singularidade dos governos municipais em relação ao governo federal. Primeiro, a natureza das interações estatais é diferente das interações municipais. Enquanto no mundo estadocêntrico prevalecem procedimentos formais e que são reafirmados ao longo do tempo, na atuação dos atores subnacionais utiliza-se o acordo de cavalheiros. Dessa forma, os governos locais não são submetidos a situações de constrangimentos e retaliações como ocorre frequentemente com os Estados.

Segundo, a diferença funcional entre os atores deve ser considerada. Os Estados Nacionais compartilham entre si semelhanças funcionais, ou seja, soberania, uso legítimo da força e território. Já os governos locais, abrangem de vilas a macrorregiões. Uma vila não tem as mesmas características de competências que tem uma megalópole.

Terceiro, enquanto a União se dedica em elaborar ações de política externa, que tem um escopo estratégico e tático mais amplo, os municípios direcionam as suas ações em áreas pontuais de interesse local, como educação, transporte, segurança, turismo, entre outros. De forma geral, *“as relações internacionais são incumbência dos três entes da República Federativa do Brasil. Cada ente, portanto, tem o papel de buscar melhoria dos serviços públicos prestados dentro de sua competência”* (CEZÁRIO, 2011, p. 78). Em virtude da proximidade que os governos locais têm com os cidadãos, *“muitas vezes o setor privado gera a intencionalidade de uma política pública local com enfoque internacional”* (CEZÁRIO, 2011, p. 79).

Por fim, os municípios brasileiros desenvolvem relações em rede mais complexa do que os estados federados. Neste sentido, Cezário explica que:

a intenção de ganhar maior escala, a compreensão de que as soluções dependem de dinâmicas regionais, a necessidade de ganhar força política fazem com que muitas das iniciativas internacionais dos governos locais se deem em arranjos consorciados. O associativismo é uma característica não só das relações internacionais, mas também de outros temas abordados pelo movimento municipalista brasileiro. Esse arranjo institucional traz implicações diretas para o modo de atuação internacional. (CEZÁRIO, 2011, p. 79).

Em resumo, Cezário é muito justo na sua análise e na elaboração de um novo termo. Mas nesse trabalho será utilizado o termo paradiplomacia, no que se refere as ações

internacionais dos atores subnacionais, por ser prevalente na literatura. Como o tema traz um emaranhado de informações, é oportuno reafirmar a definição de paradiplomacia que admitimos para esta pesquisa: paradiplomacia se refere às ações que visam à inserção internacional orquestrada por governos subnacionais (atores públicos, legítimos e que buscam autonomia), sem considerar se essas ações estão em harmonia ou conflito com o governo central, desde que o objetivo final seja o desenvolvimento local por meio da internacionalização.

3.4 DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO

Ao que tudo indica, a democracia, como regime político, não tem as suas origens estabelecidas juntamente com a formação do Estado-nação moderno. Dahl (2001) pressupõe que, nas sociedades tribais, onde os bens naturais pudessem ser acessados por todos, de forma igualitária, criou-se condições mínimas *“durante muitos milhares de anos, [no qual] alguma forma primitiva da democracia pode muito bem ter sido o sistema político mais ‘natural’”* (DAHL, 2001, p. 20). Mas, ressalva o autor, que provavelmente as “democracias tribais” foram substituídas para as organizações políticas baseadas na categorização (a oligarquia, a monarquia, a aristocracia ou o despotismo), quando *“as formas de hierarquia e dominação tornaram-se mais ‘naturais’”* (DAHL, 2001, p. 20).

Dahl presume que *“a democracia possa ser inventada e reinventada de maneira autônoma sempre que existirem as condições adequadas. [Ele acredita] que essas condições adequadas existiram em diferentes épocas e em lugares diferentes”* (DAHL, p. 19). Dessa forma, para o autor, a democracia só é possível a partir da *“lógica da igualdade”*, ou seja, a democracia só pode acontecer se houver um impulso para a participação democrática.

O estabelecimento dos primeiros regimes de governo (com registros históricos), que tiveram a capacidade de congregarem a participação popular de um expressivo número de cidadãos, foi na Grécia Antiga e em Roma, por volta do ano 500 a.C. Em virtude disso, *“foram os gregos - provavelmente os atenienses - que cunharam o termo *demokratia*: *demos*, o povo, e *kratos*, governar”* (DAHL, 2001, p. 21). As democracias da Grécia e de Atenas tinham a participação pública como base essencial para o seu funcionamento, por isso, para alguns, são conhecidas como democracias participantes. Conforme Dahl:

O governo de Atenas era complexo - por demais complexo para ser devidamente descrito aqui. Em seu âmago havia uma *assembléia* a que todos os cidadãos estavam autorizados a participar. A *assembléia* elegia alguns funcionários essenciais -

gerais, por exemplo, por mais estranho que pareça. O principal método para selecionar os cidadãos para os outros deveres públicos era uma espécie de loteria em que os cidadãos que poderiam ser eleitos detinham a mesma chance de ser escolhidos. Segundo algumas estimativas, um cidadão comum tinha uma boa chance de ser escolhido por essa loteria pelo menos uma vez na vida para servir com o funcionário mais importante a presidir o governo. (DAHL, 2001, p. 22).

Neste período, “*demokratia era utilizada por seus críticos aristocráticos como uma espécie de epíteto, para mostrar seu desprezo pelas pessoas comuns que haviam usurpado o controle que os aristocratas tinham sobre o governo*” (DAHL, 2001, p. 22). Platão foi um crítico ferrenho da democracia; para ele, trata-se de um regime político que concede um ambiente de liberdades ao povo e que em um primeiro momento pode parecer agradável viver em uma sociedade democrática. No entanto, ressalta o autor, há de se levar em consideração o cidadão democrático, pois este pode fraquejar frente aos vícios e corromper todo sistema político. No entendimento de Platão, só um filósofo-rei estaria isento dos vícios para conduzir a política, pois este receberia desde criança uma educação apropriada através da música, das artes, de exercícios físicos e do conhecimento da filosofia. Para o autor:

Um Estado democrático, sedento de liberdade e quando servido por maus copeiros, perde todo o controle, inebriando-se de liberdade pura, pune seus governantes, a menos que estes não sejam realmente complacentes e não concedam grande liberdade, acusando-os de malvados que aspiram à oligarquia. (PLATÃO, 2006, p. 98).

Se para Platão a democracia não era vista com bons olhos porque o povo não tem o mesmo talento e preparo que um filósofo-rei, para os pensadores contemporâneos a democracia está fundamentada no contrato social². Assim, os homens são iguais perante o direito e a partir da vontade geral há de se estabelecer a justiça entre os homens. Dessa forma, “*a passagem do estado natural ao estado civil produziu no homem uma mudança considerável, substituindo em sua conduta a justiça ao instinto, e imprimindo às suas ações a moralidade que anteriormente lhes faltava*” (ROUSSEAU, 1978, p. 33).

A passagem do homem para o estado civil lhe designa a perda da liberdade e do direito ilimitado, que é própria do estado de natureza, ao mesmo tempo que lhe confere o direito à propriedade de tudo aquilo que possui. O Contrato Social, de Rousseau, foi a “bíblia” da

² Neste trabalho há uma lacuna histórica bastante grande acerca dos sistemas democráticos que existiram entre a Grécia Antiga e a Revolução Francesa. No entanto, tendo em vista que a explanação deste período seria desnecessária para o escopo dessa pesquisa, optou-se por omiti-la. Assim, a intenção é mostrar que a democracia e o debate que existe em volta dela não nasceram juntamente com os Estados-nação modernos. De tal modo, percebe-se que com o aparecimento dos Estados-nação modernos ela recebe uma nova roupagem para que a sua prática se torne possível.

Revolução Francesa e uma obra que se fez presente na destituição das monarquias e na instalação dos regimes democráticos na Europa.

Após a democracia ter se instalado em diversos Estados-nação ocidentais e se ter constatado que a democracia na prática se distanciava do modelo pensado pelos teóricos do iluminismo, começou-se, assim, a questionar se a democracia estaria passando por transformações. Neste sentido, Bobbio tece a seguinte crítica:

Se recolhêssemos tudo o que foi escrito sobre as transformações da democracia ou sobre a democracia em transformação teríamos material suficiente para lotar uma biblioteca. Mas a palavra “transformação” é vaga o bastante para consentir as mais diversas avaliações: à direita (penso por exemplo no livro de Vilfredo Pareto, *Transformazione della democrazia*, de 1920, verdadeiro carro-chefe de uma longa e ininterrupta série de lamentações sobre a crise da civilização), a democracia transformou-se num regime semi-anárquico, predestinado a ter como consequências o “estilhaçamento” do Estado; à esquerda (penso por exemplo num livro como o de Johannes Agnoli, *Die Transformationen der Demokratie*, de 1967, típica expressão de crítica extraparlamentar), a democracia parlamentar está se transformando cada vez mais num regime autocrático. (BOBBIO, 2000, p. 33).

Bobbio mostra que não se trata de uma transformação da democracia, mas sim do “*contraste entre os ideais democráticos e ‘democracia real’*” (BOBBIO, 2000, p. 33), pois, “*para um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo*” (BOBBIO, 2000, p. 19). De toda forma, o autor define que a democracia, como regime que se contrapõe a todas as configurações de governo autocrático, “*é caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos*” (BOBBIO, 2000, p. 30).

Pereira (2013) explica que os processos democráticos se afastaram de forma gradativa das cidades-estados (na Grécia, Roma e Itália Medieval) para se estabelecer em esferas mais amplas de Estados nacionais. Assim, “*como resultado do surgimento dos Estados modernos a partir de meados do século XVII em diante, a democracia não teria sobrevivido se seu lugar não houvesse sido transferido da cidade-Estado para o Estado nacional*” (PEREIRA, 2013 p. 2), em outras palavras, teve-se que modificar a prática da democracia para que ela fosse possível nos Estados nacionais modernos.

Pereira elucida que “*como uma primeira consequência, podemos citar a questão da ‘representação’*”. *A mudança mais óbvia, sem dúvida alguma, é que os representantes substituíram quase que inteiramente a assembleia dos cidadãos da democracia antiga*” (PEREIRA, 2013 p. 2). Pois, a democracia direta, tal como nas cidades-estados, seria

impraticável, uma vez os Estados nacionais contam com um número muito maior de cidadãos que se organizam em grupos e, que por vezes, são conflitantes.

Pitkin (2006) mostra que foi entre os séculos XIII e XV que a palavra “representação” passou a significar o ato de se fazer presente e de tomar decisões em nome de outrem. A autora explica que a conveniência administrativa e política, da época, era o que motivava a convocação de cavaleiros e burgueses a se reunirem com o Rei e os Lordes em um Parlamento. As reuniões serviam para que houvesse o consentimento, por partes dos cavaleiros e burgueses, para a cobrança de tributos. Além disso, servia para levar informação das comunidades para o rei e vice-versa.

De outro modo, a autora destaca que somente em 1651 se iniciou o estudo teórico e político, no qual Hobbes é a vanguarda, acerca da palavra “representação”. Dessa forma, conforme Hobbes, *“uma pessoa é [aquela] cujas palavras ou ações são consideradas quer como as suas próprias, quer como representando as palavras ou ações de outro homem, ou de qualquer outra coisa a que sejam atribuídas, seja verdade ou ficção”* (HOBBS, 2003, p. 138). A representação se dá através do *“feito por autoridade”* (HOBBS, 2003, p.139), que é conceder o direito de ação a uma pessoa em nome de outra. Conforme Pitkin (2006, p. 29), *“pela definição formalista de Hobbes, ao ser autorizado, o representante adquire novos direitos e poderes; o representado adquire apenas novas obrigações”*, já que caberá àquele que concedeu o direito de outro agir em seu nome, responder e assumir todas as responsabilidades assumidas pelo representante.

Pitkin avança o debate acerca da representação quando traz as questões acerca do mandato e a independência e inter-relaciona com a associação entre a representação e a democracia. A autora mostra o paradoxo teórico interminável entre mandato e independência. Para o grupo teórico que defende o mandato, o representante deve ser porta-voz que reproduz as demandas do seu eleitorado. Enquanto que para os que defendem a independência, no qual tem Burke como referência, o ato de representar tem em seu cerne o julgamento do representante em momentos de decisão ou ação.

No que tange à associação entre representação e democracia, Pitkin (2006) explica que nos Artigos federalistas de Hamilton e Madison o governo representativo é uma alternativa adotada em substituição da democracia direta, tendo em consideração que seria impossível reunir em um só lugar um elevado número de pessoas. A autora ainda acrescenta que *“na América, representação era claramente representação de pessoas, e os interesses tornaram-se um mal inevitável, que deveria ser domesticado por um governo bem construído”*

(PITKIN, 2006, p. 34). Além disso, o bem público pode ser assegurado pela representação, que não terá na sua essência a distração da diversidade de interesses privados conflitantes.

Do mesmo modo, Pitkin (2006) ilustra o pensamento de John Stuart Mill, no qual os indivíduos optam pelos interesses egoísticos, imediatos e diretos em detrimento dos interesses coletivos, indiretos e remotos e que é por esse mesmo motivo que há a defesa de um governo representativo, de representação proporcional e do sufrágio universal. Pois dessa forma é possível garantir a voz de todos os governados, tendo em vista que aqueles que têm maior possibilidade de acesso à vida política tenderão a desprezar os interesses daqueles que enfrentam maiores limitações para acessar as decisões públicas.

De todo modo, Pereira explica que “*de acordo com Dahl, os primeiros esforços bem-sucedidos para democratizar o Estado nacional ocorreram, tipicamente, em países que já possuíam corpos legislativos destinados a representar diferentes interesses sociais*” (PEREIRA, 2013, p. 42). Em um primeiro momento, os tais interesses sociais eram compostos pelos anseios da classe aristocrática, dos donos de terras e dos interesses comerciais. No entanto, não foi preciso pensar em uma estrutura institucional abstrata, porque na prática a estrutura já existia através da representação, ainda que não fosse democrática. Em um segundo momento, muitos reformadores das ideias democráticas (que a princípio não tinham a intenção de tornar a democracia mais inclusiva) defendiam a necessidade de ampliar a base eleitoral, pois dessa maneira os órgãos se tornariam mais representativos.

No que diz respeito ao direito de voto em eleições livres, Dahl elucida que “*quando um regime garante este direito a alguns de seus cidadãos, ele caminha para uma maior contestação pública. Mas, quanto maior a proporção de cidadãos que desfruta do direito, mais inclusivo é o regime*” (DAHL, 2005, p. 28). Assim, “*considerando a democratização como um processo ascendente de contestação política reunida à expansão dos direitos de participação, Dahl identificou diferentes modalidades de regimes políticos*” (PEREIRA, 2013, p. 16), tais como as hegemonias fechadas, em que é possível identificar a ausência da contestação política e da participação; as hegemonias inclusivas, em que há participação política, no entanto, não há eleições e inexistente a contestação; as oligarquias competitivas, em que ocorre as eleições, mas não há inclusão política; e, finalmente, as poliarquias, em que há participação e contestação política. Assim, conforme Dahl:

As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública. (DAHL, 2005, p. 31).

Para Dahl, o conceito de contestação pública e participação engloba o direito de exercer oposição ao governo estabelecido; oportunidade de organizações políticas, ter a liberdade de se manifestar acerca dos temas políticos sem sofrer constrangimentos governamentais; ter acesso às opiniões alternativas; sufrágio secreto em candidatos de diferentes partidos, no qual os perdedores entregam de forma pacífica os cargos ocupados aos vencedores, entre outros. Percebe-se que está implícito neste conceito a competição de interesses e opiniões. Dessa forma Bobbio explica que:

O modelo ideal da sociedade democrática era aquele de uma sociedade centrípeta. A realidade que temos diante dos olhos é a de uma sociedade centrífuga, que não tem apenas um centro de poder (a vontade geral de Rousseau) mas muitos, merecendo por isto o nome, sobre o qual concordam os estudiosos da política, de sociedade policêntrica ou poliárquica (ou ainda, com uma expressão mais forte mas não de tudo incorreta, policrática). O modelo do Estado democrático fundado na soberania popular, idealizado à imagem e semelhança da soberania do príncipe, era o modelo de uma sociedade monística. A sociedade real, subjacente aos governos democráticos, é pluralista. (BOBBIO, 2000, p. 36).

A pluralidade que pode ser vivida na democracia gera também homogeneidade entre as mais diversas democracias engendradas mundo afora. Desse modo, os cientistas sociais e políticos se dedicam na criação de métodos para medir quanto democrática é determinada sociedade. Charles Tilly explica que há quatro tipos de abordagens de análise da democracia: a constitucional, a substancial, a procedimental e a orientada pelo processo.

A primeira abordagem foca nas leis que regulamenta o exercício político. O autor explica que esse tipo de análise encontra um certo limite, porque haveria consonância entre o que está estabelecido na constituição e a prática política. Já a abordagem substancial parte da qualidade de vida e liberdade política que determinado regime promove na sociedade. Porém, o autor aponta dois problemas neste tipo de estudo:

Primeiro, como podemos estabelecer critérios de comparação entre esses princípios desejáveis? Se um dado regime é muito pobre, mas seus cidadãos gozam de grande igualdade, devemos considera-los mais democráticos do que um outro que é muito mais prospero, mas mais desigual? [...]. Segundo, focar nos possíveis resultados da política mina qualquer esforço de descobrir se alguns arranjos políticos – inclusive a democracia – promovem resultados substantivos mais desejáveis do que outros. E que quisermos saber sob quais condições e como os regimes promovem o bem-estar humano, a liberdade individual, a segurança, a equidade, a igualdade social, a deliberação pública e a resolução pacífica dos conflitos? (TILLY, 2013, p. 22).

Os cientistas políticos que utilizam a abordagem procedimental definem se um regime é democrático ou não através da observação de um número isolados de práticas governamentais, tais como, a competitividades nos processos eleitorais, o envolvimento quantitativo de cidadãos nas eleições e a tolerância em relação à oposição no período de

eleições. A Freedom House, uma instituição sem fins lucrativos que empreende pesquisas sobre democracia, utiliza métodos que envolvem a abordagem procedimental. Tilly explica que não se sustentam as análises feitas por este tipo de abordagem, pois as premissas são focadas basicamente nos processos eleitorais e “*a despeito de sua grande conveniência, elas operam com uma concepção demasiado estreita do processo político*” (TILLY, 2013, p. 22).

Já no que se refere à abordagem orientada pelo processo político, que difere expressivamente das três abordagens apresentadas acima, é um conjunto mínimo de processos que precisam estar continuamente presentes para que a situação possa ser considerada democrática. Conforme Tilly, o autor Robert Dahl se utilizou deste tipo de abordagem quando definiu os cinco elementos que estão incluídos no processo que desencadeia a democracia, a saber: participação efetiva, igualdade de voto, entendimento esclarecido, controle da agenda, inclusão dos adultos. Tilly encontrou algumas questões passíveis de críticas na utilização da abordagem orientada pelo processo político de Dahl:

Mesmo assim, há um problema. Basicamente, Dahl oferece-nos uma lista estática à qual apenas se deve indicar “sim” ou “não”: se um regime oferece todas as seis instituições, ele é considerado uma democracia. Se algumas delas não estão presentes, ou se algumas não estão operando devidamente, o regime não é considerado uma democracia. Para uma contabilização anual de quais regimes são ou não são democracias, essa abordagem funciona, mesmo que alguns críticos possam questionar se as eleições em países como a Jamaica são livres e justas. Entretanto, suponhamos que queiramos usar esses critérios de forma ambiciosa. Não queremos apenas verificar a existência de democracia em um momento temporal específico. Em vez disso, queremos fazer coisas mais complexas: primeiro, comparar regimes para verificar o quão democrático eles são; segundo, acompanhar regimes individuais ao longo do tempo, observando quando e como eles se tornam mais ou menos democráticos. (TILLY, 2013, p. 24).

De forma geral, é possível observar a presença das categorias apresentadas acima nos processos deliberativos não somente em níveis nacionais, como também em níveis locais, como por exemplo: as políticas de orçamento participativo. Conforme Fernandes (2005), o orçamento participativo é deliberado em assembleias regionais da cidade que visa definir o gasto de uma parcela dos recursos do governo municipal em obras para melhorias públicas.

No que se refere às demandas, estas “*são encaminhadas por delegados eleitos nas regiões que representam bairros ou um conjunto de bairros e são decididas em uma assembleia maior grades de prioridade, chegando até a deliberação final dos recursos para serem investidos nos bairros*” (FERNANDES, 2005, p. 8). Segundo o autor, mesmo que os recursos não representem 100% da rubrica de investimentos, o orçamento participativo é um procedimento que possibilita o incremento da cidadania.

Neste sentido, para o presente trabalho se entende como democratização todo o esforço empreendido que tenha como objetivo a aproximação da democracia ideal, em que todos participam dos processos decisórios. Assim, será considerado como processo de democratização toda vez que houver um movimento que garanta participação popular, mesmo que via representante; espaços que oportunizem o debate de ideia concorrentes; processos de eleições, seja para delegados ou para deliberação direta de decisões e livre expressão da vontade popular.

Por fim, entendemos que, para esta pesquisa, a paradiplomacia é o instrumento e a Rede Mercocidades é o ambiente, que juntos deveriam gerar a democratização dos assuntos internacionais na cidade de Santa Maria. Ou seja, a paradiplomacia é um conjunto de decisões e ações internacionais dos governos subnacionais com o objetivo de atender as demandas locais, que não existiriam sem a participação popular.

Por sua vez, a Rede Mercocidades é um ambiente de cooperação internacional, que tem como objetivo auxiliar os governos locais no atendimento destas demandas. A relação entre a Rede Mercocidades com a cidade de Santa Maria não necessariamente gera por si só um processo de democratização, é preciso o envolvimento popular, o qual, aqui, entenderemos que se dá por meio da paradiplomacia.

4. HISTÓRICO DESCRITIVO E ANÁLISE DOS DADOS

O nosso recorte se inicia em 1990, quando a cidade de Santa Maria começa a empreender esforços para incrementar o seu desenvolvimento através da articulação regional. Esta década coincide com mudanças significativas nos âmbitos nacional e internacional. No contexto nacional, o processo de redemocratização e a implementação de um novo texto Constitucional. Já no contexto internacional, o fim da guerra fria e o aprofundamento da globalização. Segundo Costa (2001), Santa Maria realizou em 1990 o I Encontro de Indústria, Comércio e Turismo da Região Centro do Rio Grande do Sul, que tinha como objetivo central discutir o impacto das políticas de integração latino-americana nos serviços da indústria, do comércio e do turismo na região. Além disso, o autor explica:

Registra-se ainda, o papel de nossas Universidades que no caso da Universidade Federal de Santa Maria, há anos procurava integrar-se com Instituições congêneres dos Países Latino-americanos, não apenas recebendo, na época um grande número de universitários destes países, em seus diferentes Cursos de Graduação e Pós-Graduação, como ainda implementava vários intercâmbios culturais, tecnológicos e científicos. Para exemplificar, destaca-se a criação do Instituto Binacional Rivera (Uruguai) – Santana do Livramento (Brasil) e do Fórum de Reitores das Universidades do Cone Sul, ambos neste ano de 1990. (COSTA, 2001, p. 19).

No mesmo ano de 1990, entre os dias 5 e 8 de dezembro, representantes da cidade de Santa Maria participaram do I Encontro Trinacional e Interestadual de Vereadores, na cidade de Torres. Na ocasião Santa Maria, por meio dos seus representantes, apresentou a Proposta de Criação de uma Instituição Representativa dos Parlamentares Municipais no Cone Sul; entendia-se que essa proposta se materializaria através do I Encontro Latino-americano de Vereadores, Ediles e Concejales.

A Carta Final de Torres indicou como favorável a proposta de Santa Maria e motivou as atividades preparatórias do I Encontro Latino-americano de Vereadores, Ediles e Concejales. Em geral, foram realizadas três reuniões, que envolveu diversos setores da sociedade, entre eles, as instituições políticas locais, as instituições de ensino, os representantes da esfera privada (comerciantes e associação de empresários) e instituições interestaduais, assim como explicar Costa:

As reuniões preparatórias a acontecer. A primeira reunião com as Entidades Locais, entre elas a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal de Vereadores, a Universidade Federal de Santa Maria, a Casa do Uruguai, a Câmara de Comércio e Indústria, a Associação de Hotéis, Empresas de Turismo e Restaurantes, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a Caixa Econômica Estadual, a Associação dos Veículos de Comunicação, o Clube dos Diretores Lojistas, a Associação dos Jovens Empresários, todos de Santa Maria. A segunda reunião com as Entidades Estaduais,

como o Governo do Estado, a Assembleia Legislativa e a União de Vereadores. A terceira reunião com Entidades Interestaduais, como a União de Vereadores do Estado de Santa Catarina, a Associação Comercial do Paraná e a União de Vereadores do Estado do Paraná. (COSTA, 2001, p. 22).

Assim, entre os dias 09 e 11 de maio de 1991 aconteceu, como previsto, o I Encontro Latino-americano de Vereadores, Ediles e Concejales. Entre os temas abordados teve-se como preocupação central as questões relacionadas ao turismo, às políticas de integração política inter-regionais e com região de fronteira, ao comércio e ao desenvolvimento. Este evento deu origem ao Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais; além disso possibilitou que a cidade de Santa Maria recebesse convites à reuniões e eventos em cidades de toda a região e em países vizinhos. Além disso, destaca-se aqui alguns trechos relevantes da Carta de Santa Maria (documento que expressa os resultados suscitados no evento):

a) ressaltar como marco importante na integração Latino-americana o presente Encontro de Santa Maria pela presença dos Países Latino-americanos signatários do Documento, como também pelas sugestões tomadas durante o evento; b) priorizar o papel fundamental dos municípios no aceleração do processo de integração de nossos povos que até agora não têm sido devidamente reconhecido para garantir uma melhor qualidade de vida de seus habitantes; c) reconhecer como marco essencial para o processo de integração a estabilidade institucional, a democracia política, o respeito irrestrito aos Direitos Humanos e à Soberania Nacional; d) reafirmar que para o pleno desenvolvimento do processo de integração, é imperioso estabelecer um tratamento diferenciado e comum para a dívida externa; e) valorizar o papel que as organizações sociais devem desempenhar neste processo; f) ressaltar a importância do trabalho que as Universidades devem cumprir, especialmente nas áreas culturais, científicas e tecnológicas; g) estabelecer a necessidade de que a Preservação do Meio Ambiente seja uma constante prioridade nas sucessivas etapas de integração e crescimento; h) reconhecer esta oportunidade que permitiu aos vereadores, ediles e concejales darem o primeiro passo de integração entre nossos povos irmãos, comprometendo-nos no próximo Encontro a realizar-se no Uruguai a continuarmos discutindo, item por item, os temas inerentes a nossa função como diretos representante do povo [...]. (COSTA, 2001, p. 30-31).

O I Encontro Latino-americano de Vereadores, Ediles e Concejales, fez parte das primeiras ações paradiplomáticas da cidade. Neste momento, a cidade ainda não havia se tornado cidade-membro da Rede Mercocidades. Mas nota-se que já havia a preocupação latente de integração com as cidades ao entorno de Santa Maria e com os países que fazem fronteira com o Estado brasileiro. Além disso, o evento ilustra a preocupação que os representantes políticos locais tinham, na ocasião, em incluir os mais diversos setores da sociedade nas ações políticas da cidade e de se posicionar em consonância com o Governo Federal.

Outro aspecto interessante foi acerca da divulgação do evento, pois demonstra que os representantes políticos da cidade estavam preocupados com a transparência das suas ações

paradiplomáticas, que é a característica fundamental do processo de democratização. Assim, conforme Costa:

É importante destacar o apoio recebido dos veículos de comunicação, de Santa Maria e Porto Alegre, na divulgação **do I Encontro Latino-americano de Vereadores, Ediles e Concejales**, especialmente das Rádios: Gaúcha e Guaíba (Porto Alegre), Imembui, Guarathan, Santamariense, Medianeira e Universidade (Santa Maria); das emissoras de televisão RBS TV (Santa Maria e Porto Alegre), Guaíba e Cultura (Porto Alegre) e dos jornais: A Razão e o Expresso (Santa Maria) e Zero Hora e Correio do Povo (Porto Alegre). (COSTA, 2001, p. 38, grifo do autor).

No encerramento do evento em Santa Maria deliberou-se que a I Reunião do Comitês de Integração ocorreria na Cidade de Rosário (Argentina), entre os dias 05 e 06 de julho de 1991, que seria o marco inicial do Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais. Assim, a I Reunião do Comitê de Integração ocorreu tal como foi deliberada, presidida pelo Concejal Agustin Rossi e contou com delegações de cidades da Argentina, Brasil e Uruguai.

A participação de Santa Maria foi composta por representantes da Câmara de Vereadores e da Câmara de Comércio e Indústria do município. As tratativas e decisões que foram geradas durante a reunião resultaram na Carta de Rosário que definiu a cidade de Florianópolis (Brasil) para ser anfitriã da II Reunião do Comitê de Integração e a cidade de Maldonado (Uruguai) para receber o II Congresso Latino-americano de Parlamentos Municipais, entre os dias 22 e 23 de novembro daquele mesmo ano.

Além disso, a Carta registrou o compromisso de integração e apoio municipalista entre as cidades participantes. A I Reunião do Comitê de Integração oportunizou posteriormente, em 26 de setembro de 1991, o acordo de irmanamento entre as cidades de Santa Maria (Brasil) e Rosario (Argentina). Durante a presente pesquisa se buscou ações pontuais estimuladas pelo irmanamento de Santa Maria e Rosário e não se evidenciou nenhuma ação material específica a partir deste acordo.

A II Reunião do Comitê de Integração, que ocorreu na cidade de Florianópolis (Brasil), entre os dias 7 e 8 de outubro de 1991, presidida pelo vereador Michel Curi e pela Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis, teve como objetivo precípuo firmar um acordo entre os governos municipais de cidades da Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil com os representantes do setor privado da área de Publicidade, Hotelaria e Transporte. Além disso, buscou-se definir a primeira Mesa Executiva do Comitê para elaborar e aprovar o Estatuto do Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais e a Carta de Florianópolis.

No acordo firmado em Florianópolis foi deliberado um Plano de Ação com o escopo de organizar a produção de um vídeo que deveria mostrar as potencialidades, em especial turísticas, das cidades participantes do acordo. Além disso, conforme a Carta de Florianópolis:

O Comitê de Integração em sua segunda reunião, em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, nos dias 07 e 08 de outubro de 1991, após estruturar suas normas básicas de funcionamento decidiu: (1) reafirmar sua convicção da importância dos Parlamentos Municipais como primeira escala da relação política de governo; (2) afiançar o espírito de cooperação, solidariedade e ação política para aprofundar a integração latino-americana; (3) trabalhar para superar todos os entraves que impeçam o avanço do desenvolvimento harmônico da integração latino-americana; (4) continuar com processos e mecanismos que apontem relacionamento dinâmico entre os setores das nossas comunidades, especialmente, os trabalhos, os empresários, as universidades; (5) apontar a democracia como a única forma política de organização dos povos e de assegurar o convívio social para o desenvolvimento integral do ser humano; (6) buscar, dos governos, o reconhecimento do Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais, como legítima entidade representativa dos Parlamentos Municipais; (7) Estabelecer a República Argentina para sede do III Congresso de Legisladores Municipais, aceitando a proposta da Cidade de Rosário, Santa Fé, para organizar o evento. (COSTA, 2001, p. 50).

A carta originária da II Reunião do Comitê de Integração, em Florianópolis, mostra que antes mesmo da criação da Rede Mercocidades, as cidades fronteiriças e outras cidades entorno das regiões de fronteira do Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina já discutiam, em 1991, ações que propiciassem a cooperação e a integração entre os atores subnacionais. Nota-se também a preocupação dos representantes em apontar a democracia como o meio mais viável para garantir o desenvolvimento humano e o convívio social através de mecanismos que estimulem a participação mais dinâmica dos diversos setores da sociedade, em especial, dos trabalhadores, empresários e da universidade.

O II Congresso Latino-americano de Parlamentos Municipais ocorreu, em novembro de 1991, na cidade de Punta del Este e contou com 853 participantes provindos do Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai. Conforme os resultados gerados nos trabalhos empreendidos nas Comissões Temáticas do evento, nota-se que em comparação ao I Encontro Latino-americano de Vereadores e Ediles houve avanço nos debates e inclusão de novos temas. Assim, o evento se dividiu em quatro comissões de trabalho, a saber: Comissão 1 – Integração Latino-americano; Comissão 2 – Aspectos Legislativos; Comissão 3 – Preservação do Meio Ambiente e Comissão 4 – Produção e Serviços.

Na primeira comissão (Integração Latino-americano) destaca-se a preocupação por parte dos representantes em construir uma consciência coletiva e regional, por meio de um conjunto de planos que visem o desenvolvimento equitativo, para se garantir o êxito do MERCOSUL empenhado pelos Governos Federais. Além disso, esta comissão buscou

discutir mecanismos que pudessem ser geradores de sinergia entre os setores da sociedade por meio do desenvolvimento da tecnologia, da comunicação e dos processos institucionais.

Já na segunda comissão (Aspectos Legislativo), os debates giraram em torno da reafirmação do regime democrático, da autonomia dos governos municipais, da cooperação entre os Órgãos Legislativos Municipais da América Latina, do fortalecimento do intercâmbio de informações e uniformização de alguns procedimentos entre os governos municipais e na organização institucional dos Congressos Latino-americanos de Paramentos Municipais e do Comitê de Integração.

Na terceira comissão (Preservação do Meio Ambiente) se concluiu que se deveria “*reafirmar o indelegável rol do estado como principal garantia de equidade e justiça na preservação do meio ambiente*” (COSTA, 2001, p. 55). Além disso, se entendeu, naquele momento, a necessidade de se trabalhar tanto no âmbito local como em âmbito nacional em leis que fossem mais rigorosas para com os sujeitos que são os protagonistas na contaminação das águas, do solo e do ar. Assim, a participação da sociedade e das Organizações Internacionais que dizem respeito a esse tema se faria imprescindível. Ainda nesta comissão se sugeriu um documento que tinha como objetivo indicar medidas a serem adotadas para proibir a manipulação ou o depósito de materiais radioativos nos territórios que limitam os municípios. A preocupação em apoiar e contribuir na conferência Mundial ECO 92, a partir do Comitê Latino-americano de Paramentos Municipais, também foi uma preocupação dos membros-participantes desta comissão.

A quarta comissão (Produção e Serviços) foi subdividida em cinco tópicos de discussão: 4.1 Setores Produtivos; 4.2 Educação e Cultura; 4.3 Saúde; 4.4 Turismo e Comunicação e 4.5 Ciência e Turismo. No que diz respeito aos Setores Produtivos, há o parecer de que a eficiência dos negócios empenhados por empresários e produtores dependeria da integração de uma cadeia produtiva na região, incluindo os municípios e os setores produtivos da Argentina, do Paraguai e do Paraguai. Conforme as conclusões desta subcomissão, os governos subnacionais, com autonomia nas ações, poderiam apoiar os empresários, a fim de inseri-las no rol de possibilidades do MERCOSUL e promover feiras e eventos para melhorar a visibilidade das empresas da região.

Já na subcomissão 4.2 Educação e Cultura foi apresentado a cultura como elemento agregador entre os municípios da região, tanto do Brasil como dos países vizinhos. Além disso, os trabalhos foram encerrados com uma moção que explicita o seguinte:

Atento a que esta Comissão tomou conhecimento das dificuldades que tem o ensino em toda a América Latina e em especial nos países que integram o Mercosul.

Considerando que todos os integrantes desta Comissão estão representando as distintas correntes políticas dos países que conformam o Mercosul. Mencionam no sentido de que uma vez tomadas as resoluções que a Assembleia determine, as mesmas sejam levadas às autoridades máximas dos partidos que estão representados solicitando sua posição com relação aos temas considerados e que se levem ditas respostas a próximo Congresso de Legisladores Municipais da América Latina. (COSTA, 2001, p. 61).

A subcomissão de Saúde apresentou alguns encaminhamentos a respeito de aspectos bromatológicos, sanitários e da doença sexualmente transmissível – HIV. No sentido de contribuir na efetivação de uma forma operativa para as ações que deveriam ser empenhadas na área de saúde, se debateu a respeito dos seguintes assuntos: Atenção da Saúde; Recursos Humanos; Tecnologia; Medicamentos; Tratamentos de Alta Complexidade; Universidade e Pesquisa; Saúde e Meio Ambiente; Prioridades Sanitárias e a criação de uma Comissão Permanente de Saúde.

Na subcomissão 4.4 Turismo e Comunicação, se nota como prioridade o propósito de reunir esforços para tornar as telecomunicações e os transportes mais eficientes. Na compreensão dos representantes políticos dos municípios, esse é o meio pelo qual se poderia tornar o comércio mais competitivo e cumprir com a ideia de final de um MERCOSUL que transcende a sub-região. No que se refere ao turismo, tinha-se como alvo:

incentivar e aprofundar com os Organismo Estatais, Municipais e Provinciais, a formação de guias turísticos e especialistas em outras áreas da indústria, fomentando o intercâmbio dos mesmos. Impulsionar através dos institutos de Ensino do Estado, de todos os níveis, a criação e/ou desenvolvimento de uma cultura de Estado, de todos os níveis, a criação e/ ou desenvolvimento de uma cultura de turismo adequada, nos países em que ainda não houver. (COSTA, 2001, p. 64).

Por último, a subcomissão 4.5 Ciência e Tecnologia se focou em propor a integração tecnológica e científica entre os países que compõem o MERCOSUL, com o intuito de acessar tecnologias mais avançadas; o intercâmbio mais intenso de conhecimento com as universidades e demais institutos; a criação de um banco de dados composto de endereço e telefone dos Conselhos Deliberantes dos países membros do MERCOSUL para que as informações circulem com maior eficiência. Ademais, o II Congresso Latino-americano de Parlamentos Municipais, que abarcou um amplo rol de temas, se encerrou com a Carta de Punta del Este que explicitava o seguinte:

É aspiração do II Congresso Latino-americano de Parlamentos Municipais que os Estados signatários do Tratado de Asunción declarem de INTERESSE NACIONAL a realização de Encontro Latino-americano de Legisladores Municipais como aporte ao processo de integração nacional.

Para Integração Latino-americana o II Congresso Latino-americano de Legisladores Municipais declara:

A profunda convicção que só através de um real processo integrador é possível avançar o bem-estar dos povos de nossa América, elevando a qualidade de vida para toda a região, tal como sonharam nossos libertadores.

A vontade de que a integração de nossos países se realize respeitando a soberania e as identidades culturais de cada povo.

Que o alcance da integração plena só é possível no marco de uma compatibilidade democrática básica de todos os estados membros.

Que o êxito do Mercosul depende da existência de uma consciência coletiva dos povos da região, que se reforça através de planos conjuntos de desenvolvimento econômico harmônico, buscando a coordenação das políticas macroeconômicas.

Que os Legisladores Municipais entendem, igualmente, que para conseguir êxito na integração latino-americana, na busca das transformações sociais e melhora da qualidade de vida das populações resulta fundamentalmente garantir a representação dos trabalhadores nos organismos de implementação e administração, escolhidos e indicados pelas entidades sindicais.

O apoio à estruturação de mecanismos de informação e coordenação que busquem o acesso a todos os dados que resultem imprescindível para tomadas de decisões; o pleno convencimento que a integração dos povos não se consegue só com a vontade política plasmada na assinatura do Tratado de Asunción, senão quando a sociedade toda se comprometa no processo. (COSTA, 2001, p. 66).

Em março de 1992, nos dias dois e três, realizou-se a III Reunião do Comitê de Integração, na cidade de Encarnación (Paraguai), coordenada pelo Honorable Junta Municipal e presidida pelo Concejal Juan Antônio Diaz de Vivar juntamente com o Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais (representado pelo vereador Michel Curi). Na ocasião, os representantes reforçaram os encaminhamentos feitos no II Congresso Latino-americano de Parlamentos Municipais nos temas acerca da saúde, educação e cultura e meio ambiente e adicionaram novas demandas, tais como, a implantação de uma Cédula Única de Identidade para os cidadãos dos países membros do MERCOSUL e a solicitação direcionada aos Governos Federais para a concretização de seis obras de infraestrutura: a Ponte Rodoferroviária (São Borja/BR – Santo Tomé/AR); Ponte entre Presidente Franco (Paraguai) e Porto Iguazu (Argentina); a Ponte entre a Ciudad Del Este (Paraguai) e Foz do Iguazu (Brasil), a Liberação de tráfego sobre a Represa de Itaipú, a internacionalização do Porto de El Soberbo (na fronteira Brasil e Argentina) e a Canalização do Arroio Zauzal, na fronteira Uruguai e Argentina.

Da III Reunião do Comitê de Integração se materializou a I Jornada Latino-americana para Formação de Lideranças Jovens para a Preservação da Aids, entre os dias 26 e 28 de março de 1992, no município de Rosário (Argentina). O evento reuniu jovens de 16 e 20 anos e autoridades políticas e educacionais dos municípios dos países latinos americanos. No mesmo mês, em março de 1992, os municípios de Lujan (Argentina) e Santa Maria (Brasil) firmaram um Acordo de Cooperação que tinha como intento o intercâmbio de ideias e

informações, o aprofundamento das atividades comerciais e produtivas, a interação cultural e o incremento das relações políticas. No mês seguinte, em abril de 1992, Santa Maria (Brasil), Santo Tomé, Apostoles (Argentina) e Encarnación (Paraguai) também firmaram um Acordo em moldes muito parecidos com o Acordo de Cooperação entre Santa Maria e Lujan.

Três meses depois, entre os dias 03 e 04 de julho de 1992, ocorreu mais uma edição do encontro que reuniu representantes municipais da região: o III Congresso Latino-americano de Parlamentos Municipais. As atividades foram presididas pelo Concejal Osvaldo Mattana e contou com a participação de Legisladores Municipais do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, bem como convidados especiais de municípios da Bolívia e do Chile. As Comissões Temáticas se dividiram em oito, a saber: 1. Educação e Cultura; 2. Saúde; 3. Ecologia, 4. Meio Ambiente, Tecnologia, Industrial, Comércio, Indústria; 5. Análise Comparativa das Legislações Municipais e Possibilidades de Compatibilização; 6. Autonomia Municipal; 7. Estudo Comparativo da Legislação Trabalhista; 8. Determinação da Estrutura definitiva da Organização Integradora dos Parlamentos Municipais Latino-americanos.

Algumas deliberações foram novidades neste evento, como por exemplo, na educação, a proposta de buscar uma gestão junto com as autoridades educativas para incluir nos currículos escolares o ensino da Integração Latino-americana e os aspectos do MERCOSUL; na cultura, a criação de bibliotecas que prestigiem os autores latino-americanos; na saúde, buscou-se ratificar documentos redigidos pela Comissão Permanente de Saúde, criado no Congresso anterior; no comércio e indústria, assegurar regras de equidade, no sentido de evitar o comércio informal ou ambulante na região de tal forma que não atrapalhe o comércio formal já instalado; no turismo, pensou-se em promover a realização de um Encontro de Operadores Turísticos.

Outra inovação empenhada neste evento foi o surgimento da Comissão 5, de Análise Comparativa das Legislações Municipais; da Comissão 6, de Autonomia Municipal e da Comissão 7, de Estudo Comparativo da Legislação Comparativa. Estes temas foram discutidos de maneira superficial em outros encontros de Parlamentos Municipais. No entanto, é somente no III Congresso Latino-americano de Parlamentos Municipais que estes temas veem à tona de forma substancial, a ponto de se organizar comissões específicas para debatê-los.

Outro elemento interessante para se observar neste evento é quando os membros da Comissão 1 – Cultura e Educação notam que algumas deliberações provenientes de congressos anteriores não saíram do papel, dada as dificuldades em mobilizar meios políticos

e econômicos para implementar as sugestões dos congressistas. Assim, conforme as conclusões dos trabalhos:

[...] se detecta a falta de continuidade de congresso a congresso não permitindo a colocação em prática das sugestões e resoluções, fruto do trabalho de congressistas anteriores. [...]. Detectamos como problemática a falta de meios econômicos destinados pelos municípios ou a implementação de políticas culturais. (COSTA, 2001, p. 84-85).

Ainda no mês de julho de 1992, Santa Maria teve representantes presentes no 26º Congresso Artafam, que ocorreu entre os dias 20 e 24, sob o tema “A Administração Pública Municipal dos Países do Cone Sul”. O evento ocorreu em Torres, no Rio Grande do Sul. Nota-se que Santa Maria buscou, nesta época, participar de todas as possibilidades existentes no que diz respeito a temas sobre integração regional, MERCOSUL, cooperação entre gestores de municípios, relações internacionais, entre outros. Os representantes da cidade de Santa Maria buscaram meios de desenvolvimento através de ações paradiplomáticas, embora nunca tenha sido utilizado esse termo para classificar a atuação destes representantes.

Depois, entre os meses de agosto e dezembro de 1992, a cidade de Santa Maria, por meio de seus representantes, manteve suas atividades de participação em eventos e cooperação com outros municípios, como por exemplo, a instalação do Consulado Uruguaio em Santa Maria (em agosto de 1992) ou a Feira Industrial e Comercial de Santa Maria, em que foi montado um *stand* do MERCOSUL (em setembro de 1992).

Em fevereiro de 1993, Santa Maria firmou mais um Pacto de Irmandade em que se comprometeu com a cidade de San Lorenzo em estabelecer um vínculo de amizade e cooperação. Dentre os objetivos do Pacto de Irmandade se destaca o fomento do comércio, de feiras e exposições internacionais, de atividades desportivas e turísticas, do intercâmbio de ideias e de relações sociais e culturais entre as partes.

A V Reunião do Comitê de Integração aconteceu entre os dias 25 e 27 de março de 1993, na cidade Lujan, Província de Bueno Aires (Argentina) – ocorreu sob a coordenação do Concejal Sérgio Rivera e foi presidida por Edil Heber Berto. Nesta reunião, ratificou-se a intenção de realizar um evento acerca do tráfico de crianças, na cidade Rosario (Argentina); apresentou-se o apoio do Comitê na organização do IV Congresso Latino Americano de Parlamntos Municipais e buscou-se instrumentalizar um banco de dados para difusão de informações entre os municípios-membro. Além disso, conforme Costa, se observou a necessidade de convocar a VI Reunião do Comitê de Integração:

A V Reunião do Comitê de Integração DECLARA:

A necessidade de convocar para os dias 9 e 10 de junho de 1993, em Assunción, Paraguai, para uma reunião da Comissão Assessora do Comitê de Integração, integrada por: Concejal Antônio Falcon (San Juan – Argentina), Concejal Luis Fernando Royg (Encarnación – Paraguai), Edil Cristina Ferro (Maldonado – Uruguai) e Vereador Michel Curi (Florianópolis – Brasil), com a participação de Édiles, Vereadores e Concejales interessados no tema, como assim mesmo, a técnicos na matéria o que possibilitará a obtenção de resultados práticos com o indispensável apoio técnico que assegure sua absoluta viabilidade.

Propomos para esta oportunidade o seguinte temário:

1. Evolução histórica-institucional do Municípios nos países integrantes do Mercosul;
2. Limites de competência, capacidade jurídica das Instituições Municipais, nos países integrantes do Mercosul;
3. Faculdades municipais sobre realização de Tratados com Municipalidades, de distintos países;
4. Legislação Tributária Municipal Comparada [...]. (COSTA, 2001, p. 118-119).

Conforme a ratificação que ocorreu na V Reunião do Comitê de integração, entre os dias 13 e 15 de maio de 1993, houve a “Jornada sobre a Problemática, Identificação e Tráfico de Recém-Nascidos”, realizada em Rosário, na província de Santa Fé (Argentina). O evento contou com a participação de Legisladores Municipais, conferencistas, autoridades e interessados em geral do Uruguai, Paraguai, Argentina, Brasil, Chile e Bolívia. A cidade de Santa Maria se fez presente através de representantes da Câmara de Vereadores. Na ocasião se discutiu acerca das leis que tratam sobre o Tráfico de Crianças nos países da América Latina e na possibilidade de se criar um sistema de identificação de recém-nascidos a fim de desencorajar o tráfico.

Já na VI Reunião do Comitê de Integração, que ocorreu na cidade de Asunción (Paraguai), entre os dias 08 e 10 de junho de 1993, se reforçou entre os municípios-membros a necessidade de harmonização das normas sanitárias e bromatológicas, a discussão acerca das normas de proteção do meio ambiente urbano e rural e a regulamentação das Obras Públicas, em especial as rodovias. Além disso, na Declaração de Asunción o seguinte foi destacado entre os representantes-membros:

a democracia passa pela afirmação dos Governos Locais, em suas diferentes expressões. Por conseguinte, contribui para um princípio fundamental: A Autonomia Política, Administrativa, Legislativa e Financeira, destes governos, consequência do desenvolvimento de descentralização perfeita. (COSTA, 2001, p. 121).

Em todas as reuniões e eventos os representantes dos municípios buscaram reafirmar o seu compromisso com a democracia e apontaram a necessidade de democratizar os assuntos que tocavam diretamente os municípios, em especial aqueles que envolviam o processo de integração nacional e internacional. Além disso, em diversas oportunidades se reivindicou uma maior autonomia política, administrativa, legislativa e financeira por parte dos

municípios frente ao Governo Central. Essas intenções de democratização se manifestaram e se desenvolveram à medida que os Congressos Latino-americanos de Paramentos Municipais foram ocorrendo ano após ano. Assim, na quarta edição houve a preocupação, além das comissões já vistas nos congressos anteriores, em criar a Comissão 1 – Assentamentos Indígenas e a Comissão 4 – Rol da Mulher na Cultura Urbana.

Destaca-se nas conclusões apresentadas na Comissão 1 – Assentamentos Indígenas o seguinte ponto: “*em coordenação com as Organizações Indígenas levar a frente um plano que envolva aspectos socioeconômicos (empregos, moradia, etc.), educativos, recreativos, sanitários, etc., em benefício dos indígenas*” (COSTA, 2001, p. 125). Já na Comissão 4 – Rol da Mulher na Cultura Urbana deve-se pôr em evidência o seguinte trecho:

1. Os processos de promoção da participação cidadã não levaram em conta por Regra Geral, a complexidade que encerra esse termo cidadão, no que confundem relações de dominação e desigualdade determinadas pela idade, a raça, o gênero ou a situação econômica;
2. Estas desigualdades dificultam uma participação igualitária da mulher pelo menos nos âmbitos onde se decidem as políticas urbanas que lhe afetam diretamente;
3. É por isso que concluímos necessário criar mecanismos para facilitar a participação da mulher, tendo em vista:
 - a) Tomar medidas de discriminação positiva com as organizações sociais que trabalham com os municípios para favorecer uma maior presença de mulheres nos níveis de decisão de tais organismos;
 - b) Trabalhar sobre as formas de participação tradicionais, repensando os estilos da linguagem excessivamente discursivo, reiterativo ou enfático [...]. (COSTA, 2001, p. 129).

Em ambas as comissões há uma clara preocupação em se ampliar, entre os mais diversos setores da sociedade, a participação deliberativa. Se no I Congresso Latino-americano de Paramentos Municipais o foco era o incremento tecnológico e o desenvolvimento local por meio do comércio e do turismo, na quarta edição se adicionou os temas que tocaram diretamente nas questões acerca do poder de voz e de voto nas deliberações ocorridas neste âmbito de debates. Observa-se que houve um amadurecimento dos temas abordados com o passar dos eventos e na forma como se deveria incluir a sociedade nas discussões, embora observe-se a reafirmação da democracia e da democratização desde a primeira edição.

Assim, é na quarta edição que se observa um debate efetivo acerca da democratização dos assuntos debatidos. Além disso, nota-se os representantes, em todos os encontros, em busca de se alinharem aos princípios norteadores do MERCOSUL, como por exemplo, esse fragmento retirado das conclusões da Comissão 6 do IV Congresso de Latino-americano de Paramentos Municipais: “*ademais, resgatando o MERCOSUL como instrumento de*

integração de povos e não de grandes multinacionais, se deverá impulsar a concretização de convênios de desenvolvimento entre municípios de distintos países da área” (COSTA, 2001, p. 132).

O ano de 1993 se encerrou com outros dois eventos, a VII Reunião do Comitê de Integração e II Encontro de Profissionais em Ciências Econômicas e Jurídicas. O primeiro ocorreu na cidade Florianópolis, entre os dias 11 e 12 de novembro, em que se deliberou uma eleição da Mesa Executiva do Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais e se definiu os seguintes temas para serem discutidos em reuniões posteriores: a participação da sociedade na implementação do MERCOSUL; modernização e descentralização; o município: sua autonomia e sua capacidade de vínculo e integração; seminário: teoria e prática sobre municípios e suas funções num sistema federal; município: uma via rápida e segura ao MERCOSUL; a integração do Chile e uma saída aos mercados do Pacífico; propostas sobre turismo; Ecologia e MERCOSUL (COSTA, 2001, p. 138).

Já no II Encontro de Profissionais em Ciências Econômicas e Jurídicas, que ocorreu entre os dias 25 e 27 de novembro de 1993, na cidade de Lujan (Argentina), tinha “*como objetivo principal preparar o I Congresso Sobre Legislação Municipal Comparada, previsto para realizar-se no primeiro semestre de 1994*” (COSTA, 2001, p. 139). Além disso, esteve no rol temático a análise do funcionamento do Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais.

Em maio de 1994 ocorreu o I Congresso Ibero-americano de Turismo, na cidade Coquimbo (Chile), no qual a cidade de Santa Maria participou intensamente, através dos seus representantes. No referido evento foi discutida a viabilidade da recuperação de monumentos e prédios de valor histórico nos municípios, a formação profissional para o setor de turismo, a manutenção de áreas turísticas, a divulgação das potencialidades turísticas e a criação de novas oportunidades turísticas para as cidades. O entendimento que se teve naquele momento é que o turismo seria o meio para incrementar o desenvolvimento da região.

O V Congresso de Latino-americano de Parlamentos Municipais realizou-se na cidade Florianópolis, entre os dias 02 e 04 de junho de 1994. A questão sobre a autonomia dos governos locais veio à tona novamente como uma das pautas centrais debatidas; foi sugerido na ocasião que a descentralização territorial é a via na qual poderia ocorrer a integração regional, a respeito desta questão segue o seguinte fragmento:

Uma utilização mais adequada dos recursos humanos, materiais e financeiros através da descentralização, significa um desenvolvimento equilibrado com entidades locais, com poder de decisão, participação do cidadão e por consequência um desestímulo à emigração aos centros urbanos, reinvestindo nas regiões. Estas condições, que o

marco institucional de descentralização dos Governos Municipais, pode alcançar e assegurar uma maior participação do cidadão na integração, uma autonomia municipal maior e um controle maior das comunidades na tarefa pública. Com isso, os Governos Municipais no trabalho descentralizado e com impulso de integração regional terão condições aptas para transformar-se em polos de desenvolvimento, desenhando novas políticas públicas de recursos financeiros e humanos: Como por exemplo, a uniformidade das normas tributárias municipais em matéria e taxa de Bromatologia (alimentação) e das documentações comprovantes da propriedade de veículos. Nenhum processo de regionalização e logo de integração supranacional poderá contar com êxito se não existem governos municipais com autonomia financeira, com coordenação em matéria legal, com incumbência e poderes descentralizados em organismos locais que permitam que as decisões integradoras cumpram-se com rapidez e eficiência. (COSTA, 2001, p. 150).

Além disso, no evento que ocorreu em Florianópolis, foi feita uma votação que obteve resultado favorável unânime para a o ingresso dos Legisladores Municipais Chilenos na condição de membros plenos no Comitê de Integração Latino-americano de Parlamentos Municipais. Outra deliberação feita neste congresso foi a Carta de Intenção para o Irmanado Processo Programático de Saúde que tinha como objetivo claro o intercâmbio de conhecimento, tecnologias e assessorias. O ano de 1994 foi encerrado com a IX Reunião do Comitê de Integração que ocorreu no mês de setembro, em Asunción e que basicamente se tratou da recepção oficial dos membros chilenos na estrutura decisória do Comitê.

Após uma longa trajetória dos municípios do Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile em torno de um projeto de integração e cooperação entre atores subnacionais e da intensa busca de mecanismos que viabilizassem o desenvolvimento das localidades, surgiu a Rede Mercocidades. Romero (2004) explica que o MERCOSUL se efetivou em duas etapas. Além disso, a articulação dos governos locais acompanhou esse processo, que resultou, posteriormente, na criação da estrutura institucional da Rede Mercocidades.

A primeira etapa, em 1991, foi o período de maior expansão do bloco, que se caracterizou pelo rápido desenvolvimento da interdependência e pela gestão dos conflitos entre os Estados, mas com pouca implementação. Assim, os governos locais aproveitaram esse momento inicial do bloco para reivindicar as questões acerca da integração e a construção de suas agendas. Na segunda etapa, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, o bloco começou a ser reconhecido como um interlocutor em âmbito internacional e os países membros mantiveram o incremento no esforço de cooperação e de gestão dos conflitos.

Neste contexto, os governos subnacionais que, a princípio, se interessaram no processo de integração para promover suas agendas locais adquiriram um novo caráter, motivado pela cooperação e pelo trabalho em conjunto, que resultou nos passos iniciais da Rede Mercocidades. A trajetória de Santa Maria evidencia que a observação feita por Romero é

verdadeira. Embora Santa Maria não tenha sido uma das cidades que esteve no núcleo de criação da Rede Mercocidades, ela influenciou de forma direta no processo que ensejou a criação da instituição.

A rede Mercocidades foi criada em 1995 com o objetivo de integrar as cidades que pertencem aos países membros do Mercosul e, ainda, de envolver os governos subnacionais no processo de decisão mercosulino. Assim, conforme explica Romero (2004, p 404), a emergência do poder local nas relações internacionais no Cone Sul se dá por meio de duas perspectivas: em uma dimensão horizontal (estratégias de cooperação e alianças transfronteiriças) e em uma dimensão vertical (de participação na formulação de políticas comuns no Mercosul).

Neste sentido, a Rede possui uma estrutura institucional composta por vários órgãos. Na dimensão vertical há o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), que é encarregado de elaborar propostas aos órgãos decisórios do bloco. O FCCR foi criado em 2004, na cidade de Belo Horizonte, a partir da crescente reivindicação em institucionalizar a participação dos governos subnacionais no processo de integração; além disso, conta com um Comitê de Municípios, presidido pela Secretaria Executiva da Rede Mercocidades.

Na dimensão horizontal existem as chamadas Unidades Temáticas (UTs) divididas da seguinte forma: Ambiente e Desenvolvimento; Autonomia, Gestão e Participação; Ciência e Tecnologia; Cooperação Internacional; Cultura; Desenvolvimento Econômico Local; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Urbano; Educação; Gênero e Município; Grupo de Comunicação; Integração Fronteiriça, Juventudes; Planejamento Estratégico; Segurança Cidadã; Turismo. Algumas UTs contam ainda com comissões ou Grupos de Trabalho (GTs), tais como: de Cooperação Descentralizada, na UT de Cooperação Internacional; Esportes, na UT de Cultura; Incapacidades, na UT de Desenvolvimento Social; Economia Social e Solidária e de Fomento de Negócios, na UT de Desenvolvimento Econômico; e, Direitos Humanos, na UT de Desenvolvimento Social.

O Estatuto da Rede estabelece, ainda, alguns outros importantes órgãos:

- **Cúpula de Chefes de Governos** – é a instância máxima de deliberação e direção. As reuniões são anuais e formadas por autoridades governamentais, eleitos de forma democrática, das cidades-membro. As deliberações se dão pelo sistema de maioria simples, sem a necessidade de quórum. Entre as principais competências tem-se: aprovar o Estatuto; eleger os membros do Conselho, da Diretoria Executiva e os integrantes das Unidades temáticas; aprovar políticas e estratégias de atuação da Rede;

aprovar regulamento interno da Rede; atuar como instância de decisão e arbitragem; avaliar pedido de recurso de outras instâncias; e apreciar a prestação de contas provinda do Conselho.

- **Conselho de Mercocidades** – é a instância administrativa superior. É composto por oito cidades-membro de cada país membro do MERCOSUL e da UNASUL, pela Comissão Diretiva, pela Secretaria Diretiva, pela Secretaria Executiva e pela Secretaria Técnica Permanente. As reuniões acontecem semestralmente, antes da reunião de uma Comissão Assessora (composta por representantes das cidades-membros do Conselho). As principais competências são: avaliar os pedidos de inclusão e exclusão de membros; aprovar o orçamento da Rede; supervisionar a Diretoria Executiva, mediar conflitos de primeira instância; fomentar a realização de eventos; receber candidaturas para Presidências e Vice-presidência temáticas; e aprovar atividades e projetos apresentados pela Diretoria Executiva.
- **Diretoria Executiva** – é o órgão que coordena os trabalhos da Rede. É composta por um (a) Presidente (a) e Vice-Presidentes (as) Temáticos (as); pela Comissão Diretiva e pelo Secretário (a) Executivo (a). Cabe à Diretoria Executiva: estabelecer política geral e estratégia de atuação da Rede e das Unidades Temáticas; desempenhar atividades de gestão administrativa e financeira; orientar os Coordenadores das Unidades Temáticas; organizar e executar o orçamento da Rede e o plano de trabalho de sua gestão.
- **Secretaria Técnica Permanente** – é o órgão que tem a função de assessorar a Diretoria Executiva. Este órgão tem as seguintes atribuições: dar seguimento à memória da institucional da Rede, apoiar o trabalho da Secretaria Executiva; auxiliar o trabalho que envolve à participação das cidades nos organismos do MERCOSUL e da UNASUL; arquivar e difundir os documentos da Rede e dar continuidades ao processo de integração.

O Ingresso das cidades na Rede se dá por meio de um requerimento de solicitação de ingresso que deve ser direcionado, por escrito, ao Conselho de MERCOCIDADES. Além do requerimento, a cidade deve apresentar documentos que descrevem as suas características. Cada cidade-membro contribui anualmente, conforme o seu tamanho populacional, com o patrimônio da Rede. Dessa forma, existem seis categorias para contribuição:

1. Cidades com menos de 100.000 habitantes contribuem com US\$ 500 (ano);
2. Cidades de 100.000 a 499.999 habitantes contribuem com US\$ 2.000 (ano);
3. Cidades de 500.000 a 999.999 habitantes contribuem com US\$ 3.000 (ano);

4. Cidades de 1.000.000 a 1.999.999 habitantes contribuem com US\$ 4.000 (ano);
5. Cidades de 2.000.000 a 2.999.999 habitantes contribuem com US\$ 5.000 (ano);
6. Cidades de 3.000.000 ou mais habitantes contribuem com US\$ 6.000 (ano).³

O recurso oriundo do pagamento anual das cidades é direcionado para prover as despesas da revista Diálogo (como meio de divulgação das atividades realizadas pela rede); do prêmio de Ciência e Tecnologia; das atividades de difusão e da publicação dos trabalhos realizados pelas Unidades Temáticas. O estatuto da Rede prevê também que a inadimplência do pagamento anual gera sanções, tais como: solicitação de regularização da falta de pagamento; perda do direito de voto na Cúpula dos Chefes de Governo; impedimento nas atividades de coordenar Unidades Temáticas e de integrar o Conselho e a Diretoria Executiva; e, por fim, ficará em situação de constrangimento porque será considerada uma cidade não cumpridora de seus deveres.

De forma geral, a Rede Mercocidades foi inicialmente implementada por 11 cidades: Rosario (Argentina), Assunção (Paraguai), Florianópolis (Brasil), Porto Alegre (Brasil), La Plata (Argentina), Curitiba (Brasil), Rio de Janeiro (Brasil), Brasília (Brasil), Córdoba (Argentina), Salvador (Brasil) e Montevideú (Uruguai), Conforme Romero (2004). Atualmente a Rede já conta com 307 cidades-membro. De forma geral, a Rede Mercocidades está se consolidando como representante e porta voz de demandas dos governos das cidades Latino-americanas.

Além disso, a Rede está avançando significativamente no aparato institucional e estrutural, que contribui para o incremento de seus objetivos. Porém, deve-se problematizar se as cidades-membro estão se desenvolvendo de forma consonante e se o sucesso da Rede se dá justamente através do sucesso do desenvolvimento das cidades-membro.

Conforme Fronzaglia (2015), as redes internacionais de cidades congregam dois objetivos: a cooperação entre cidades e a construção de um espaço internacional de debate e propagação das demandas que partem das populações locais aos governos locais. Segundo o autor, o arranjo de cidade em redes internacionais recebeu visibilidade a partir da criação da Rede Metropolis (associação mundial das cidades com mais de milhão de habitantes), em meados da década de 1980 e se intensificou nos anos de 1990 com a criação da Rede Eurocidades e da Rede Mercocidades. Dessa forma, Fronzaglia explica que:

³ Informações retiradas do Estatuto da Rede Mercocidades, disponível em: <<http://www.mercociudades.org/node/2273>>. Acessado em: 10/06/2016.

As redes de cidades que atuam no âmbito da integração regional, como a Rede Mercocidades e a Eurocidades, têm desempenhado um papel importante no fortalecimento e democratização dos processos de integração regional. De fato, a participação das redes de cidades nesse âmbito tem sido objeto de estudo de vários intelectuais e acadêmicos ligados às áreas das ciências sociais. (FRONZAGLIA, 2015, p. 47).

No que se refere ao tema fronteira, a Rede Mercocidades está avançando em questões que tocam neste tema. Conforme Sadeck (2015), em dezembro de 2013 foi criada, em uma reunião em Porto Alegre, a Unidade Temática de Integração Fronteiriça, por meio de uma proposta apresentada pelos prefeitos de municípios fronteiriços. Assim,

a unidade temática visa a melhorar as condições de vida dos cidadãos que residem nesta região, por meio de propostas e projetos conjuntos articulados no âmbito MERCOCIDADES ou em fóruns institucionais do MERCOSUL como o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos – FCCR. (SADECK, 2015, p. 120).

Além disso, agrega-se aos objetivos e à agenda da Unidade Temática de Integração Fronteiriça a modificação nas legislações dos países membros do MERCOSUL nos pontos que tocam diretamente as questões fronteiriças, bem como a elaboração de políticas públicas que sejam específicas para essas regiões. Sadeck (2015) cita como exemplo de política pública para regiões limítrofes, o Consorcio Intermunicipal de Fronteira (CIF), criado em 2009, pelos municípios brasileiros de Barracão (PR), Bom Jesus do Sul (PR), Dionísio Cerqueira (SC) e pelo município argentino Bernardo de Irigoyen (Misiones). O autor explica que a criação do CIF possibilitou a implementação do Programa LIDER, que ocorreu em parceria com o SEBRAE, e que tinha como objetivo o desenvolvimento regional.

Pode-se observar como resultado a definição de uma proposta de desenvolvimento regional que integra diversas áreas, como a educação, o turismo, a agroecologia e a promoção dos produtos locais. O autor explica que a cooperação de municípios estrangeiros em consórcios públicos não é, segundo a legislação brasileira, permitida. De todo modo, o município argentino participa através de um compromisso político, sem os trâmites legais. Apesar dos empecilhos jurídicos, Sadeck esclarece:

o CIF é hoje uma referência no país e no MERCOSUL porque é uma iniciativa exitosa, um arranjo territorial que tem se mostrado extremamente eficaz para atração de investimentos públicos e privados, [alcançando] suas metas e provando que unindo forças é possível promover o desenvolvimento. (SADECK, 2015, p. 118).

Entre tantas ações notáveis da Rede Mercocidades, uma que se destaca é o Banco de Buenas Prácticas. Trata-se de uma plataforma online que tem como objetivo criar um espaço de troca de informações e ideias, bem como dar visibilidade aos projetos que são geridos nas

cidades-membro. O Banco de Buenas Prácticas é financiado pelo Fundo Catalão de Cooperação para o Desenvolvimento e é coordenado pela Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local da Rede Mercocidades. Além disso, é uma base de dados muito intuitiva, que o usuário pode realizar buscas de iniciativas municipalistas através do nome do projeto, da temática ou do nome da cidade.

Já nas questões acerca dos direitos humanos, a Rede Mercocidades está empregando grande esforço para avançar no tema. Conforme Maia, “*a concepção das Mercocidades sobre a constituição de uma cidadania regional insere-se em uma perspectiva de direitos humanos (individuais e coletivos)*” (MAIA, 2015, p. 99). Segundo a autora, a Rede Mercocidades vem engendrando diversos projetos neste tema. Como por exemplo, o projeto de Integração Fronteiriça do Mercosul, que foi criado em 2009 e tem como objetivo identificar problemas sociais, econômicos e culturais nas cidades gêmeas e capacitar os gestores públicos para o enfrentamento adequado de situações complexas.

Como é possível perceber, a Rede Mercocidades conta com um aparato institucional organizado, boas oportunidades de troca de experiências e um grande leque de projetos e iniciativas nos mais diversos temas relevantes para as cidades. Neste contexto, o município de Santa Maria⁴, em busca deste espaço cheio de possibilidades, ingressou na Rede Mercocidades em 1998. Conforme Costa (2001), antes mesmo de Santa Maria se tornar cidade-membro da Rede Mercocidades, como observado na trajetória histórica explicitada aqui, já se notava uma participação do município nas iniciativas de integração na região.

A arte, por meio da literatura e da música, também era promotora da integração regional, que servia como troca de ideias e impressões entre os munícipes de países vizinhos. Costa explana que a Câmara de Vereadores da cidade, a qual já estava envolvida nos trabalhos realizados desde 1983, foi o primeiro órgão institucional a perceber as oportunidades de integração regional através da Rede Mercocidades e a relacionar essas oportunidades com o desenvolvimento de Santa Maria. Desde então se iniciou os trâmites legais e políticos para que a cidade ingressasse na Rede.

De todo modo, é curioso notar que Ribeiro, em sua dissertação apresentada no ano de 2008, entende que Santa Maria é uma cidade relevante em questões paradiplomáticas, razão pela qual a cidade é citada em seu trabalho. Mas, segundo a autora, o projeto mais significativo na época não estava vinculado à Rede Mercocidades. Ribeiro adotou em seu

⁴ O município localiza-se na região sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, está a 290 quilômetros de Porto Alegre, atualmente sua dimensão territorial é de 1.788,12 km² e possui uma população de 261.031 habitantes (Conforme dados retirados do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria).

trabalho a metodologia de multicritério para selecionar as cidades que deveriam ser analisadas. A autora entendia que uma cidade teria potencial paradiplomático se tivesse pelo menos uma das seguintes categorias: (a) ser capital de um estado brasileiro; (b) apresentar volume populacional acima de 500 mil habitantes; (c) ser sede ou ser relevante para regiões metropolitanas; (d) possuir polo universitário relevante em âmbito nacional; (e) ser cidade histórica e ter convocação turística com visibilidade internacional; (f) ser município em região de fronteira ou que tenha relevância estratégica; (g) possuir decisores com presença em eventos de relações internacionais.

Entre as 72 cidades analisadas por Ribeiro, Santa Maria foi escolhida para ser analisada em seu trabalho por ser um município essencialmente universitário. Além disso, a autora não cita, mas Santa Maria certamente tem relevância estratégica de segurança nacional e internacional, uma vez que possui bases importantes da Aeronáutica e do Exército Brasileiro, tendo, inclusive, o Centro de Instrução de Blindados, este último motivou recentemente a vinda da fábrica KMW (empresa alemã que fabrica veículos de guerra e que realizará a manutenção dos carros de combate Leopard 1A5). Por este motivo, *“devido ao elevado contingente militar destacado no município, entre ativos, inativos e pensionistas (Exército e Aeronáutica) que totalizavam 10.530 em 2010, Santa Maria acabou recebendo o cognome de ‘Cidade Militar’”* (ADESM, 2013, p. 17).

Ribeiro aponta a existência de um órgão específico para os assuntos internacionais na cidade, a SECAP (Secretaria Municipal de Captação de Recursos e Relações Internacionais), que atualmente está extinto. Além disso, conforme a autora, *“o município de Santa Maria, [...] com apenas 243.396 habitantes, [possui] uma universidade de relevância nacional, [que]apresenta uma veemente atuação paradiplomática, apesar de atuar com restrita estrutura e recursos escassos”* (RIBEIRO, 2008, p. 257).

Por fim, no ano de 2008, o órgão compete pelas relações paradiplomáticas de Santa Maria reconheceu como projeto exemplar a *“cooperação com a França para o melhoramento do gado leiteiro em Santa Maria e entorno, onde 5 municípios participam e também a Universidade Federal de Santa Maria e a Associação dos Amigos da França de Santa Maria”* (RIBEIRO, 2008, p. 184).

Atualmente, Santa Maria ainda é cidade-membro da Rede Mercocidades, mas não há um órgão específico para os assuntos internacionais. Em face deste contexto, em que a cidade de Santa Maria esteve envolvida no desejo da criação de uma instituição que atendesse as demandas de integração e cooperação no âmbito regional do MERCOSUL – ao mesmo tempo em que se observa que a cidade empreende, atualmente, pouco esforço nas relações

internacionais –, surgiu o seguinte questionamento: ocorre, através das relações estabelecidas com a Rede Mercocidades, um processo de democratização dos assuntos internacionais na cidade de Santa Maria?

Assim, na observação dos documentos nota-se que há uma forte intenção por parte do município de Santa Maria em se envolver no processo de integração e cooperação, bem como o desejo de democratizar (estendendo a participação à população) as ações de relações internacionais na cidade. No entanto, encontrou-se poucas evidências da materialização dessas vontades.

Por esse motivo, como recurso metodológico complementa recorreu-se à entrevista realizada com um dos representantes políticos que esteve à frente desse processo de integração e cooperação da cidade de Santa Maria com os municípios da região. A entrevista como instrumento de pesquisa, como já explicado no presente trabalho, se justifica quando os documentos não respondem por si só os questionamentos gerados no processo de investigação empírica da pesquisa. É um meio complementar para que se possa chegar o mais próximo possível dos fatos ocorrido.

Dessa forma, buscamos realizar perguntas que tocam nas questões acerca da Rede Mercocidades, do processo de democratização das relações Internacionais na cidade, do relacionamento entre o Governo Central e os governos subnacionais e dos meios utilizados para dar transparências e publicidade às decisões e ações empenhadas pelos representantes municipais. Para isso, foi utilizado uma entrevista semiestruturada para que o entrevistado tivesse maior liberdade para expor as suas experiências e dessa forma nos oportunizar um maior número de informações possíveis.

Nas questões acerca da Rede Mercocidades, contextualizamos que a cidade de Santa Maria se tornou membro da instituição em 1995, mas que o município, através dos seus representantes, empreendeu esforços no sentido do relacionamento cooperativo com as cidades da região e de municípios pertencentes aos países mercosulinos desde 1990. Assim, questionamos quais as mudanças que vieram após o ingresso na Rede Mercocidades e se esse ingresso gerou algum tipo de facilidade nos esforços que já vinham sendo empreendidos.

A resposta que obtivemos é que de “*não resta dúvida*” que a Rede Mercocidades proporciona uma maior facilidade para que os municípios persigam os seus objetivos e suas demandas no processo de cooperação, integração e desenvolvimento. Segundo o entrevistado, isso ocorre porque a instituição proporciona maior visibilidade às cidades que ingressam como membros, inclusive, complementa o seu argumento com a seguinte expressão: “*quem não é visto, não é lembrado*”. Para ele, a “*Rede Mercocidades tem essa força de ser uma*

instituição internacional, representativa dos municípios que buscam o fortalecimento, a valorização e a atenção dos municípios como base de qualquer situação política etc, etc”, ou seja, a visibilidade que a instituição proporciona só é possível em virtude da sua expressividade internacional e dos valores na qual a Rede Mercocidades se baseia, a saber, o fortalecimento, a valorização e a atenção dos municípios. O entrevistado comenta que as reuniões proporcionam momentos de troca de ideias e experiências e que isso traz uma maior amplitude para olhar sua própria localidade.

Mas, nós não nos contentamos com a resposta do entrevistado e buscamos aprofundar a sua análise em relação às reuniões que ocorrem na Rede Mercocidades e perguntamos: *“de todas essas reuniões, o que elas realmente trazem assim... que a população consegue ver de palpável, entendeu? Quer dizer, aconteceu um evento? Que traz dinheiro para a cidade? É isso que eu queria entender melhor”*. Ele respondeu que *“eles não têm recursos para financiar, a instituição não tem”*. Mas que *“hoje [em dia] tudo isso gira em cima de projetos”* e que quando se apresenta um projeto que seja viável e que tenha alguns pré-requisitos específicos, a Mercocidades analisa e encaminha para instituições que disponham de recursos para financiar o projeto apresentado.

Já em relação ao processo de democratização das relações internacionais na cidade, informamos para o entrevistado que, em diversos documentos, encontra-se o interesse por parte dos representantes de proporcionar um ambiente mais democrático no que se refere às ações e às decisões nos assuntos internacionais da cidade. Neste sentido, perguntamos quais foram as ações que proporcionaram a oportunidade para que os cidadãos pudessem participar da elaboração dos projetos e das decisões que tocassem nas questões internacionais.

O entrevistado nos respondeu que a democratização se inicia por meio da conscientização do cidadão: *“de começar a conscientizar de que ele também pode participar”* através da mão de obra ou provendo recursos que estejam ao alcance do cidadão. Em seguida, nós perguntamos: *“mas além da mão de obra, também teve envolvimento da população nas decisões [e] nas reuniões?”*. Ele nos respondeu que as instituições políticas de Santa Maria estão na busca de reformulação dos seus processos de decisão para que o cidadão seja incluído nos processos deliberativos e nos deu o exemplo de como ocorria a mudança do nome das ruas na cidade, no qual antes mudar o nome de uma rua era feito conforme o interesse dos representantes políticos e à revelia. Atualmente, a mudança do nome das ruas ocorre por meio de um longo processo e requer a opinião dos cidadãos.

Percebemos que, neste momento, o entrevistado saiu do foco principal da pergunta, esclarecemos que queríamos saber como se dava o processo de democratização nos assuntos

internacionais. Por isso, foi reportado ao entrevistado que “[*estamos*] tentando descobrir se a *paradiplomacia dá oportunidade* para haver uma maior democratização das relações internacionais na comunidade” e se, nesse sentido, houve uma participação popular nos projetos, nas discussões e nas decisões em assuntos que tocam as questões internacionais. A resposta foi a seguinte: “*esses pra relações internacionais... Corretamente! A comunidade só foi tomar conhecimento depois do fato proposto, idealizado e já pré-determinado*”.

No tema a respeito do processo de integração e a relação entre o Governo Federal e os governos subnacionais afirmamos que nos documentos percebemos que em vários momentos se reforça a ideia de integração entre os governos municipais. Este processo de integração parece evidenciar duas possibilidades. Primeira, como uma forma de reforçar o poder dos governos subnacionais frente aos governos centrais para reivindicar uma atenção especial aos problemas locais e políticas que partam da iniciativa dos governos centrais para solução destes problemas.

Segunda, como um mecanismo de estabelecer estratégias para a solução dos problemas locais através do intercâmbio de ideias e articulação local. A partir da nossa afirmação, perguntamos ao entrevistado se a nossa interpretação dos documentos estava correta e qual era a percepção dele em relação ao processo de integração. O entrevistado concorda com as nossas colocações e diz que o processo integração fortalece a voz dos municípios frente ao Governo Central.

Além disso, ele entende que quando se tem uma instituição que representa o processo de integração dos municípios, evita-se que ocorra gastos demasiados para enviar representantes até Brasília no esforço de reivindicar soluções de problemas locais. Neste sentido, “*o lado institucional [do processo de integração] como um fator de pressão é a melhor coisa que tem*”. Mas, quando o assunto é integração, complementa o entrevistado, é preciso muita persistência, porque é difícil o consenso entre as partes.

Por fim, questionamos o entrevistado acerca dos meios de comunicação que se utilizou para veicular as decisões e ações internacionais feitas pelo governo municipal. Perguntou-se se as reuniões e decisões internacionais chegaram ao conhecimento do cidadão santa-mariense e, se sim, quais os meios utilizados? A resposta foi um enfático “não, não foi” e ele complementou dizendo que “não foi feito e foi uma das falhas inexplicáveis e inconcebíveis”. Mas o entrevistado aponta que essa falha ocorreu em circunstância dos atrasos ocorridos na chegada de meios de comunicação melhores no município.

Neste capítulo, fizemos a análise empírica deste trabalho. Dessa maneira buscamos organizá-lo em três etapas. A primeira, fizemos um levantamento histórico com base nos

dados documentais para mostrar que a cidade de Santa Maria tem uma trajetória paradiplomática antes da sua entrada na Rede Mercocidades. Segundo, trouxemos informações documentais e virtuais a respeito da Rede Mercocidades e como que a cidade procede com o seu ingresso na instituição. Terceiro, foi feita uma exposição de alguns fragmentos da entrevista realizada nesta pesquisa para que a análise fosse mais consistente no tratamento dos fatos. Nas considerações finais, apresentamos a análise feita com base na exposição dos dados deste capítulo.

5. CONCLUSÃO

A trajetória empenhada neste trabalho foi na intenção de analisar se ocorre, através das relações internacionais estabelecidas com a Rede Mercocidades, um processo de democratização dos assuntos internacionais na cidade de Santa Maria. A curiosidade que motivou essa pesquisa partiu da possibilidade de haver uma instituição, no caso a Rede Mercocidades, que oportuniza a inclusão dos governos subnacionais no ambiente internacional e que estende a democratização dos assuntos internacionais para os cidadãos locais. Além disso, buscamos entender quais os caminhos trilhados pelos gestores públicos para que ocorra a democratização dos temas internacionais.

Dessa forma, norteamos este trabalho com um objetivo geral de analisar os procedimentos elaborados e adotados pelos gestores públicos da cidade de Santa Maria nas ações paradiplomáticas com a Rede Mercocidades. Este objetivo foi cumprido, mas encontrou o seu limite, pois é possível perceber que as ações diretas com a Rede Mercocidades não se mantiveram frequentes e efetivas. Além disso, há poucas evidências documentais das ações específicas ocorridas com a Rede Mercocidades. Há ações que perpassam ocasionalmente pela Rede Mercocidades, mas nenhum trabalho foi empenhando, pelos gestores públicos, com um objetivo pontual de interação com essa instituição.

Além disso, definimos três objetivos específicos esta pesquisa. Primeiro, aprofundar os conceitos teóricos sobre democratização e paradiplomacia. Segundo, investigar, através de fontes documentais, como ocorre a participação da cidade de Santa Maria na Rede Mercocidades. Terceiro, analisar se as ações paradiplomáticas, em relação a Rede Mercocidades, empenhadas pelas autoridades políticas de Santa Maria representam um processo de democratização dos assuntos internacionais. Para cumprir o primeiro objetivo específico deste trabalho apresentamos os estudos já existentes sobre a globalização e sobre a formação e organização dos Estados, pois, —estas questões constroem os conceitos de paradiplomacia.

O processo de globalização é o motivo e a oportunidade para que os entes federados vislumbrem um leque maior de oportunidade no cenário internacional. Neste sentido, exceto a protodiplomacia que tem como motivação preponderante as questões políticas e separatistas, os atores subnacionais que praticam a paradiplomacia têm como objetivo principal tornarem-se o porta-vozes das demandas regional ou local, seja elas econômicas, sociais, culturais,

ambientais, entre outras. Tudo isso só se tornou possível em virtude das facilidades tecnológicas presentes no pacote da interdependência global.

A maneira como cada Estado se constitui e se organiza contribui para o perfil de paradiplomacia que os entes federados irão desempenhar no cenário internacional. Desta forma, os Estados que concedem maior nível de autonomia para os entes federados tendem ter uma paradiplomacia mais atuante. Ao contrário, os Estado que concedem menos autonomia aos seus entes federados tendem ter uma paradiplomacia menos atuante.

A existência de conflitos políticos e de interesses entre os níveis de governos podem contribuir e servir de justificativa para que os entes federados se projetem no cenário internacional, assim como pode definir o grau de envolvimento que os entes federados buscarão ter no cenário internacional. É interessante observar que esta questão contribui, também, para o debate acerca da etimologia da paradiplomacia, uma vez que os conflitos políticos e de interesses entre os níveis de governos podem contribuir e servir de justificativa para que os entes federados se projetem no cenário internacional.

Já no que se refere aos conceitos de democratização, foi necessário passar pelos estudos de democracia e representatividade. Os pensadores contemporâneos entendem que a democracia está fundamentada no contrato social e que a participação popular na política é fundamental porque os homens são iguais perante o direito e a partir da vontade geral há de se estabelecer a justiça entre os homens.

No entanto, nota-se que há um descompasso entre a teoria e a prática da democracia. Assim, o governo representativo é uma alternativa adotada em substituição da democracia direta, tendo em consideração que seria impossível reunir em um só lugar um elevado número de pessoas. Dessa forma, se definiu nessa pesquisa que a democratização são ações e decisões que tem em seu cerne um esforço visível para se aproximar da democracia ideal, no qual todos participam dos processos decisórios por meio da representatividade e da transparência das informações.

O segundo objetivo específico dessa pesquisa perpassou pela investigação documental. Estes documentos foram encontrados na Câmara dos Vereadores e na Prefeitura Municipal, através de um ex-vereador da cidade. Uma boa parte dos documentos estavam compilados em um livro que se intitula “1991 – 2001: Dez Anos do Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais: Origens e Realizações”, tornando o acesso e a seleção dos documentos viável e fácil. Em contrapartida, não foram encontrados documentos complementares a esse compilado em formato de livro. Dessa forma, realizamos uma entrevista como material complementar para a análise dos dados.

Durante a pesquisa constatamos diversas dificuldades em acessar informações documentais atuais das ações internacionais na cidade. Isto ocorreu, possivelmente, porque a cidade não tem uma estratégia bem definida para as suas ações paradiplomáticas. Percebemos também dificuldade de ter contato com os gestores atuais que estão envolvidos nas questões internacionais de Santa Maria. Nota-se, inclusive, que um grupo de cidadãos e representantes que compõem a atual ADESM busca fazer um planejamento estratégico para o desenvolvimento econômico e social na cidade. Mas as ações internacionais parecem estar excluídas no rol de possibilidades e planejamento definidos por este grupo.

O terceiro objetivo específico relaciona os conceitos teóricos com os dados empíricos. Acerca disso temos que relatar que após a trajetória percorrida nessa pesquisa é possível inferir que a cidade de Santa Maria participou da articulação municipal que ensejou a criação da Rede Mercocidades em 1995, embora o ingresso da cidade tenha ocorrido posteriormente, no ano de 1998. A cidade teve maior protagonismo fora da instituição, mas se mantém como membro e participa das reuniões no sentido de acessar novas informações. Percebe-se que a Rede Mercocidades gerou poucas ações que se materializassem de forma real e impactante no cotidiano dos cidadãos santa-mariense. Isso possivelmente ocorreu pela ausência de projetos submetidos à instituição.

No que se refere à democratização das relações internacionais por meio da Rede Mercocidades, é possível avaliar que não houve um processo democratizante nem dentro da estrutura da instituição nem fora dela. Para se ter ações democráticas é preciso a inclusão dos cidadãos nos processos de elaboração e deliberação das decisões e das ações. Nos temas internacionais, não houve uma estrutura que proporcionasse o envolvimento do cidadão de Santa Maria, a comunidade recebeu as informações já concebidas e estabelecidas. Não é possível nem mesmo inferir que o processo de democratização das relações internacionais na cidade ocorreu por meio da representação, pois houve falha na divulgação das decisões tomadas pelos representantes. Conforme as informações obtidas, a transparência das decisões e ações internacionais do município ficou prejudicada pela falta de melhores recursos de comunicação e difusão.

De toda forma, pode-se entender que a cidade de Santa Maria realizou um processo de democratização das relações internacionais quando observado do ponto de vista macro, ou seja, do relacionamento entre Governo Central e governo subnacional. A cidade de Santa Maria, por meio da articulação regional e internacional, conquistou maior visibilidade entre os seus pares e, dessa forma, possivelmente, oportunidade de voz frente ao Governo Central. Neste sentido, como relatado, instituições como a Rede Mercocidades potencializam as

reivindicações dos municípios. Além disso, a proposta de uma estrutura horizontal na Rede Mercocidades colabora na democratização dos temas tratados pela instituição. No entanto, para que se possa observar a efetivação do processo de democratização, há a necessidade dos representantes de cada cidade estender o debate desses temas para os cidadãos em geral.

Assim, a hipótese deste trabalho se confirma parcialmente, pois a Rede Mercocidades possibilita que os atores subnacionais tenham mais visibilidade e voz frente ao Governo Central e às instituições internacionais, mas não oportuniza necessariamente a participação popular nas decisões e ações internacionais da cidade.

Outra questão que se notou durante a pesquisa foi a falta de um seguimento contínuo das ações paradiplomáticas de Santa Maria. Há momentos de crescimento no envolvimento regional e de integração nacional e internacional e há momentos decrescentes destas ações. Assim, inferimos que isto é o resultado da ausência de uma estrutura institucional na cidade. Possivelmente, se o processo de democratização das relações internacionais na cidade tivesse sido mais profundo, as ações teriam uma certa linearidade com o passar do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADESM. **Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria: A Santa Maria que Queremos: 2014 – 2030.** Santa Maria, 2013.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica: Um Estudo da Ordem Política Mundial.* Tradução de Sérgio Bath. Brasília/DF: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo/SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939.** Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CASTELO BRANCO, Álvaro Chagas. **Paradiplomacia e Entes Não-centrais no Cenário Internacional.** Curitiba/BR: Juruá, 2011.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política. Território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2009, p. 213-275.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais.** Brasília: Funag, 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf>. Acessado em: 01/06/2014

CEZÁRIO, Gustavo de Lima. **Atuação Global Municipal: Dimensões e Institucionalização.** Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Brasília. Brasília: UNB, 2011. Disponível em: <> Acessado em: 12/01/2016

COSTA, Mosar G. da. **1991 – 2001: Dez Anos do Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais: Origens e Realizações.** Santa Maria: Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais; UVERGS; Câmara Municipal de Vereadores, 2001.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição Política.** Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo/BR: EDUSP, 2005.

_____, Robert A. **Sobre a Democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília/BR: UNB, 2001.

DUBET, François. **O Que é uma Escola Justa.** Tradução de Édi Gonçalves de Oliveira e Sérgio Cataldi. Cadernos de Pesquisa, v.34, n. 123, p.539-555, set/dez, 2004. Disponível em: <>. Acessado em: 20/01/2017.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **A Democratização da Gestão Urbana no Brasil Teoria e Empíria.** XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador, 2005.

FRONZAGLIA, Maurício Loboda. **Política de Inserção Internacional das Cidades: O Caso de São Paulo e a Rede Mercocidades (2001 – 2004).** In: GOMES, Joséli Fiorin; CORRADI,

Rodrigo de Souza (org). *Paradiplomacia em Movimento: Perspectivas em Homenagem aos 20 anos de Atuação da Rede Mercocidades*. Porto Alegre: UniRitter, 2015. Disponível em: <<https://issuu.com/editorauniritter/docs/paradiplomaciaemmovimento/1?e=9406582/31024730>>. Acessado em: 20/06/2015.

GAMBINI, Priscila T. H. Rede Mercocidades: Paradiplomacia de Cidades no Mercosul. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, v. II, p. 597-629, 2008. Disponível em: www.cedin.com.br/static/revistaeletronica/artigos/Patricia%20RI.pdf. Acessado em: 12/10/2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acessado em: 01/07/2016.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1999.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva e Claudia Berliner. São Paulo/BR: Martins Fontes, 2003.

JEFFERSON, Thomas; PAINE, Thomas; HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John; TOCQUEVILLE, Alexis de. **Escritos Políticos, Senso Comum, O Federalista, A Democracia na América, O Antigo Regime e a Revolução**. Tradução de Leônidas Gontijo de Gontijo de Carvalho et al. 2.ed. São Paulo: Abril Cultura, 1979.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MAIA, Marrielle. **A Construção de uma Cidadania Regional Sul-americana na Perspectiva dos Direitos Humanos: Reflexões sobre a parceria entre a Rede Mercocidades e o Instituto de Políticas em Direitos Humanos do Mercosul**. In: GOMES, Joséli Fiorin; CORRADI, Rodrigo de Souza (org). *Paradiplomacia em Movimento: Perspectivas em Homenagem aos 20 anos de Atuação da Rede Mercocidades*. Porto Alegre: UniRitter, 2015.

MARIANO, Karina Lilian Pasquariello. **Parlamento do Mercosul, Integração e Déficit Democrático**. SÉCULO XXI, Porto Alegre, v.4, n.2, Jul-Dez, 2013. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1869/152>>. Acessado em: 01/07/2016.

MIKLOS, Manoela Salem. Diplomacia federativa: o Estado brasileiro e a atuação internacional de suas Unidades Constituintes. **CARTA INTERNACIONAL**, v. 6, nº 1, p. 83 a 100, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/26/13>>. Acessado em: 20/01/2014.

MONTESQUIEU, Charles de. **O Espírito das Leis**. Tradução de Fernando Henrique Cardoso e Leoncio Martins Rodrigues. Brasília/BR: Universidade de Brasília, 1982.

NOBERTO, Bobbio. **O Futuro da Democracia**. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo/BR: Paz e Terra, 2000 (Pensamento Crítico, 63).

PAQUIN, Stéphane. **Paradiplomatie et relations Internationales**: Théorie des stratégies internationales des régions face à la mondialisation. Bruxelles: O P.I.E.-Peter Lang S.A., 2004. Disponível em: <<http://www.crepic.enap.ca/CREPIC/Publications/Lists/Publications/Attachments/49/Paradiplomatie%20et%20relations%20internationales.pdf>>. Acessado em: 24/01/2014.

PASSERON, Jean-Claude. **O Raciocínio Sociológico: O Espaço não-popperiano do Raciocínio Natural**. Tradução de Beatriz Sidou. Petrópolis/BR: Vozes, 1995.

PEREIRA, Antonio Kevan Brandão. Teoria democrática contemporânea: o conceito de Poliarquia na obra de Robert Dahl. 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS: GT39 Teoria política e pensamento político brasileiro - normatividade e história. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9208&Itemid=461>. Acessado em 18/06/2016.

PIMENTEL, Alessandra. O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, novembro/2001.

PITKIN, Hannah Fenichel. Representação: Palavras, Instituições e Ideias. **Lua Nova**, São Paulo, 67: 15-47, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a03n67.pdf>>. Acessado em: 14/06/2016.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo/BR: Escala Educacional, 2006 (Série Filosofia).

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**: Curso Elementar. São Paulo: Saraiva, 2013

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e Novos Atores**: As Cidades Brasileiras e o Desenvolvimento da Paradiplomacia. Salvador: UFBA, 2008.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couta; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A Entrevista na Pesquisa Qualitativa**: Mecanismos para Validação dos Resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato Social e Outros Escritos. Tradução de Rolando Roque da Silva. 4.ed. São Paulo/BR: Cultrix, 1978.

SADECK, Bruno. **A Fronteira no Processo de Integração Regional**. In: GOMES, Joséli Fiorin; CORRADI, Rodrigo de Souza (org). Paradiplomacia em Movimento: Perspectivas em Homenagem aos 20 anos de Atuação da Rede Mercocidades. Porto Alegre: UniRitter, 2015. Disponível em: <<https://issuu.com/editorauniritter/docs/paradiplomaciaemmovimento/1?e=9406582/31024730>>. Acessado em: 20/06/2015.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução de Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner e Sheila Clara Dystyler Ladeira. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

TILLY, Charles. Democracia. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis/BR: Vozes 2013.

TULLO, Vigevani; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês et al. **A Dimensão Subnacional e as Relações Internacionais**. São Paulo/SP: EDUC; Fundação Editora da Unesp; Bauru/SP: EDUSC, 2004.

VAL, Giorgia Araújo da Costa. A Juridicidade Da Atuação Internacional Dos Governos Subnacionais. Disponível em: <<http://www.cedin.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Artigo-Giorgia-Ara%C3%BAjo-da-Costa-Val-A-Juridicidade-da-Atua%C3%A7%C3%A3o-Internacional-dos-Governos-Subnacionais.pdf>>. Acessado em: 15/05/2016.

ANEXO A – ROTEIRO TEMÁTICO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROTEIRO TEMÁTICO DE ENTREVISTA

A REDE MERCOCIDADES

A Rede Mercocidade foi criada em 1995, mas percebe-se pelos documentos que a cidade de Santa Maria, assim como outras cidades brasileiras e de países vizinhos, apresentava desde o ano 1990 uma atuação internacional bastante intensa, inclusive com a constituição formal e institucional (por meio de estatutos, documentos e estabelecimento de fórum de discussão permanente) das relações estabelecidas.

1. O que mudou com a criação da Rede Mercocidades?
2. Houve maior facilidade no intercâmbio material, cultural, social e político após a Rede Mercocidades?
3. É possível traçar “um antes e um depois” da criação da Rede Mercocidades, apontando diferenças e semelhanças?

A CÂMARA DE VEREADORES E PREFEITURA NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIDADE DE SANTA MARIA

4. Pelos documentos fica impressão que a iniciativa internacional parte dos integrantes da Câmara de Vereadores e raramente envolve a Prefeitura. Isso ocorre de fato? Podemos afirmar isso?
5. A prefeitura é a protagonista das ações internacionais junto com a Câmara de Vereadores ou a Prefeitura de Santa Maria tem uma participação subjacente e apenas de apoiadora das ações praticadas pela Câmara dos Vereadores?
6. A Câmara dos Vereadores ficou encarregada pelas ações internacionais da cidade?
7. Se sim, por que a Prefeitura não tomou para si o encargo de organizar um departamento para as relações internacionais?
8. Houve em algum momento divergência em relação às ações internacionais entre a Prefeitura e a Câmara de Vereadores?

DEMOCRATIZAÇÃO

Conforme as conclusões do III Congresso do Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais, que ocorreu em Santa Fé, segue abaixo os seguintes trechos:

“ressaltar que toda a **comunidade tem direito a ser implicada**, em todos os níveis, nos **processos de colaboração** em linhas políticas e **tomadas de decisões** nos assuntos que afetem a saúde e o ambiente” (COSTA, 2001, p. 89, grifo nosso).

9. Neste caso, qual foi a ação que ofereceu oportunidade para que as comunidades participassem de forma efetiva nos processos de elaboração e decisão deste tema?
10. Houve ações concretas?
11. Há documentos que comprovam?

Conforme as conclusões apresentadas pela comissão 5 (análise Comparativa das Legislações Municipais) e da Comissão 6 (Autonomia Municipal), do III Congresso Latino-americano de Parlamentos Municipais, de 1992, segue abaixo, respectivamente, os seguintes trechos em destaque:

“Ratificar seu espírito integracionista e o apoio a este tipo de eventos que contribuem ao enfraquecimento das distintas legislações dos países que constituem o MERCOSUL, **reclamando a participação dos municípios na elaboração das políticas legislativas que instrumentam**” (COSTA, 2001, p. 92, grifo nosso).

“**Recomendar que as Constituições Nacionais** aceitem uma cláusula expressa e categórica que **consagre a Autonomia Municipal Plena** (política, econômica, institucional e administrativa) como meio de garantir a instituição **municipal** como **célula do regime democrático** e veículo que assegure a possibilidade de conseguir que a Integração Latino-americana encontre nas jurisdições locais vigorosos protagonistas” (COSTA, 2001, p. 93, grifo nosso)

“Recomendar que as leis **Orgânicas Municipais** consagrem a eleição direta de suas autoridades, que estas se integrem por um intendente e um Corpo Deliberativo afirmando as faculdades deste último por sua composição pluralista e outorgando-lhes responsabilidades legislativas de intervenção orçamentária de participação nos trâmites licitatórios e de amplo controle na Administração Municipal, sem prejuízo de criar órgãos específicos a este último fim com **membros eleitos democraticamente**. Assim mesmo se recomenda a incorporação de **mecanismos de democracia semidireta**”.

A partir dos trechos apresentados acima, questiona-se:

Entendemos que a paradiplomacia pode ser uma ação de democratização das relações internacionais. Tendo em vista essa possibilidade, entre diversas maneiras, pode-se alcançar a democratização aumentando a autonomia dos entes subnacionais em relação ao governo central e ampliando o poder decisório para todos os setores da sociedade.

12. O que é democratização para você?

13. Como você entende a democratização das relações internacionais através da paradiplomacia na cidade de Santa Maria?

14. Qual foram os recursos que se utilizou para buscar a democratização na cidade de Santa Maria?

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E A RELAÇÃO ENTRE GOVERNOS LOCAIS E FEDERAIS

Em vários momentos se reforça a ideia de integração entre os governos municipais. Em alguns momentos, nos documentos, esse processo de integração se evidencia como uma forma de reforçar o poder dos governos subnacionais frente aos governos centrais para reivindicar uma atenção especial aos problemas locais e políticas que partam da iniciativa dos governos centrais para solução destes problemas. Em outros momentos evidencia-se como estratégias para a solução dos problemas locais através do intercâmbio de ideias e articulação local.

15) A nossa interpretação dos documentos está correta?

16) Como você entende o esforço de integração por parte dos governos subnacionais?

PUBLICIZAÇÃO

Conforme as conclusões do III Congresso do Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais, que ocorreu em Santa Fé, segue abaixo os seguintes trechos:

“Encomendar a mesa deste III Congresso dar maior difusão através de todos os **meios de comunicação** (imprensa falada, escrita e televisada)” (COSTA, 2001, p. 90).

A partir do trecho apresentado acima, questiona-se:

15. Houve veiculação dessas conclusões conforme o do documento?

16. Onde e como foram veiculadas?

17. Quais eram as estratégias de divulgação dos resultados das reuniões e das ações dos parlamentares?

ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS DO ENTREVISTADO⁵

SUJEITO A: Bom... Vamos tentar começar a fazer o script e a gente deixa assim bem livre para ir respondendo conforme o fluxo! Eu fiz aqui, não vai se assustar...

SUJEITO B: Não!

SUJEITO A: São dezenove questões, mas se você achar muito e em algum momento você quiser parar...

SUJEITO B: Eu não tenho problema!

SUJEITO A: Tá! Não sei como está o seu tempo aqui hoje...

SUJEITO B: Pode, pode falar!

SUJEITO A: Então tá! A Rede Mercocidades, então, ela foi criada em 1995, né?!, mas percebe-se pelos documentos que a cidade de Santa Maria assim como outras cidades brasileiras e de países vizinhos apresentavam, né, desde o ano 1990 uma atuação internacional bastante intensa, inclusive com a constituição formal e institucional, por meio de estatutos, documentos e estabelecimento de fórum de discussão permanente; enfim, um monte de ações das relações estabelecidas. Dessa forma, a gente quer saber assim o que mudou com a criação da Rede Mercocidades?

SUJEITO B: Bom... olha aqui, casualmente, casualmente... este aqui (mostra uma foto) é o embaixador Jorge Ribeiro. Jorge Ribeiro tinha vindo de Montevideo, da Embaixada de Montevideo, exatamente quando nós começamos a discutir essa temática de integração e ele veio... Foi transferido para Porto Alegre, quando o Ministério das Relações Exteriores criou em Porto Alegre um escritório do Itamaraty e aí veio para cá como chefe. Um dia ele veio à Santa Maria, numa reunião, e nos visitou na Câmara e a Câmara tem um acervo de obras de pintores e artistas plásticos daqui, que a Câmara oferece o espaço para exposições, oferecia e continua oferecendo na época para os pintores e artistas fazer as suas exposições, fazer com compromisso. O custo disso, é de deixar um quadro para o acervo da casa e o embaixador Jorge Ribeiro veio, se encantou com aquilo e queria que nós doássemos ou vendesse para ele um quadro. Nós dissemos: embaixador isso é impossível, mas nós lhe brindar com um quadro. Nós compramos um quadro e oferecemos para ele. Na outra semana eu fui à Porto Alegre, na época era secretário do Mercosul e Assuntos Internacionais, aqui, de Santa Maria, teve uma secretaria e que depois mudou de governo, mudou... abandonaram! Entendeste? Fui à Porto Alegre, fui fazer uma visita para ele lá na secretaria... no escritório e ele assim: mas, você com todo esse potencial, porque você não inclui Santa Maria na Rede Mercocidades? Daí, eu primeiro, não sabia que existia: - Mas o que que é isso, embaixador? - Não é uma instituição, que tem – na época tinha uns dez, não mais do que dez municípios do Uruguai, da Argentina e do Paraguai – e a Rede Mercocidades não tem presidente, tem a cidade que... onde o prefeito é o coordenador, então ele ali está a presidência da Rede Mercocidades. E aí ele me disse, inclusive o secretário (pausa) da prefeitura, hoje... na época... o Tarso Genro era o prefeito de Santa Maria... de Porto Alegre. E ele disse, eu sou, prazer, sou o coordenador... o secretário executivo, secretário executivo da Rede Mercocidades e o prefeito Tarso, Tarso Genro e tem lá o Eduardo que é o coordenador... (pausa) assessor do Tarso e Coordenador dos assuntos da Mercocidades para ele na prefeitura. E aí ele me explicou direitinho e aí perguntei: e se nós... Se eu voltar à Santa Maria hoje e nós, depois dessa conversa... o senhor

⁵ A entrevista realizada é bastante extensa, por esse motivo selecionamos os trechos mais relevantes para a atual pesquisa.

nos ajuda? Não, não tem problema! Daí já pegou na hora e ligou para o Eduardo lá na prefeitura em Porto Alegre: olha... estou me colocando aqui em uma missão de ajudar o pessoal de Santa Maria. Tá... Daí fui lá, peguei todas as informações necessárias... e a Rede Mercocidades funciona como funciona o MERCOSUL: tem o comando maior que são os presidentes, na época (na Rede Mercocidades) o comando maior eram os prefeitos dos municípios que integravam as cidades e me deu todas as informações, tudo direitinho... Vim para Santa Maria e daí tinha logo em seguida uma reunião preparatória pra cumple, que é assembleia da Rede Mercocidades, que ia se realizar em Córdoba no mês de setembro. Daí, vim pra cá e conversei com o prefeito, acertamos detalhes e ele me autorizou fazer, fizemos um trabalho num... olha, era bem parecido com isso aqui (mostra um encadernado de aproximadamente 500 páginas que indica as potencialidades da cidade de Santa Maria), naquela época não tinha internet, não tinha nada. Fizemos isso aqui e me fui para Asunción, levei uma coisa assim, acho que pesava bem no mínimo 50 quilos. Me fui para Asunción, cheguei lá, o intendente de... Como é que era a cidade do... de São Lorenzo, no Paraguai, lá na região metropolitana de Rosário, era... tinha sido vereador conosco neste processo do MERCOSUL, daí fui... é o Frederico Franco, que foi governador... presidente do Paraguai, aquela enrolada lá de desse aí. Fui pra e disse: Frederico, eu agora preciso então que tu me consiga uma... para nós fazermos uma reunião antes da assembleia da Rede Mercocidades, que nós queremos incluir Santa Maria está rede e exatamente foi o que ele fez, marcou... No outro dia de manhã, a assembleia começava de noite, de manhã nos reunimos com o intendente, que era Martín Burt de Asunción, comentei com ele, pedi o apoio e ali surgiu uma feliz ideia porque até então o Estatuto da Rede Mercocidades permitia que os municípios que para participar da rede tinha que ter mais de 500 mil habitantes ou se menos, justificar por algo que fosse importante e de expressão para que o município se integrasse. Aí naquilo... dentro disso aí, se persistisse aquela determinação estatutária era só Brasil e Argentina que poderia ter mais de um município porque os outros Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia essas coisas... era só as capitais o resto não tinha. Daí a partir daquela conversa ali na intendência surgiu a ideia de se fazer uma proposta de alteração do Estatuto para que mais municípios pudessem integrar... diminuir aquele percentual de exigência dos 500 mil habitantes e levamos para a reunião, eu quando cheguei na reunião com aquele pacotão cheio disso aqui (aponta para o encadernado) e distribui para o pessoal dos municípios para pedir apoio para a inclusão de Santa Maria. Aí... para a felicidade, a primeira coisa da ordem do dia da reunião era abrir um convênio da Rede Mercocidades com as universidades do MERCOSUL e o Grupo Montevideo. Você sabe o que é o Grupo Montevideo?

SUJEITO A: Sim!

SUJEITO B: E o Grupo Montevideo, especialmente com o Grupo Montevideo. Aí quando veio aquilo ali eu vibrei, porque a Universidade Federal de Santa Maria, na época o Reitor era o professor Tabajara e ele foi um dos articuladores da criação do Grupo de Montevideo. E aí joguei tudo isso aqui tudo para fora (pega no encadernado) e fiz toda minha argumentação toda em cima da universidade federal, escorei a universidade, e me comprometi sem falar com o Tabajara, dizendo: que olha... e com isso estou levando o compromisso, pode contar que se depender da Universidade Federal de Santa Maria o voto é favorável. Daí e com isso entramos e o Frederico tinha interesse em função do município dele no Paraguai e de outros municípios entramos com o pedido que fosse levado à Assembleia Geral em Córdoba em setembro essa proposta de alteração de Estatuto para que os municípios entrassem... tivessem o direito de pedir o seu ingresso e fossem considerados em um primeiro momento como um município proponente e que tivesse um ano de carência para justificar o porquê que pediu e caísse a barreira dos 500 mil. E foi alí, hoje, eu creio que tenha mais de 200 municípios na rede e acho que Livramento esteja junto nisso. A Rede Mercocidades, na minha concepção, é

um dos melhores ou senão o melhor fórum de discussão, de discussão da... (pegou uma foto) esse aqui foi lá em Rosário, uma das reuniões em Rosário porque nela... aqui nessa mesa, a última que eu fui era uma mesa quadrada que tinha mais de 200 participantes na mesa, fantástico, entendeste? Ah... para ti levar e trazer ideias, projetos e coisas que foram positivos ou que deram certo e dos outros para ti copiar na tua cidade, no teu município e levar aqui que tu fez pra dar dos outros também. Ela esteve um tempo muito politizada, que virou um lado muito mais ideológico e que aí sei que andou dando uma freada, mas agora está voltando a normalidade. Aqui, nós de Santa Maria, esse ano, nessa legislatura agora nesses 4 anos que está terminando agora (2016) se eles foram a 3 reuniões da Rede Mercocidades é muito.

SUJEITO A: Entendi.

SUJEITO B: Entendeste?! Então... é altamente positivo e Livramento sabe porque já participa, sabe o que que é e vale a pena insistir porque o prefeito de Livramento vai sentar numa mesa com os mesmos direitos e com os mesmos deveres, com a mesma possibilidade de tratar Livramento, os interesses de Livramento, na mesma mesa que está sentado o prefeito de Montevideo, de Buenos Aires, de São Paulo, de qualquer... de Porto Alegre... Enfim... Ele é um membro da Mercocidades como município que tem o mesmo direito que como prefeitura, pode... pode... não sei agora como que anda, mas no nosso tempo tinha acho que umas oito unidades temáticas que o município, vamos dizer, podia ver e observar e ver qual é que me interessa; podendo participar até de todas. Mas não era... Na época, educação quem coordenava era Bueno Aires; Porto Alegre era cultura; meio ambiente era a cidade Concepción, no Chile; o... Buenos Aires era educação, Porto Alegre... Rosário era desenvolvimento econômico estratégico; enfim... e Córdoba também... era... tinha... era esse nível, entendeste? Eu, na nossa época, nós participamos, com a universidade aqui na Comissão de Educação e na Comissão de Desenvolvimento Econômico. Fizemos duas ou três reuniões aqui em Santa Maria e entre outras coisas. A Rede Mercocidades, para mim, é o melhor e maior fórum de alternativas pros municípios levarem e buscarem ideias, proposta, enfim...

SUJEITO A: É... Assim... Eu gostaria de saber se teve uma mudança muito, é... significativa, assim, né... Depois que vocês entraram (na Rede Mercocidades)? Vocês sentiram uma facilidade maior assim... para conseguir entrar no cenário internacional? Como é que foi isso?

SUJEITO B: Não resta dúvida... Não resta dúvida, até porque nós, neste contexto dos municípios, do MERCOSUL e da integração, nós tivemos em um primeiro momento de pioneirismo também nisso aí, né?! Entende? E se acompanhou muito e eu me dediquei muito a isso aí. Tudo isto, tudo isto, é por isto que eu estou te dizendo que isto aqui é uma coisa que todos os seguimentos permanentes dos municípios, nos municípios, além de da política, tem que ter um acompanhamento e uma participação e... a prefeitura que é como município, a quem coordena isso aí, tem que também trazer e oportunizar pra que... vamos dizer... em qualquer uma dessas reuniões, é pra decidir o tema X que leve pra dissertar sobre isso o representante daquela instituição, pode ser a universidade e a educação, pode ser a universidade... enfim... dentro do município, é cultura, é desenvolvimento econômico, é meio ambiente, que leve os profissionais mesmo o prefeito indo que sempre é bom o prefeito estar junto, mas ele não indo, ele delega que vai e delegando a quem vai, faz essa pessoa ir e dá-se essa oportunidade de incentivo pra aquele outro seguimento que foi junto e o tema é referente a ele ser quem vai fazer a... dar a mensagem, fazer a apresentação em nome do município, do projeto, das coisas aí e a partir da alí trocar ideia... Para nós aqui, num primeiro momento, não foi fácil...

SUJEITO A: Você sabe que eu tenho algumas reuniões com o meu orientador né... aí ele fica assim, me falando: em traz coisas palpáveis, coisas palpáveis que a cidade conseguiu! E às vezes eu fico com dificuldade de responder essa pergunta porque é... Porque parece que é só um monte de reunião e que talvez assim... Será que traz todo esse... esse... retorno palpável? Aí queria, então, saber de você, o que você pensa sobre isso? Assim... De todas essas reuniões, o que elas realmente trazem assim... que a população consegue ver de palpável, entendeu? Quer dizer, aconteceu um evento? Que traz dinheiro para a cidade? É isso que eu queria entender melhor, entende?

SUJEITO B: Não... você sabe que hoje tudo isso gira em cima de projetos. Hoje em qualquer nível, tanto aqui, nível municipal, estadual, nacional e internacional gira em cima de projetos, entendeste? Neste contexto, a Rede Mercocidades não tem recurso para financiar projetos, entendeste? É o mesmo que a FIAPAM, na qual eu participo... Essa Federação Iberoamericana de Associação de Pessoas Adultas Maiores que... a terceira idade. Na sede formula, em Santander, na Espanha tem um banco de projeto... Banco pra recebimento, análise e encaminhamento de projetos, entendeste? Se o projeto chegar lá - Mercocidades não é diferente – chegar lá com o projeto dentro do roteiro pré-estabelecido e com todas as informações e dados necessários, não tem problema... Eles não têm recursos para financiar, a instituição não tem. Mas tem fontes da onde, se chegou o projeto, analisou e está dentro dos conformes, não tem problema... A não ser que seja uma coisa absurda, senão, vamos dizer, dentro disso aí... Estou voltando a FIAPAM, qual é um dos pré-requisitos ou o pré-requisito principal? Em qualquer projeto tem que ter a contrapartida local, entendeste? Por exemplo, o projeto vai custar um milhão de dólares, a contrapartida local é cem mil dólares e esse cem mil dólares tem que ir bem claro do que vai ser, de como vai ser, da onde vai sair, como vai ser produzido esta... esta... o reembolso, entendeste? Normal como isso. A Rede Mercocidades tem essa força de ser uma instituição internacional, representativa dos municípios que busca o fortalecimento, a valorização e a atenção dos municípios como base de qualquer situação política etc, etc... E com isso, o que que ela vai... o real é abrir, abrir janelas, abri portas, abri... entendeste? A informação, a orientação, a busca de, vamos dizer, na própria ONU, na própria OEA, na própria, na própria... no próprio MERCOSUL, dentro do contexto mercosuleno entre outras coisas. São esses os principais fatos e ações nesse sentido.

SUJEITO A: Entendi!

SUJEITO A: É uma instituição porta voz dos projetos...

SUJEITO B: dos caminhos... encaminha e orienta, produz aquela informação como é que... Isso também depende muito da dinamicidade de quem tem a responsabilidade de ser um secretário executivo, que é um, prefeito ou alcaide, um dos... de qualquer... do município, entendeste? Que também... aí também vê essa... essa movimentação. Vamos dizer, aqui para Santa Maria, foi esse processo de abertura de levar Santa Maria adiante no processo da... Não... Ter essa... essa troca de projetos, de experiências daqui e de lá, vamos dizer... Tu sai... Eu tenho como base, a melhor coisa que faço, eu quando... Em qualquer viagem que sai, por menos que tu traz, tu traz duas ou três coisas novas que... Tem que saber trazer e visualizar e implantar como coisa boa pro município, isso aí tem essas coisas...

SUJEITO A: Essas três coisas... Duas ou três coisas boas é no sentido de experiências que você consegue ver lá, é isso?

SUJEITO B: Corretamente! Vê lá porque às vezes tu fica aqui, fica só em Santa Maria rodeando, acostuma com isso aqui e não sai lá pra fora pra ver... Depois tu vai alí em Caxias, vai lá em qualquer outro município, não precisa ir muito longe às vezes. Mas vai, tá na mão!

E em um fórum desses onde tem 200, hoje creio que quase 200 municípios participando e coisa, tem que ir e não ter vergonha também de fazer...

SUJEITO A: Network?

SUJEITO B: Correto! Esse é a melhor coisa, tu não vai para lá pra querer dizer: Oh! Eu vou lá, vou trazer alguma coisa concreto e pra na volta querer implantar aqui! Difícil!

SUJEITO A: Entendi!

SUJEITO B: Tem que aprender! Até então... E hoje, qualquer erro público... agente público que tiver que assinar em baixo qualquer coisa, se não for em cima de projetos...

SUJEITO A: É... Continuando aqui no nosso script, né... É possível então, de forma bem objetiva, traçar um antes e um depois da Rede Mercocidades apontando assim... as diferenças e semelhanças? E aqui eu já vou emendar uma outra questão que você falou da questão do... Hã... de que essa troca de ideias, depois ela pode implementada, você poderia me dizer, assim, algum exemplo que deve ter acontecido durante esses anos de alguma coisa que você ouviu lá que você conseguiu implementar em Santa Maria ou que você viu ser implementado em Santa Maria, assim?

SUJEITO B: Inicialmente, no que diz respeito ao meio ambiente... Meio ambiente... Meio ambiente... Cidade de Concepción, no Chile, na época – não sei agora – era o melhor ponto, a melhor referência em termos de ações, em termos de meio ambiente era Concepción.

SUJEITO A: É... A prefeitura é a protagonista das ações internacionais junto com a Câmara de Vereadores ou a Prefeitura de Santa Maria tem participação subjacente e apenas de apoiadora das ações praticadas pela a Câmara dos Vereadores. Eu... Essa pergunta ela é mais dentro desses documentos aqui, né (indico para o livro do Costa)! Deste período...

SUJEITO B: Não! Deixa eu te dizer, então: hoje... hoje, tu não pode usar nem a Câmara, nem a Prefeitura como protagonistas de nada neste sentido...

SUJEITO A: Por que não existe? Está parado?

SUJEITO B: Tem que levar... Tem que levar essa angústia, essa ânsia, essa vontade de fazer ao meio empresarial que quer exportar ou que quer importar e as universidades também que estão criando e buscando intercâmbios e etc, etc, etc aí... Mas se depender, hoje, aqui, do município... Hoje... dos últimos oito anos, dez anos aí, se depender da Câmara de Vereadores e depender da Prefeitura, Santa Maria ia ser a cidade Tupiniquim...

SUJEITO A: E dentro desses vinte anos, quem foi o protagonista? Foi a Câmara e a Prefeitura entrou só como apoiadora? Ou não?

SUJEITO B: Não foi toda a Câmara, foram alguns dentro da Câmara.

SUJEITO A: Tá! Então... a gente pergunta, né... Se a Câmara de Vereadores ficou em encarregada (pelas relações internacionais do município), você disse que sim! E aí, se sim, porque que a Prefeitura não tomou para si o encargo de organizar um departamento para as relações internacionais? Neste período aqui... a oportunidade apareceu na Câmara?

SUJEITO B: Lamentavelmente, em algumas situações, tem-se sofrido muito com essas pessoas que se propõem a chegar um cargo de administrador de município sem ter uma noção do que precisa modernizar, do que precisa atualizar, de que a cidade cresceu, de que a cidade

se modernizou e que a cidade precisa de um preparo melhor e maior em cima de uma série de fatores. Com essa dificuldade também da centralização dos recursos pelo governo federal, que vai tudo para Brasília e o município, se manda dez, aqui se volta dois e olha lá, tem que levantar as mãos para o céu. Então, isso tem sido uma das situações de dificuldade e que também tem um grande percentual, não vamos generalizar nisso aí, de quem... do próprio quadro político-institucional desse nosso país... não só o nosso, isso lá fora está cheio... mas do nosso especialmente, perdeu-se uma série de... uma série de... de... de... de incentivos, de se tomar a iniciativa, é o que você está dizendo, é mesmo coisa de lá: tomar iniciativa de fazer um projeto para criar alguma coisa, inventar alguma coisa, fazer dentro de uma universidade, às vezes é abaixo de aborrecimentos, né?! E no quadro político hoje está desgastado, não tem... E essa questão da internacionalização das coisas, isso aí também veio tão rápido que muita gente até hoje nem sabe o que, que é ainda, né?!

SUJEITO A: Bom... Voltando aqui para o nosso script, né?! Então, agora a gente vai começar a falar sobre a democratização e aí eu vou tirar alguns fragmentos aqui para contextualizar, tá? “Ressaltar que toda a comunidade tem direito de ser implicada em todos os níveis, nos processos de colaboração, em linhas políticas e tomadas de decisão nos assuntos que afetem a saúde e o ambiente. Isto está na página 89. Então, dentro deste contexto, neste caso, né... Qual foi a ação que ofereceu oportunidade para que as comunidades participassem de forma ativa nos processos de elaboração e decisão desse tema. Aqui eu estou falando do meio ambiente, mas em qualquer tema foi dada oportunidade e, se sim, quais os exemplos que você pode citar de que a população pudesse participar da elaboração das decisões, Sabe? Da... Enfim... tanto no processo de elaboração das políticas, né, relacionadas as relações internacionais como no processo de decisão, onde que a população entrou nisso?”

SUJEITO B: No que, isso eu aprendi com o que vi, com o que tenho de coisa lá OIT, na Organização Internacional do Trabalho, no que se denomina de desenvolvimento econômico local, desenvolvimento econômico local, baseado nisso, baseado nisso levar ele ao nível que tu... seguimento ou coisa que tu achar conveniente... se achar conveniente aplicar na estrutura que é da participação comunitária aonde, vamos dizer, vamos considerar assim um bairro de Santa Maria, onde tu cria naquele, naquele, naquele bairro um projeto de um centro comercial a céu aberto, tá? Centro comercial à céu aberto... Tu não vai mexer em nada no que, no que tem dentro dali, não vai... É só criar uma marca, criar uma maneira de divulgar aquela localidade, com o seu potencial e com a participação da comunidade em todos os seus seguimentos, entendeste. Onde alí tu saiba que tu é uma empresária ou tu vem para instalar uma empresa e vai ocupar um espaço em prédio ou em coisa e vai precisar de 50 funcionários, da própria comunidade trabalhar em cima daquilo alí e ter conhecimento e preparo da sua gente para: “olha vocês vem cá, vão integrar em nossa comunidade, etc, etc, etc... Então, esse é o desenvolvimento local, o desenvolvimento do famoso DEL, pode chamar de desenvolvimento local, pode chamar desenvolvimento econômico local dessa comunidade e além de, de tudo... da, da con... da, da conservação, do cuidado do Jardim, do Cuidado que vai trazer algum diferencial pra isso... E hoje, o que que tá acontecendo, onde a pode estar um mato dessa altura na frente da casa de muitas casa aí que o cara acha que é a prefeitura que tem que vir alí cortar... Pô! Cuidasse da frente da casa dele alí, Conservasse isso aí, já... né? Mas precisa dentro disso aí... Como também nas outras coisas, vamos dizer, dentro do, do... da educação, da cultura, enfim... Todas as...

SUJEITO A: O senhor falou que... é... Me deu um exemplo, né?! Que foi implementado, na questão do meio ambiente... Como é que é a população se envolveu nisso? Como que vocês conseguiram trazer a população, né, e a população se envolveu nisso?

SUJEITO B: Não foi fácil, foi com a praticidade entendeste? Com a praticidade... Vamos dizer, tu tem aí na frente da tua casa e aqui em Santa Maria tem muitos quilômetros de rua em que tem na frente da casa um esgoto correndo a céu aberto... De começar a conscientizar de que ele também pode participar... Vamos dizer, se tem alguma dificuldade, ele próprio, com a mão de obra ou com um saco de cimento ou com... Começar dando o exemplo! E aqui nó tivemos muitas ruas dessas com calçamento de pedra, especialmente... Ou de meio fio e coisa dessa... De fios pra marcar a calçada aqui de, de se ter uma participação da comunidade... Isso, primeira coisa, a pressão ao poder público de dizer que tem a obrigação de produzir os canos, de comprar os canos ou já produzindo, até se necessário for, pedir à comunidade: “que olha isso aqui vou precisar de 50 sacos de cimento pra fazer... Um exemplo, né... Tantos metros de areia e tudo mais, que aquele que tiver condições também participa pra ele valorizar, que não foi tudo não foi tudo de graça, que ele também participou, que aquilo ali tem o suor e tem o dinheiro dele também e que melhorou! Entendeste? Agora tem que apresentar alguma coisa... Um princípio que foi o que foi feito aqui: prefeitura montou uma fábrica de desses canos de esgoto e... Aonde podia o pessoal começou a colaborar e olha foram alguns quilômetros de, de, de... e até hoje alguns ainda, ainda funciona até hoje.

SUJEITO A: mas além da mão de obra também teve envolvimento da população nas decisões, nas reuniões, na...?

SUJEITO B: Corretamente! Pra saber... Outra, outra coisa que de primeiro, vamos dizer, a minha rua aqui é Manoel Ribas, bah! Eu, eu, eu botei na cabeça que o José do Patrocínio... Na minha cabeça... Entendeste? Então, na Câmara de Vereadores, pressionar os vereadores que tem que mudar o nome de Manoel Ribas para José do Patro... O vereador ia lá, fazia aquilo lá... Só que depois que fez, oficializou e mudou, tu não imagina o custo que é para uma empresa ou para o próprio, próprio morador mudar toda a sua documentação de, de... E a empresa toda, toda... Tudo que se diz respeito a empresa tem que mudar... na junta comercial, na prefeitura, nas autorias da Receita Federal, no imposto de renda, enfim... etc, etc, etc... na Previdência, tudo... Não tem nada disso! Daí começou-se o seguinte: hoje, pra ti mudar o... Primeiro, pra ti denominar nome uma rua em Santa Maria tem que ter um abaixo-assinado de toda a comunidade. A mesma coisa, pra mudar nome, há não ser que venha da comunidade - não só de uma quadra - tem que ser da rua inteira. Algumas coisas assim que foram, foram... Porque antes era isso, só que depois que mudava e coisa, daí vinha o reflexo. O pessoal não foi consultado, não disse nada, não foi informado de que ele ia ter que fazer, passar por toda essa, entendeste?

SUJEITO A: Tá! Aí... Dentro desses processos de participação das pessoas e tal, né... Se houve ações concretas? Assim... Aqui quando eu falo de participação, eu falo mais na participação mesmo na elaboração do projeto, do projeto em si, né... Da decisão! Depois quem vai executar, daí é outra coisa... mas... é porque o meu trabalho ele... eu estou tentando descobrir se a paradiplomacia ela dá oportunidade para haver uma maior democratização das relações internacionais na comunidade. Então quer dizer, se através da paradiplomacia as pessoas têm mais acesso às relações internacionais... Então, quando a gente fala nessa questão da democratização, a execução também é importante mas a gente quer saber também a questão da elaboração do projeto, né... Da decisão, do veto, né... Da votação naquele projeto... Então, o que a gente quer saber aqui, é se como a comunidade santa-mariense, ela se envolveu na elaboração desses projetos, né... Como ocorreu tudo isso? E se ocorreu, tem documento assim que a gente possa ter acesso? Ou não? Não sei?

SUJEITO B: Santa Maria, Santa Maria... Não, não! Aqui, aqui... Te confesso assim, os projetos não foram muitos, não foram muitos...

SUJEITO A: Esses voltados mais para as relações internacionais?

SUJEITO B: Esses pra relações internacionais... Corretamente! A comunidade só foi tomar conhecimento depois do fato proposto, idealizado e já pré-determinado, entendeste?

SUJEITO A: Então, no caso vocês atuaram mais como representantes? Na figura representativa mesmo? Democracia representativa, no caso?

SUJEITO B: Corretamente! Tem hoje, vamos dizer, o fórum pra... o fórum especial para isso seria o Parlasul, o Parlamento MERCOSUL, né? Parlamento MERCOSUL no contexto macro, né? No contexto micro, aqui, já é... Já se torna mais, mais distante não é? Difícil... ter essa, essa pré-disposição de fazer isso aí, entendeste?

SUJEITO A: Você fala das pessoas? A pré-disposição das pessoas?

SUJEITO B: Sim! Corretamente! Das e pessoas e das instituições que às vezes fica esse estrelismo pela... aquela história: porque eu quero que isso seja meu... Minha ideia... Minha... Entendeste?

SUJEITO A: Entendi! É... Conforme... O senhor está cansado?

SUJEITO B: Não! Não!

SUJEITO A: Porque tem... Olha! Um monte ainda!

SUJEITO B: Não!

SUJEITO A: Conforme as conclusões apresentadas pela a Comissão 5 que é de análise comparativa das legislações municipais e da Comissão 6 de Autonomia Municipal do terceiro congresso Latino-americano, né... De parlamentos municipais de 1992, segue abaixo respectivamente os seguintes trechos em destaque: “ratificar seu espírito integracionista e o apoio a esse tipo de evento que contribui ao enfraquecimento das distintas legislações dos países que constituem o MERCOSUL, reclamando a participação, essa parte é importante... Reclamando a participação dos municípios na elaboração das políticas legislativas que instrumentam. Recomendar que as Constituições Nacionais aceitem uma cláusula expressa e categórica que consagre a autonomia municipal plena política, econômica, institucional e administrativa como meio de garantir a instituição municipal como cédula do regime democrático e veículo que assegure a possibilidade de conseguir que a integração Latino-americana encontre nas jurisdições locais vigorosos protagonistas. Recomendar que as leis orgânicas municipais consagrem a eleição direta de suas autoridades, que estas se integrem por um intendente e um corpo deliberativo afirmando as faculdades deste último por sua composição pluralista e outorgando-lhe responsabilidades legislativas e intervenção orçamentária de participação nos tramites licitatórios e de amplo controle na administração municipal, sem prejuízo de criar órgãos específicos a esse último fim como membros eleitos democraticamente, assim mesmo se recomenda a incorporação de mecanismos de democracia semi-direta”. A partir dos trechos apresentados acima, questiona-se: entendemos que a paradiplomacia pode ser uma ação de democratização das relações internacionais, como eu acabei de falar para o senhor, tendo em vista essa possibilidade entre as diversas maneiras, pode-se alcançar a democratização aumentando a autonomia dos entes subnacionais em relação ao Governo Central e ampliando o poder decisório para todos os setores da sociedade. Então, dentro desse contexto, o que é a democratização para você?

SUJEITO B: Dentro disso se debateu muito, em muitas reuniões, a legislação comparada. Isso não foi fácil, não é fácil. Vamos dizer, o primeiro cavalo de batalha neste sentido foi a Carteira de Identidade Única para o MERCOSUL, se bateu bastante, se houve promessas, foi também a abertura de fronteiras para que servisse... É como a Europa, você desce em qualquer país aí... em qualquer capital da Europa... Da União Europeia, tu anda por toda a Europa e tu não precisa em cada saída e chegada de um país tá fazendo tarjeta, aquela coisa toda. Isto não foi fácil, não é fácil por algumas razões entendeste? Vamos dizer, nós aqui, entre Brasil e Argentina parece que as coisas aqui são tão fáceis. Mas são muito difíceis...

SUJEITO A: Que é... O que é democratização para você?

SUJEITO B: A democratização para mim, é...

SUJEITO A: Porque a gente... a gente tem... É... duas ideias, né?

SUJEITO B: Sim...

SUJEITO A: De que poderia dizer que a democratização é aumentar, justamente, né... Essa autonomia dos municípios em relação ao Governo Federal...

SUJEITO B: Sim...

SUJEITO A: ...Mas também tem uma outra maneira da gente tentar entender essa democratização que é aumentando a autonomia das pessoas, né... na sociedade. Quer dizer, autonomia política, de decisão... né? Dentro dessas duas perspectivas, o que seria a democracia para o senhor? O que seria a democratização para o senhor, dos assuntos internacionais, né?!

SUJEITO B: seria a conscientização de que para todo direito tem um dever também, para todo direito tem um dever... Eu acho que... E pra isso hoje eu não sei se nós brasileiros estamos preparados para isso porque nós consideramos a democracia como uma coisa de total liberdade... de, de... Ela, a democracia tem que ter limites, não no sentido apreensivo, mas no sentido de conscientização do que ela representa e do que ela é... Na verdade, a melhor solução qualquer coisa é o diálogo, é o entendimento, é a conversa, é tu ceder quanto tu precisa ceder, é tu impor quando precisa impor. Mas tudo dentro de um... de um... Bom senso, de uma coisa para um melhor amanhã. Com isso dentro dessa questão, vamos dizer, nacional aqui, a descentralização na minha concepção, na minha... na minha avaliação, ela teria que dar mais poder aos municípios, mais poder aos municípios, mais descentralização de tudo do que se faz no Governo Central, embora com tudo isso... municipalmente, nós temos um processo democrático, né?! De que o Uruguai não tem, Argentina não tem, o Paraguai não tem... É tudo, mais ou menos, no contexto da unidade federativa, né? Que, nós ainda temos, o município tem uma série de autonomias que lá nem pensar...

SUJEITO A: Eu pensei que Argentina já tinha aberto um pouco, assim...

SUJEITO B: Não! Não! A Argentina tem... É tudo... Vende uma coisa, mas a ação é outra totalmente diferente. Nós ainda temos essas liberdades de, de muita coisa que lá não tem ainda. Mas, nós aqui a nível de Brasil, os municípios, na verdade, hoje estão sendo os primos pobres... Totais, né?! Vai tudo e quando vem, de primeira, ainda tinha que vir de volta... O governo federal... Se ia dez quando voltava, voltava quatro mas tinha que passar pelo governo de estado que ficava com mais dois, chegava aqui pela metade. Hoje já está diferente...

SUJEITO A: Hoje como é que é?

SUJEITO B: Hoje já vem direto, já vem direto, já vem direto pro município e...

SUJEITO A: Isso desde quando? Você sabe?

SUJEITO B: faz alguns anos já! Vem direto para o município, só que também vem muita... muito recurso vem com fins específicos, chegou, vamos dizer, é pra saúde e pra tal coisa na saúde, vem especificamente pra isso, tem que ser gasto para aí, senão não gastou ou sobrou alguma coisa, tem que devolver...

SUJEITO A E aí você acha que o município tem que ter mais autonomia em cima disso?

SUJEITO B: Corretamente! Mas, também... Agora, agora, olha o outro lado, que é importante pensar... Vamos dizer, enquanto a... Também tem que ter uma... um controle muito mais rígido e uma conscientização da responsabilidade de quem vai gerir esse recurso porque aí vai sair, vamos dizer, no momento nós temos 497 municípios... Vai ter 497 problemas, às vezes, a mesma situação... uma indo pra... Mas com aspecto corrupto e sacana também, às vezes de falta de... O espírito de malandragem!

SUJEITO A: E se sobrou tem que devolver?

SUJEITO B: Corretamente! Mas nunca sobra, né, neste sentido... Então, agora nessa questão, o município é a base pra mim, na minha concepção, é a base de toda, de todo o processo federativo e acho que da... tinha que... É importante até, às vezes, diminuir um pouco o potencial e os direitos que tem... Intermediários que são os Estados... Com isso diminuí muito o peso da máquina pública que hoje também está impossível... Vou te dar um exemplo, eu fui vereador aqui dez anos, nas duas legislaturas, nós tínhamos em uma nove vereadores na mesma linha política, no mesmo partido, na mesma bancada... Nós tínhamos duas pessoas de assessores... Hoje cada vereador em Santa Maria tem no mínimo cinco ou seis assessores. Vinte e um vezes... Dá, dá 120, 110, 120 assessores... Entendeste? Então são essas... É nesse sentido que às vezes o... Abrir para o município é o ideal. Mas não é o Ideal pela falta de respeitabilidade, de consenso e bom senso, que ao invés de endireitar, estraga!

SUJEITO A: Bom... Falta pouco agora! É... Agora, a gente vai entrar mais na parte de processo de integração e a relação entre os governos locais e federais: em vários momentos se reforça a ideia de integração entre os governos municipais em alguns, em alguns Momentos nos documentos esses processo de integração se evidência como uma forma de reforçar o poder dos governos subnacionais que seria dos Municípios frente aos Governos Centrais para reivindicar uma atenção especial aos problemas locais e políticas que partam da iniciativa dos governos centrais para solução dos problemas, em outros momentos evidencia-se como estratégia para solução dos problemas locais através do intercâmbio de ideias e articulação local. Bom... aqui nessa parte o que eu estou dizendo é que em alguns momentos, nos documentos, a gente percebe, assim... Que há uma integração dos Municípios justamente para ganhar uma força frente aos Governos Centrais para que os governos centrais resolver os problemas locais, o que está dentro da possibilidade do governo central e dentro da responsabilidade dele. Em outros momentos, se entende essa integração como uma troca de ideia aí dentro dessa, dessa, desse contexto a pergunta é: a nossa interpretação dos documentos está correta? É isso mesmo?

SUJEITO B: Hoje os municípios nas suas soluções em termos de relacionamento não só com o Governo Estadual como Federal e que muitas vezes... E, e que continua pecando pelas resistências políticas, o lado antagônico da política que é muito ruim, pelo associativismo onde vamos considerar nível regional, os municípios se reuniram em associações regionais de municípios que hoje aqui, no Rio Grande do Sul temos 23 ou 27 associações regionais de municípios. Aqui, em Santa Maria, está na Associação de Município Central do Rio Grande, são 34 municípios; lá, Livramento, está UFO, na, na... AMFO, Associação de Municípios da Fronteira Oeste que vai alí de, de Livramento até São Borja, toda ela, inclusive Alegrete, Rosário, São Gabriel e a nível... também se criou a FAURGS que é a Federação das Associações de Municípios do Estado que é a linha de frente na hora brigar pelo interesse do Rio Grande em Brasília onde tem a, a União Nacional de Municípios que lá, quando a coisa é mais grossa que não consegue resolver com a FAMUSA aqui através do seu potencial, vai com a União Nacional de Municípios e com isso tem tido alguns resultados pela pressão, pela pressão mesmo que... Vamos dizer, a Agricultura tem aqui no estado a FARSUL e tem a FETAC, dos pequenos e médios produtores que também tem a sua instituição nacional lá, a CONTAC que é a Federação das FETACs e, e a FARSUL tem a União Nacional da, da agricultura lá... Então também são e esse foi a maneira com que até para evitar essa corrida diária de prefeitos de idas e vindas para Brasília. Então isso diminuiu um pouco e os prefeitos só vão quando a coisa é muito pesada e que... Pra pressionar as instituições marcam os encontros nacionais, vai lá e fazem aquele barulho lá... Isso foi uma das salvaçãoes e é a mesma coisa que no contexto do MERCOSUL é o Parlamento do MERCOSUL, né, que está lá com esse objetivo. Não sei se está cumprindo com a sua tarefa, em algumas coisas acho que não, está muito distante... Vamos dizer, nós no Brasil nessa última eleição para Deputados, tinha que ter feito eleição específica também para deputados do MERCOSUL, para o parlamento do MERCOSUL, só Brasil que não fez, os outros países fizeram. Nós, continuamos no mesmo sistema, o Congresso Nacional lá decidi... um grupo de não sei quantos senadores e deputados que fazem parte do... que representam o Brasil parlamento do MERCOSUL, mas nenhum deles é eleito especificamente pra isso!

SUJEITO A: Entendi!

SUJEITO B: exercendo a função com duplicidade, né! Não sei se estão ganhando para isso ou não. Mas é isso!

SUJEITO A: Então... Você, você confirma... Eu posso afirmar isso que a integração ela também serve a pressionar o governo central, sim...

SUJEITO B: Sem dúvida! Sem dúvida...

SUJEITO A: e também como troca de ideias, a gente estava falando na questão do MERCOSUL, né!

SUJEITO A: Bom... Agora só falta mais três! E aí, a gente vai entrar mais na, na parte de publicização, né?! Ou seja, quanto que foi feito de publicidade disso, né... Dessas ações internacionais! Conforme as conclusões III Congresso do Comitê Latino-americano de Parlamentos Municipais que ocorreu em Santa Fé, segue abaixo o seguinte trecho: “encomendar a mesa desse III Congresso dar maior difusão através de todos os meios de comunicação impressa, falada, escrita e televisada”. Daí, a partir deste trecho, né, apresentado acima questiona-se: houve veiculação dessas conclusões conforme o documento, né? Se houve, onde e como foram veiculadas? Ou seja, as decisões tomadas nessas reuniões aqui,

como que elas chegaram na... no ouvido do povo, né? O povo sabe disso tudo, né? E se chegou, como? Foi através de jornal? Foi através de reuniões? Como é que isso aconteceu?

SUJEITO B: Não, não foi!

SUJEITO A: A gente também quer saber... E daí, eu já vou ajuntar tudo... Quais foram as estratégias de divulgação dos resultados das reuniões e das ações dos parlamentares? Então, já fazendo todas as três perguntas aqui!

SUJEITO B: Deixa eu te dizer aqui: Não houve, não houve... Até nessa época não se tinha internet, se tinha, se tinha... Olha! Acho que ainda era na época do fax, do Telex, do fax, é, do fax, é, do telex, é do telex... Deixa eu te contar uma história, nós fomos eu uma reunião, saímos daqui, em Maldonado e lá nos perguntaram qual era o número do nosso fax... E... Verdade, nos surpreendeu... Não se conhecia fax aqui ainda, não tinha... Acho que nem a universidade não tinha em Santa Maria. Daí então... Mas o que que é isso? Em um ato irônico, nos tiraram... (risos). Mas é verdade isso! Daí voltamos e a primeira coisa que se fez, primeiro fax que Santa Maria teve foi da Câmara de Vereadores, depois pulverizou... Tá! Então na época era nesse contato, era no telefone e o telefone era muito caro! Não... Aqui na época de Câmara de Prefeitura começou a usar o telefone, era a melhor coisa que tinha e mas não... Quando começou a aparecer as conta e as coisas... Um exagero de conta e coisa, houve um freio pra aí logo em seguida pulverizou o fax. Depois, mais adiante na época, foi quando veio o email! Então, não também... No contexto dos veículos de comunicação, a não ser pela propaganda espontânea, de entrevista e das coisas dos veículos de comunicação! Não foi feito e foi um dos, dos, das falhas inexplicáveis e inconcebíveis pra que isso acontecesse, entendeste?

SUJEITO A: A gente então está terminando a nossa entrevista, eu agradeço muito, o senhor sempre se coloca à disposição, é muito cordial assim com a minha pesquisa!

SUJEITO B: Sim! Sim! Eu não sei se te satisfiz para sua pesquisa!

SUJEITO A: Claro que sim! Tudo que eu precisava saber... Na verdade algumas coisas a gente já tinha capturado ali nos documentos, né! E aí... Isso aqui é na verdade... Acaba sendo às vezes chover no molhado assim, sabe?! Mas a gente precisa perguntar para ter certeza, né?! Para ver se o que a gente está interpretando é realmente o que condiz com a realidade!

SUJEITO B: Sim!

SUJEITO A: Então teve muita coisa assim que eu já tinha percebido, mas é que a gente precisa fazer essa confirmação. É... Mas de toda forma, você sempre muito, né... Disponível assim! Eu agradeço imensamente!